



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017



	Índice
1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	03
2. Órgãos Sociais	06
3. Participações no Capital Social	08
4. Enquadramento Macroeconómico em 2017	
4.1. A Economia Portuguesa	09
4.2 O Mercado de Crédito	16
4.3 Os Mercados Financeiros	18
5 Síntese da atividade desenvolvida pelo BPG em 2017	23
6 Gestão de Riscos	33
7 Principais Indicadores	39
8 Perspetivas da Atividade para 2018	43
9 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	43
10 Proposta de Aplicação de Resultados	43
11 Referências finais	43
12 Demonstrações Financeiras	45
13 Notas às Demonstrações Financeiras	51
14 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	151
15 Certificação Legal de Contas	155

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

No ano de 2017 e início de 2018, verificaram-se significativas mudanças geopolíticas, designadamente no relacionamento entre as grandes potências, com os EUA a assumirem com Trump políticas externas isolacionistas, a Rússia com Putin a reforçar a sua presença militar, sobretudo na Síria, e a China com JiPing, a tonar-se líder vitalício, e a sedimentar a influência económica chinesa no Mundo.

Na Europa, adensaram-se os sinais de que a negociação sobre o *Brexit*, entre o Reino Unido e a União Europeia, poderá trazer efeitos sociais e económicos mais negativos do que o inicialmente esperado e a liderança política da União Europeia registou também dificuldades de afirmação, com a formação do novo governo de coligação na Alemanha a arrastar-se por largos meses.

A afirmação de Portugal no Mundo registou melhorias significativas, a começar pela eleição de António Guterres para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. A saída de Portugal do procedimento de défices excessivos, a eleição de Mário Centeno para Presidente do Euro Grupo, e a elevação do *rating* da República para *investment grade* foram acontecimentos marcantes, com reflexos relevantes na melhoria do enquadramento económico e financeiro da atividade empresarial e bancária.

No plano interno, porém, o País sofreu os efeitos devastadores da pior onda de incêndios florestais de que há memória, com a tragédia da morte de 116 pessoas e a área ardida a atingir mais de 500 mil hectares. O ano de 2017 foi também o ano mais seco desde 1931, colocando 97% do território em situação de seca severa e extrema.

As perspetivas de crescimento da economia mundial para 2018 mantêm-se bastante positivas e, em relação aos EUA, encontram-se acima dos indicadores de 2017, ao passo que, em relação à UE, apontam para uma ligeira desaceleração do crescimento económico registado em 2017.

Em relação aos mercados emergentes, em particular China e Índia, as previsões apontam para que se continuem a registar em 2018 taxas anuais francamente elevadas, acima de 6,5% (na China) e de 7% (na Índia).

As expetativas de curto prazo mais favoráveis nos EUA devem-se, em grande parte, ao forte estímulo fiscal às empresas que Trump conseguiu concretizar nos EUA no início de 2018. Todavia, o ressurgimento do protecionismo americano, poderá reverter estas expetativas, não apenas para os EUA, mas também para, designadamente, a UE, por via da desaceleração do comércio externo e dos fluxos de IDE.

Nos mercados financeiros obrigacionistas é esperado que as curvas de rendimentos evoluam em alta, quer nos EUA quer na UE, em linha com a convicção de que o *Fed* e o BCE irão progressivamente enveredar por um carácter não expansionista das suas políticas monetárias ao longo de 2018.

Em relação aos mercados financeiros acionistas, sendo expetável o ressurgimento da volatilidade verificada nos dois primeiros meses de 2018, é admissível que uma gestão criteriosa e prudente das

carteiras deste tipo de ativos possa vir a permitir taxas de rentabilidade não muito diferentes das taxas médias de longo prazo.

Em relação à evolução da economia portuguesa em 2018, é indispensável que prossiga a consolidação das finanças públicas e que, no plano externo, as exportações de bens e serviços continuem a crescer de forma vigorosa e sustentada.

Ao nível do setor bancário, o ano de 2017 ficou marcado por movimentos de consolidação que se verificaram, designadamente, no Novo Banco, no BPI e na CGD, com reflexos positivos na imagem do setor no contexto europeu.

Em relação à atividade do BPG em 2017, o desempenho foi globalmente positivo, fruto da continuação do reforço das operações no setor da economia social, prioridade assumida desde a génese do Banco, e da mudança estratégica que foi adotada em relação a outras áreas.

No quadro desta mudança, optou-se por um forte e rápido crescimento na captação de Depósitos de Clientes, designadamente através da adesão do Banco a uma plataforma alemã (*Raisin*), com o que a liquidez do Banco subiu pronunciadamente, a partir do início do segundo semestre, tendo havido uma correção parcial até ao final do ano.

Definiu-se uma nova política para o crédito novo, com enfoque na diversificação setorial e com um limite de exposição prudente por cliente, consentâneo com adequados critérios de risco. A transformação da liquidez adicional obtida em depósitos passou a ser sobretudo realizada através da gestão da carteira de ativos, pela área de mercados financeiros.

Esta mudança estratégica permitiu uma forte melhoria dos indicadores de rentabilidade do Banco e, em 2017, invertendo a tendência de anos anteriores, o Resultado Líquido do Exercício do Banco foi positivo, para o que contribuiu, nomeadamente, o forte incremento verificado no resultado operacional da área de Mercados Financeiros.

Também contribuiu significativamente para esta melhoria, uma expressiva reversão de imparidades de crédito.

Em relação à atividade do Banco para 2018, a estratégia traçada aponta para um reequilíbrio dos contributos relativos das áreas de concessão de crédito e de mercados financeiros e para a continuação do crescimento do produto bancário e dos resultados de exercício.

Serão também desenvolvidas áreas de negócio até agora pouco expressivas, como o *corporate banking* e a gestão de ativos de novos clientes, esperando-se incrementar significativamente os proveitos de comissões.

Assim, em 2018 espera-se que o Banco prossiga a consolidação dos resultados obtidos em 2017, de forma a reforçar a sustentabilidade do seu modelo de negócio e a conseguir elevar os seus fundos próprios.

Faremos de 2018 um ano de continuação da mudança estrutural iniciada em 2016 e, para isso, conto com a dedicação e espírito inovador de todos os nossos colaboradores, a quem endereço uma palavra renovada de apreço e de confiança. Criaremos mais e melhor valor, para satisfação de todos os nossos “*stakeholders*”, aí se incluindo, naturalmente na primeira linha, os senhores Acionistas.

O Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

2. Órgãos Sociais

Os membros dos Órgãos Sociais do Banco (mandato 2016-2019) foram eleitos em reunião da Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 20 de junho de 2016.

Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos em reunião da Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 3 de novembro de 2016.

Os membros do Conselho de Administração Senhores Prof. Doutor Mário Patinha Antão e Dr. João Ricardo Chícharo Folque foram designados por cooptação em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2016, tendo iniciado funções em 1 de março de 2017.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:	Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vice-Presidente:	Maria Luísa Dias da Silva Santos
Primeiro Secretário:	Pedro Luís Amaral da Cunha
Segundo Secretário:	Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja

Conselho de Administração

Presidente:	Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino
Vice-Presidentes:	Mário José Brandão Ferreira Mário Patinha Antão
Vogais:	Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz Luís António Gomes Moreno João Ricardo Chícharo Folque

Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal

Presidente:	Manuel Pinto Barbosa
Membros efetivos:	Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva Manuel Augusto Lopes de Lemos
Membro Suplente:	Luís Manuel da Silva Rodrigues

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por António Filipe Dias da Fonseca Brás, ROC nº 1661 ou Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC nº 1230

Conselho Estratégico

Presidente:

Augusto Carlos Serra Ventura Mateus

Vogais:

Francisco Luís Murteira Nabo

Guilherme do Nascimento de Macedo Vilaverde

Vítor José Melícias Lopes

Diretores e Responsáveis pelas Funções de Controlo

Direção Comercial e Intermediação Financeira – António Simões Pinheiro

Direção de Contabilidade e Operações - Maria Filomena Oliveira

Direção de Mercados Financeiros – Tiago Sequeira

Direção de Serviços Jurídicos – Maria Amália Almeida

Direção de Sistemas de Informação – Maria Alexandra Antunes

Auditor Interno – João Pasadas

Risk Officer – Miguel Gomes dos Santos

Head of Compliance - Nuno Castelhanito

3. PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL

Participações Iguais ou Superiores a 2%

Acionistas com participações iguais ou superiores a 2% do Capital Social do BPG em 31/12/2017:

NOME	NÚMERO DE AÇÕES	% DE CAPITAL SOCIAL
FUNDAÇÃO ORIENTE	12.466.408	84,19%
STDP, SGPS SA	791.368	5,34%

Participação dos Membros dos Órgãos Sociais no Capital do BPG

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	AÇÕES			
	Detidas em 31/12/2016	Adquiridas em 2017	Alienadas em 2017	Detidas em 31/12/2017
CARLOS A. P. V. MONJARDINO	149.414	-	-	149.414

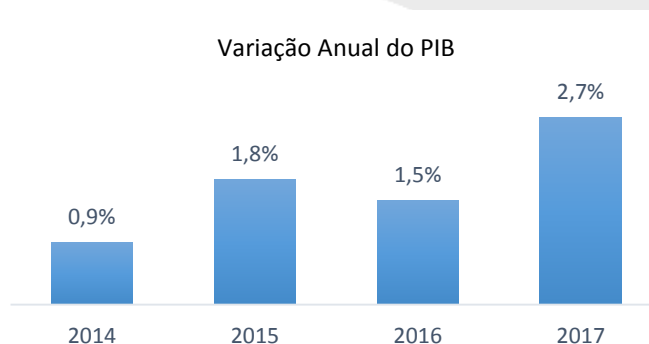
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO EM 2017

4.1 A ECONOMIA PORTUGUESA

Com a conclusão, em 2015, do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e com o cumprimento, em 2016, do objetivo de colocar o défice orçamental abaixo do limiar dos 3% do PIB, Portugal entrou em 2017 num período dominado pelos requisitos de natureza estrutural, relevantes tanto no plano económico como orçamental.

O processo de recuperação da economia portuguesa prosseguiu beneficiando de uma evolução da economia internacional favorável. Este enquadramento torna particularmente relevante a prossecução dos objetivos de crescimento sustentado e de consolidação das finanças públicas, indispensáveis para a continuação da melhoria do valor reputacional do País no seio da União Económica e Monetária.

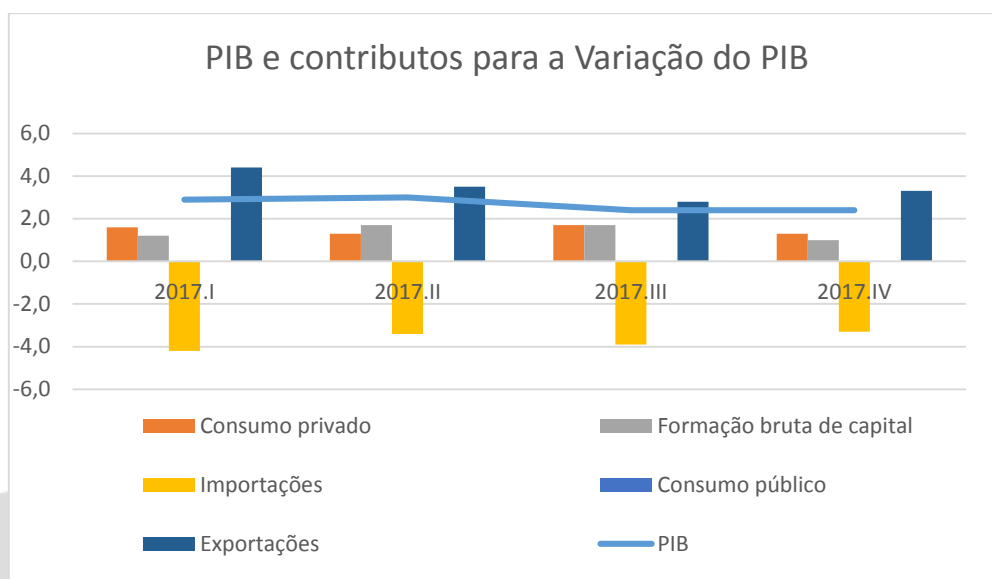
Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um aumento de 2,7% em volume, uma taxa superior em 1,1 pontos percentuais (p.p.) à verificada no ano anterior, tendo atingido, em termos nominais, 193 mil milhões de euros. Esta recuperação deverá continuar ao longo de 2018, com um crescimento do PIB em torno dos 2%, de acordo com as previsões do Banco de Portugal.



Fonte: INE

No 4º trimestre de 2017, o PIB registou um aumento em termos homólogos de 2,4% em volume (em linha com o observado no trimestre anterior).

Os contributos das diversas variáveis para a evolução do PIB podem ver-se no quadro seguinte:



Fonte: INE

Trimestralmente, destaca-se o contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB que diminuiu, passando de 3,5 p.p. no 3º trimestre para 2,4 p.p., devido à desaceleração do investimento e do consumo privado. Quanto à procura externa, o respetivo contributo foi nulo, após ter sido negativo no trimestre precedente (-1,1 p.p.), em resultado da aceleração das Exportações de Bens e Serviços e do abrandamento das Importações de Bens e Serviços.

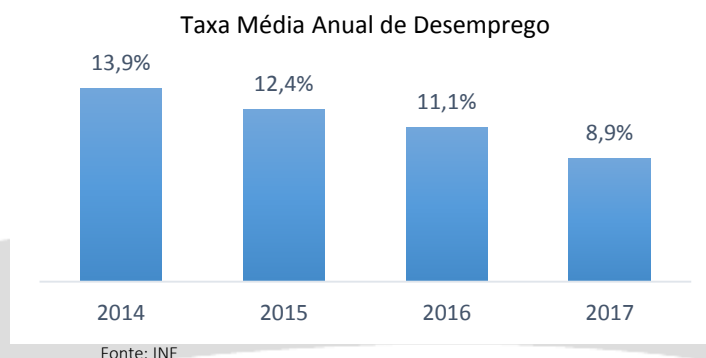
Em termos anuais, o contributo da procura interna para a variação do PIB aumentou para 2,9 p.p. (1,6 p.p. em 2016), refletindo sobretudo a aceleração do Investimento para uma taxa de variação de 8,4% (0,8% em 2016), enquanto o consumo privado acelerou, ligeiramente, de 2,1% para 2,2%.

A procura externa líquida registou um contributo negativo de - 0,2 p.p. (contributo nulo em 2016), observando-se uma aceleração das Exportações menos intensa que a das Importações de Bens e Serviços. No conjunto do ano de 2017, as exportações de bens e serviços, em volume registaram uma taxa de crescimento de 7,9% (4,4% em 2016). As exportações de bens passaram de uma taxa de variação de 4,5% em 2016 para 6,8% e as exportações de serviços de 4,3% para 10,9% em 2017, destacando-se em particular o forte crescimento das exportações de turismo.

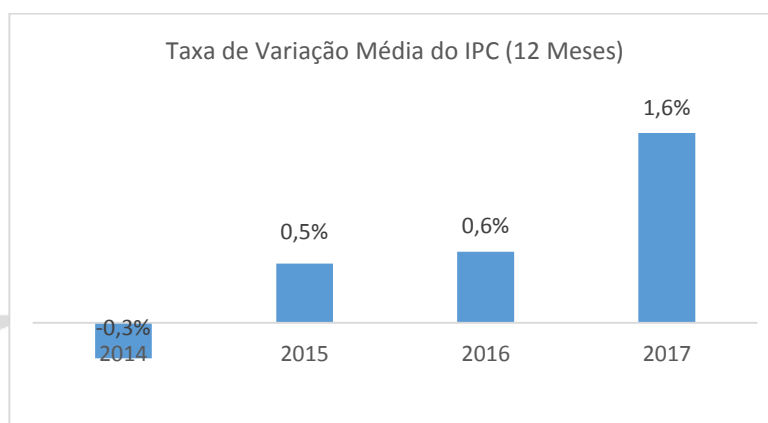
Em 2017 observou-se um crescimento das Importações de Bens e Serviços de 7,9%. As Importações de Bens aumentaram 8,0%, enquanto as importações de serviços registaram uma variação de 7,5%.

Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços representou 1,0% do PIB (1,1% em 2016).

Em 2017, continuou a observar-se um aumento do emprego, que cresceu 3,1%, acima do crescimento observado em 2016 (1,6%), e uma diminuição da taxa de desemprego para 8,9% (11,1% em 2016), como mostra o quadro seguinte.

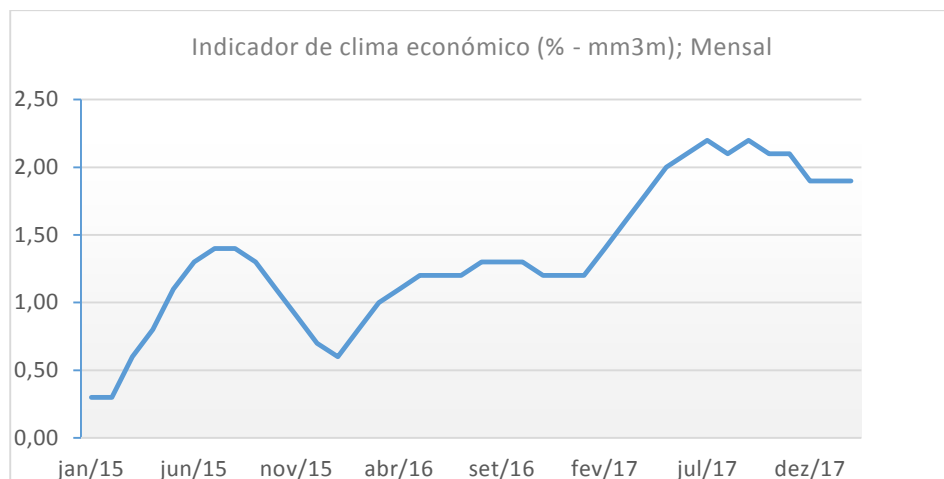


A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC subiu de 0,6% em 2016 para 1,6% em 2017.

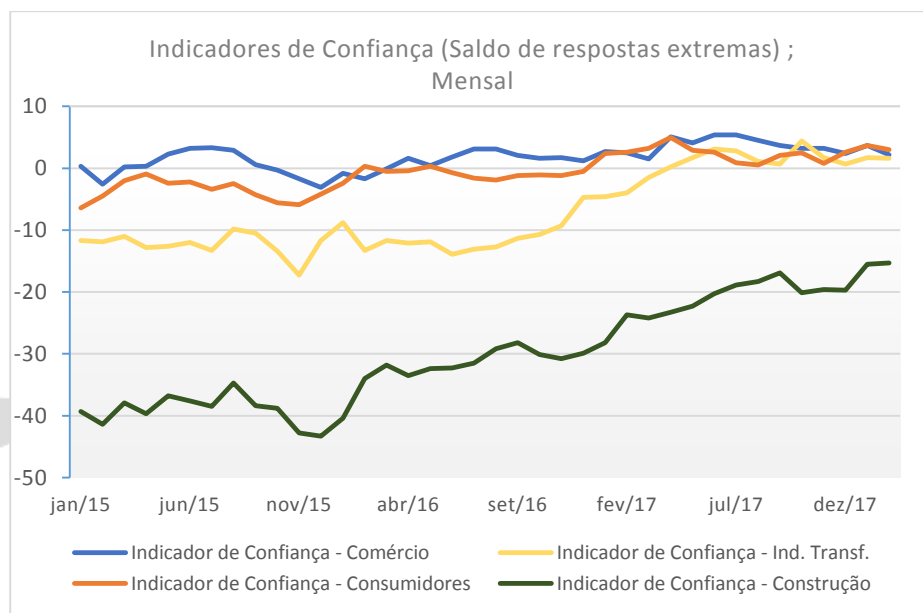


Fonte: Banco de Portugal

A recuperação macroeconómica foi acompanhada pela recuperação da confiança dos consumidores. Da mesma forma, os indicadores de confiança da generalidade dos sectores apresentaram também uma evolução positiva durante o ano de 2017, com destaque para a Indústria Transformadora e Construção.

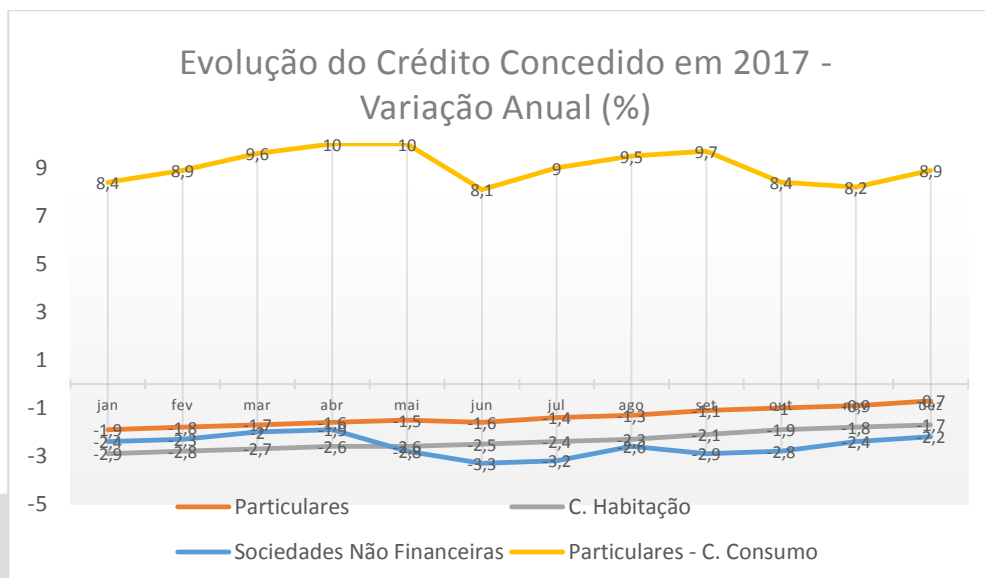


Fonte: INE



Fonte: INE

A concessão de empréstimos ao setor privado que se pode ver no quadro seguinte, continuou a retroceder em 2017, para as sociedades não financeiras (SNF): devido a cautelas redobradas dos bancos para continuarem a emprestar a empresas preocupantemente endividadas; e a uma relativamente baixa procura de crédito pelas empresas viáveis, focadas na sua preferência por um reforço do autofinanciamento.



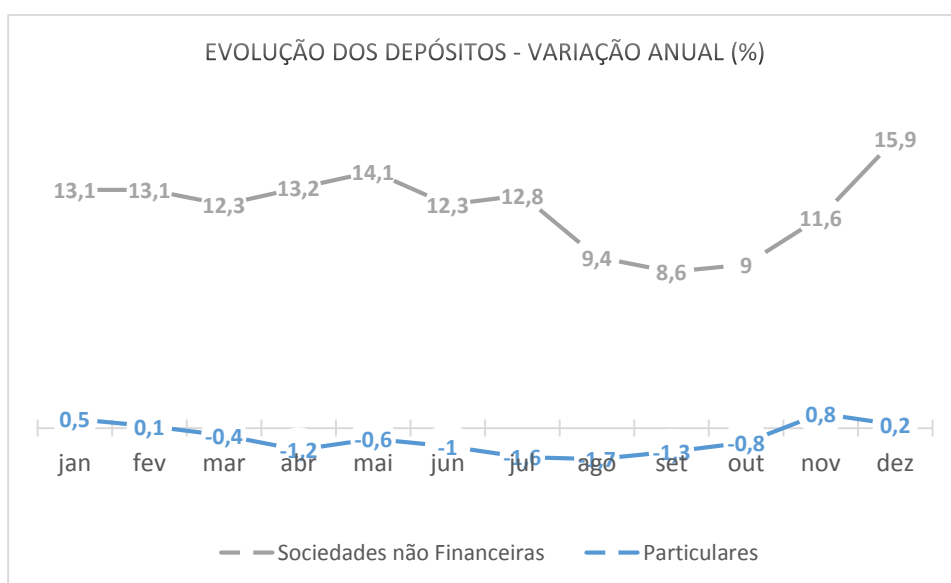
Fonte: Banco de Portugal

Em relação aos empréstimos às famílias, o maior destaque respeita ao crédito ao consumo que cresceu a taxas relativamente elevadas.

Quanto ao crédito à habitação, verificou-se uma melhoria nos índices mensais que não se refletiu ainda na taxa de variação homóloga anual.

Do lado dos depósitos, e concretamente no que se refere a sociedades não financeiras, assistiu-se à manutenção da tendência positiva verificada durante o ano de 2016, com os depósitos de sociedades não financeiras a registarem, no final de 2017, um aumento de 15,9% face ao ano anterior.

Os depósitos de particulares registaram uma quebra ao longo de todo o ano, refletindo as taxas desincentivadores à poupança na oferta de depósitos a prazo.



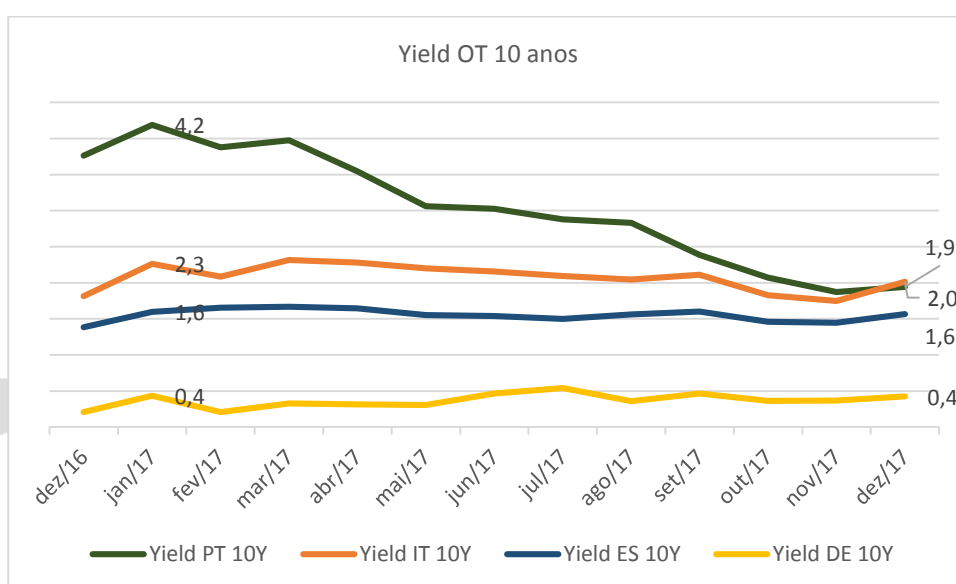
Fonte: Banco de Portugal

A nível dos mercados financeiros destacou-se em 2017 a manutenção da orientação relativa à política monetária da área do Euro da qual resultou a permanência das taxas Euribor em valores negativos.

De acordo com a última comunicação do BCE (março 2018) que manteve as taxas de juro de referência, espera-se que a política monetária europeia se encaminhe progressivamente para uma subida gradual das mesmas.

A evolução dos *spreads* da Dívida Pública de Portugal foi francamente positiva em 2017.

Beneficiando da perceção mais favorável dos investidores relativamente ao processo de consolidação orçamental, ao crescimento económico e à situação do setor bancário em Portugal, os *spreads* da dívida pública portuguesa face às *bunds* alemãs registaram uma queda acentuada no decurso de 2017, tendo o rendimento implícito (*yields*) das Obrigações do Tesouro português a 10 anos caído para valores inferiores a 2%, como mostra o quadro seguinte.



Fonte: Bloomberg

As condições financeiras do País melhoraram consideravelmente, a partir da melhoria do *rating* para *investment grade* da S&P em setembro de 2017.

Portugal usou as condições de financiamento mais favoráveis para amortizar grande parte dos empréstimos ao FMI. De acordo com o IGCP, em 2017 foram liquidados 10.013 milhões de Euros (em 2016 foram liquidados 4.496 milhões de Euros e em 2015 8.488 milhões de Euros).

Outlook 2018-2020

De acordo com as previsões do Banco de Portugal (publicadas no Boletim de Dezembro de 2017) é esperada a manutenção da trajetória de recuperação da economia portuguesa.

Cenário Macroeconómico (Projeções Banco de Portugal)			
	2018	2019	2020
PIB (Tx Var. Anual)	2,3	1,9	1,7
Consumo Privado (Tx Var. anual)	2,1	1,8	1,7
Consumo Publico (Tx. Var. Anual)	0,6	0,4	0,2
FBCF (Tx. Var. Anual)	6,1	5,9	5,4
Procura Ext. (Tx. Var. Anual)	2,5	2,2	2,1
Exp. de Bens e Serviços	6,5	5,0	4,1
Procura Int. (Tx. Var. Anual)	3,7	3,1	2,8
Imp. de Bens e Serviços	6,7	5,5	4,8
Contributos p/ PIB (p.p.)			
Procura Ext (p.p.)	2,5	2,3	2,2
Exp. Líquidas (p.p.)	-0,2	-0,4	-0,5
IHPC (Tx var. Anual)	1,5	1,4	1,6
Taxa de Desemprego (Tx. Média Anual)	7,8	6,7	6,1

Fonte: Banco de Portugal

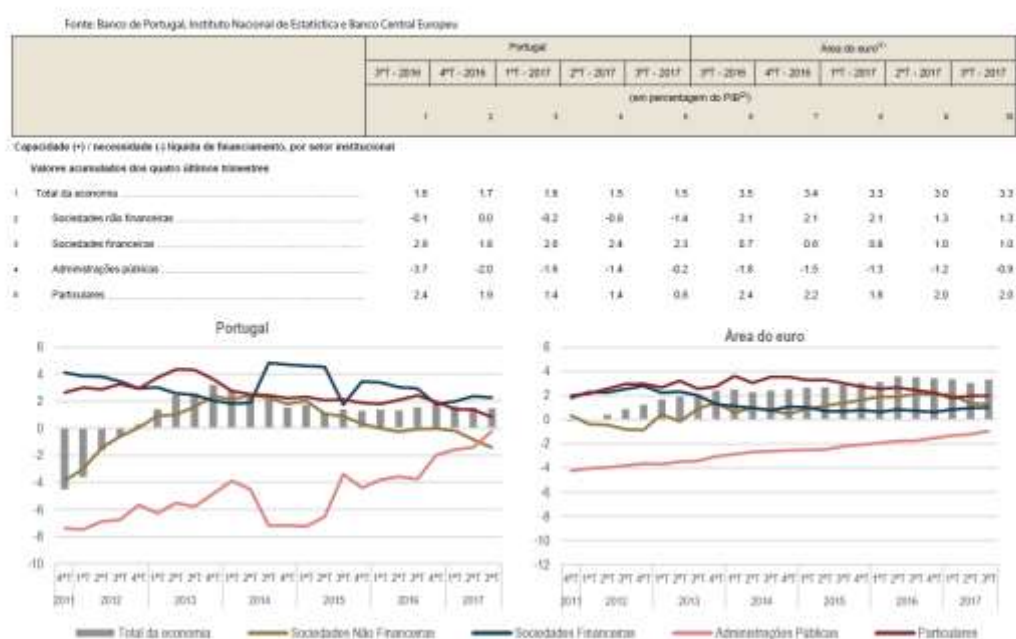
Esta previsão assenta na expectável continuação do dinamismo da procura externa, sendo também de destacar a esperada melhoria ao nível da taxa de desemprego (para valores próximos de 6% em 2020).

O endividamento público e privado, a par com os rácios do crédito malparado no setor bancário, mantêm-se como fatores limitadores ao crescimento sustentável da economia nacional, sendo todavia possível a atenuação progressiva dos seus impactos.

4.2. O MERCADO DO CRÉDITO EM 2017

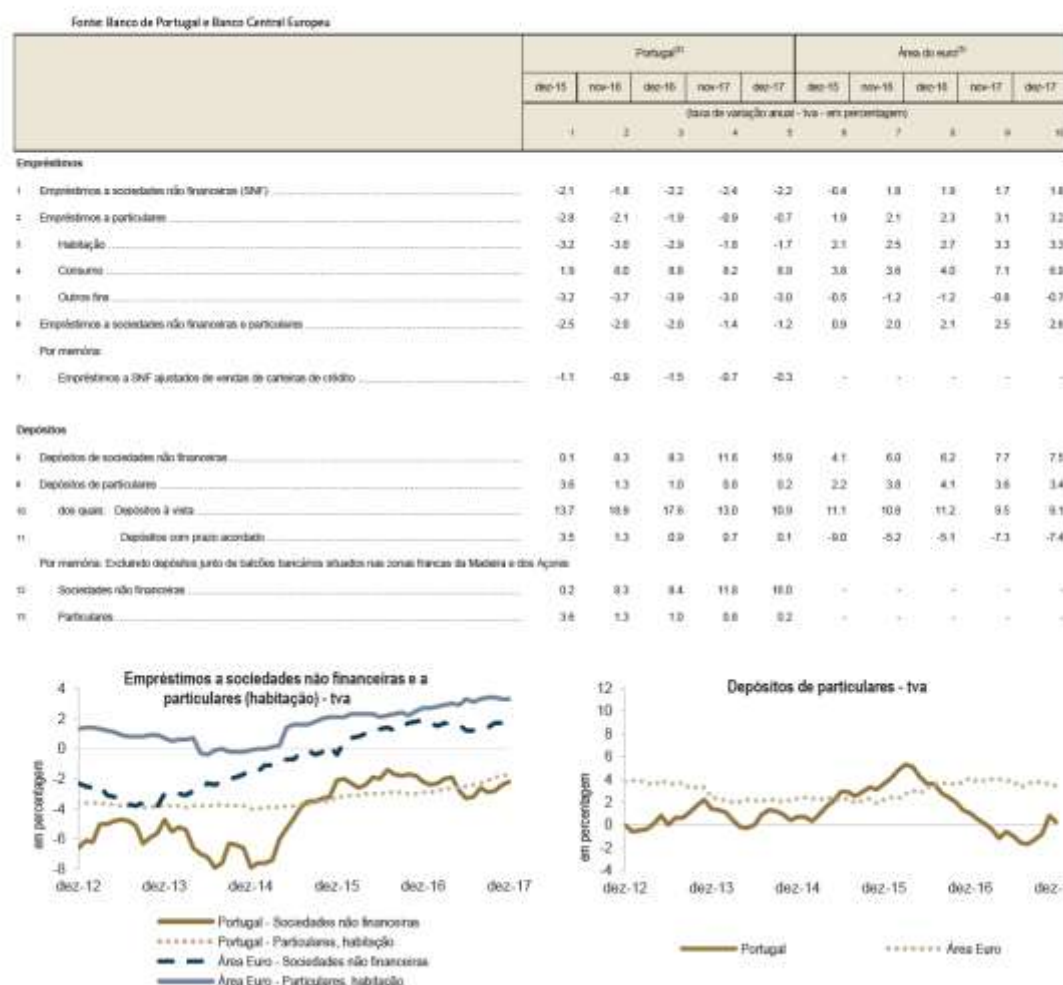
Como mostra o quadro seguinte (Boletim Estatístico do BdP, 1º trimestre de 2018), em 2017 as contas financeiras por setores institucionais passaram a registar padrões de variação já bastante próximos dos da zona Euro, tendo partido de índices de acentuada dispersão entre 2011 e 2015.

A.6 Contas financeiras



No tocante à alocação do crédito é notória, porém, a manutenção de uma acentuada divergência em relação à média da Zona Euro como mostra o quadro seguinte.

A.9 Empréstimos e depósitos bancários⁽⁹⁾



Assim, a variação do crédito anual concedido às Sociedades não Financeiras (SNF), apesar de ter registos menos negativos do que nos anos de 2012 a 2014, continuou com variações negativas em torno de 2,2% em dez-17, enquanto na Zona Euro as variações se mantiveram positivas em tornos dos 1,8%, quer em 2016 quer em 2017.

Nos empréstimos a particulares, em Portugal o destaque vai para o crédito ao consumo que subiu excessivamente em 2016 e 2017, com taxas de variação anual em torno de 8%, tal como aliás na Zona Euro. Pelo seu lado, no crédito para habitação, as taxas de variação anual em Portugal ainda se mantiveram negativas em 2017, mas em decréscimo, enquanto na Zona Euro continuaram positivas e em torno dos 2,7% a 3,0%.

As taxas de variação anual dos depósitos de particulares registaram evoluções algo díspares na Zona Euro e em Portugal, mas ambas favoráveis a uma redução do custo médio do *funding* bancário em 2017, propiciadora de uma melhoria da margem financeira do produto bancário.

4.3 OS MERCADOS FINANCEIROS

Numa abordagem global, os mercados financeiros iniciaram o ano de 2017 particularmente concentrados nos EUA para avaliarem o impacto dos primeiros dias de Donald Trump como Presidente. Subsistia no início do ano um sentimento generalizado de expectativa misturado com apreensão, inteiramente justificado, atentando as promessas realizadas por Trump durante a sua campanha eleitoral. Sem surpresa, as primeiras medidas da administração Trump revelaram um posicionamento vincadamente protecionista e, desde logo, uma predisposição para tentar cumprir promessas eleitorais.

O plano de ação de 100 dias de Trump, intitulado “Contrato com o Eleitor Americano”, contendo 60 promessas que a sua administração pretendia desenvolver imediatamente, começou por gerar algum entusiasmo. Entre essas promessas, podemos salientar a construção de um muro na fronteira com o México, o impedimento da entrada de emigrantes/refugiados de países muçulmanos, o reforço do investimento militar e a revogação e substituição do sistema de saúde “Obamacare”. Com o decorrer do ano este plano de ação envolveu muita contestação e trouxe problemas para a administração Trump, com várias medidas bloqueadas, outras sem oportunidade de, inclusivamente, se iniciarem e, no final do ano, muito poucas se encontravam cumpridas.

No plano internacional, as relações entre os EUA e a Coreia do Norte devido ao programa de testes de mísseis nucleares foram ao longo do ano muito tensas, que incluíram desde ameaças de guerra nuclear, até trocas de insultos pessoais entre Donald Trump e Kim Jong-Un. As relações com a China, devido a este conflito entre Washington e Pyongyang, também estiveram debaixo de tensão, tal como as relações com o Irão, neste caso, sobretudo, devido à suspeição de incumprimento do acordo nuclear.

Em termos económicos, os EUA mantiveram-se resilientes durante todo o ano, com indicadores bastante positivos, estando inclusivamente a viver uma das maiores expansões económicas da sua história. Em 2017, o PIB real dos EUA cresceu 2,3%, a inflação registou o valor de 2,1% e a taxa de desemprego atingiu os 4,4%. O *Fed*, no âmbito da sua política monetária, subiu a taxa de referência três vezes durante o ano, em março, junho e dezembro, fechando nos 1,5%.

Apesar das preocupações políticas iniciais, os mercados acionistas nos EUA tiveram *performances* muito positivas em 2017, marcadas também por um contexto de volatilidade historicamente baixa. Os principais índices acionistas registaram crescimentos muito significativos como foi o caso do S&P 500, com 19,4%, o Dow Jones, com 24,7% e o NASDAQ com 28%. Estes mesmos índices registaram diversos máximos históricos durante o ano.

Na Europa, o ano foi marcado por eleições em diversos países europeus, nomeadamente em França, Reino Unido e Alemanha, numa conjuntura que revelou um crescimento acentuado de movimentos políticos nacionalistas, extremistas e populistas. Por detrás destes novos movimentos estão alguns temas transversais que inevitavelmente vão desaguar na incerteza quanto ao rumo futuro da União Europeia.

A crise dos refugiados, oriundos de África, Médio Oriente e Ásia, continuou a exigir uma enorme capacidade de gestão da União Europeia para enfrentar um drama humanitário de uma dimensão

imensa. O processo do *Brexit* continuou num registo de avanços e recuos, permanecendo dúvidas quanto às condições em que irá ocorrer e os custos que envolverá para todas as partes envolvidas.

No que toca à política monetária, as reuniões do BCE, realizadas durante o ano, envolveram sempre alguma expectativa relativamente a possíveis sinais que as comunicações pudessem conter quanto ao futuro do *Quantitative Easing*. Embora o BCE tenha reduzido as compras para um ritmo de 60 mil milhões/mês no início do ano, a possibilidade do ritmo baixar novamente para os 30 mil milhões manteve-se em suspenso na maior parte do ano.

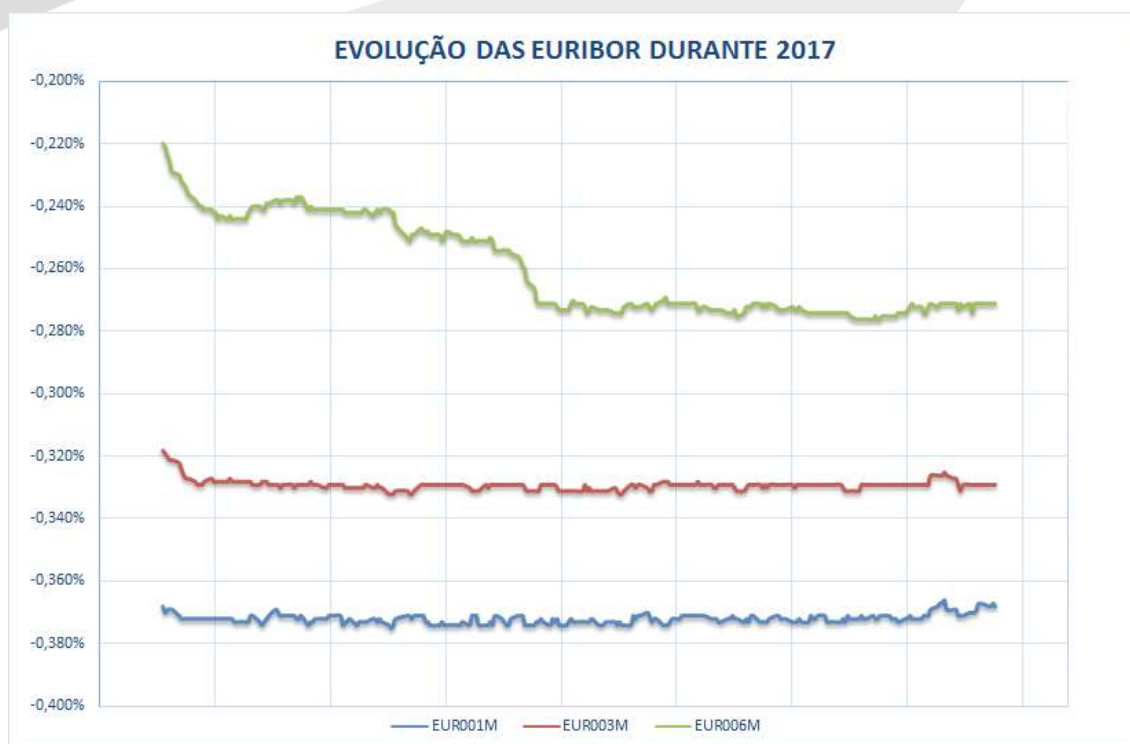
Contudo, o ano terminou tendo esta e outras decisões, como o fim do Programa, ficado adiadas para janeiro de 2018. Paralelamente, o BCE, perante a resistência à subida da taxa de inflação, manteve a taxa de juro de referência em 0%, sem qualquer alteração durante todo o ano de 2017.

O contexto político da Europa não impediu que os principais índices acionistas atingissem *performances* muito positivas, tais como o Eurostoxx50, com 6,5%, o DAX, com 12,5%, o CAC, com 9,3%, o IBEX com 7,4% e o PSI20, com 15,2%. A volatilidade na Europa também registou valores muito baixos, dando alguns sinais de subida apenas no último mês do ano.

Mercado de Taxa de Juro (Euro)

As taxas de juro de curto prazo mantiveram, nos primeiros meses do ano, a trajetória descendente verificada durante o ano anterior. Verificou-se, em especial para os prazos mais curtos, uma estabilização do seu valor durante o restante período do ano, em grande medida devido à continuação das medidas monetárias e políticas de comunicação seguidas pelo BCE.

A elevada liquidez existente no mercado interbancário e a perspetiva de manutenção das taxas diretivas do BCE nos mesmos níveis, levaram as taxas Euribor dos diferentes prazos, todas elas negativas durante o ano, a caírem para valores ainda mais negativos, pressionando a redução das taxas das operações passivas utilizadas pelos Bancos para captar depósitos e a contração da margem financeira.



A Dívida Pública europeia continuou condicionada pela permanência de políticas monetárias expansionistas e baixos níveis de inflação que, embora recuperando dos mínimos registados no ano anterior, se mantiveram em níveis historicamente baixos.

A dívida pública alemã continuou a ter a preferência dos investidores, registando uma ligeira subida dos prémios em todos os prazos. No final do ano, para o período de 5 anos, o prémio era de aproximadamente 0 %, sendo negativo para os prazos mais curtos. Para o prazo de 10 anos, a *Bund* transacionou com uma *yield* no intervalo entre 0,18-0,60%, com os valores mais baixos a serem registados durante o primeiro trimestre do ano e uma tendência de subida no final do ano, afetada por indicadores económicos positivos, pela incerteza quanto ao termo do programa expansionista do BCE e pelos movimentos de subidas de taxas diretas dos Estados Unidos da América.

Embora mais suave que no ano anterior, verificou-se um movimento de *steepening*, com as *yields* de curto prazo a permanecerem ancoradas em valores mínimos compatíveis com a política monetária do BCE, enquanto as *yields* de longo prazo subiram, de acordo com as razões já atrás explicitadas. A inclinação da curva Alemã (2-10 anos) passou de cerca de 0,95% em junho para 1,15% em dezembro.

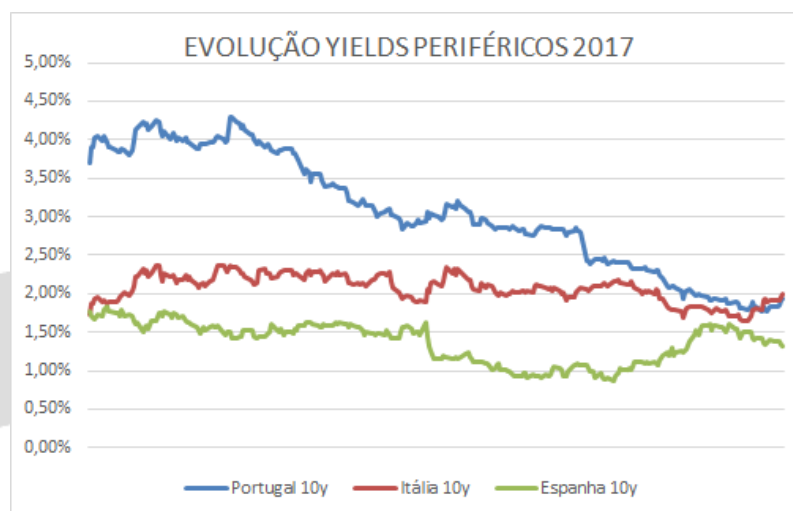


Nos países da periferia da Zona Euro, o ano foi divergente, verificando-se um muito ligeiro recuo dos prémios de risco das dívidas espanhola e italiana e um movimento bastante significativo no *spread* da dívida portuguesa.

A dívida pública portuguesa teve um ano francamente positivo, beneficiando da estabilidade política verificada durante todo o ano, juntamente com sinais animadores de crescimento económico e de melhoria da situação financeira do país, traduzidos na revisão da avaliação de risco por parte de duas agências de *rating*, que recolocaram a dívida portuguesa como classe de investimento, no último trimestre do ano.

A conjugação dos sinais positivos referidos em cima com a continuação do programa de compra de ativos do BCE, permitiu uma redução das *yields* das OT (Obrigações do Tesouro) a 10 anos, de 420 pontos base (p. b.), em fevereiro, para valores abaixo dos 200 p. b., em dezembro.

Este movimento permitiu uma forte redução do *spread*, não só face à referência germânica (350 p.b. de *spread* no início do ano para 150 p.b. no final do ano) mas também face aos restantes periféricos, tendo inclusive a *yield* portuguesa negociado abaixo da italiana no final do ano.



Os BTPS (*Buoni Poliennali del Tesoro*) italianos tiveram um ano com *yields* entre os 195 p.b. e os 235 p.b., registando nos últimos meses do ano uma ligeira tendência de subida devido ao aproximar de eleições internas e a incerteza quanto ao vencedor. Este movimento fez a dívida pública negociar com um prémio de risco superior ao português em 10-15 p.b. em dezembro.

Em Espanha, os Bonos terminaram o ano com uma *yield* perto dos valores iniciais, entre os 140-150 p.b. e um *spread* face à Bund alemã de 114 p.b., mostrando sinais de pouca correlação entre os acontecimentos pró-independentistas da Catalunha e o aumento do prémio de risco do país.

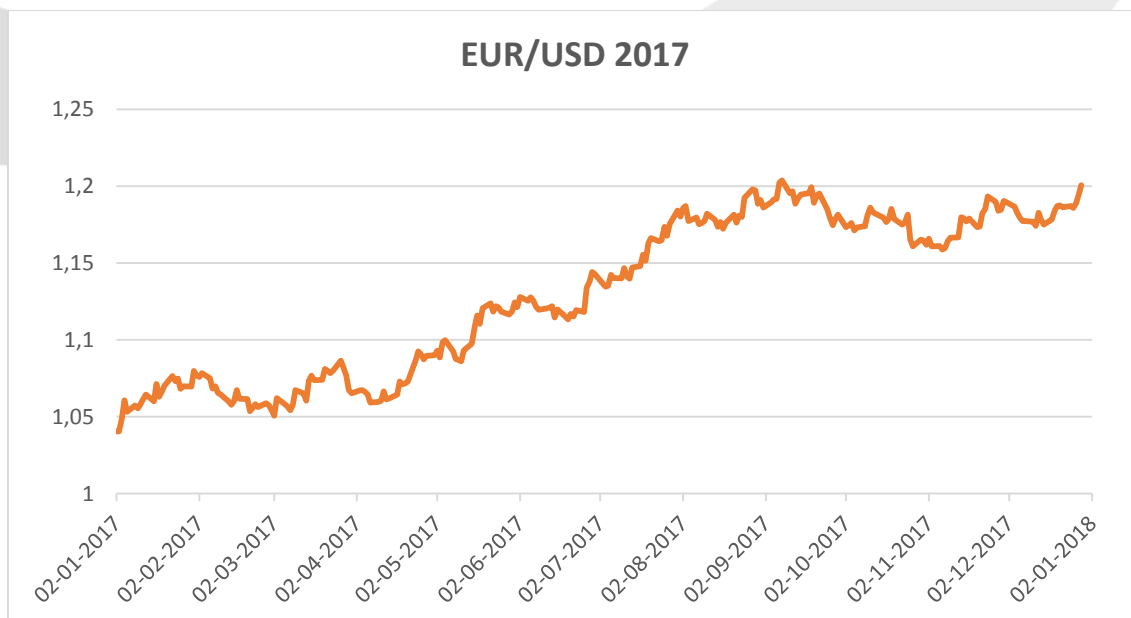
Nos EUA, as *yields* das *Treasuries* de maior prazo tiveram, a partir de meados de setembro, uma mudança para uma tendência de subida das taxas, movimento explicado sobretudo pelos indicadores económicos positivos, ausência de pressões inflacionistas e subida das taxas diretas por parte da reserva federal. As *Treasuries* a 10 anos transacionaram num intervalo entre 2.05-2.60%, tendo o mínimo sido observado em setembro e o máximo em março.

A subida da *yield* a 2 anos, num movimento que ocorreu ao longo de todo o ano, provocou uma redução da inclinação da curva dos Estados Unidos da América, que no início do ano era de 125 p.b. e terminou nos 52 p.b., o que representa um sinal de maior desconfiança dos investidores face à continuidade do atual ciclo económico de crescimento da economia.



Mercado Cambial

Durante 2017, o USD desvalorizou-se contra a generalidade das moedas. O Índice DXY, que representa o valor do USD contra as maiores moedas mundiais, passou de 102.78 no final de 2016 para 92.124 no final de 2017. Este movimento deveu-se a redução das expectativas quanto ao sucesso das políticas de crescimento prometidas pela administração Trump, mesmo perante um ano com indicadores económicos favoráveis e com subida de taxas de juros nos EUA.



A evolução do *cross* Euro/USD mostra uma valorização do EUR em 15%. Passada a crise de algumas dívidas soberanas, em 2017 registou-se uma maior estabilização política dos países da Zona Euro e uma revisão dos respetivos cenários macroeconómicos, para um ciclo com uma maior robustez da

recuperação económica e, com isso, verificou-se uma maior confiança para os investidores assumirem posições longas em euros contra as restantes divisas.

5. SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BPG EM 2017

5.1 BANCA COMERCIAL E INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Em 2017 o Banco Português de Gestão (BPG) ajustou a sua estratégia e posicionamento de mercado, com vista a responder, por um lado, aos desafios emergentes em matéria de produtos e serviços financeiros, inovação e disrupção do mercado e exigência ao nível da resposta do cliente e da experiência deste como utilizador; por outro, assumindo a preocupação de alinhar a sua oferta ao mercado, ponderando criteriosamente o risco, num ciclo de retoma e expansão económica condicionado por crescentes exigências regulatórias.

Mantendo, como característica diferenciadora, a vocação para o segmento da Economia Social, assumida na génese do Banco, foi reforçada a aposta na orientação da atividade para as PME's de alto valor acrescentado e forte dinâmica transacional, para a gestão de patrimónios e para a aproximação ao ecossistema das financeiras tecnológicas, mediante o estabelecimento de parcerias colaborativas nas áreas de recursos, crédito e sistemas de pagamentos.

Por essa razão, a área de negócio que lida essencialmente com a atividade de captação de depósitos, concessão de crédito, prestação de serviços financeiros, gestão de patrimónios, consultoria e aconselhamento financeiros, foi agrupada e redenominada de Banca Comercial & Intermediação Financeira, de modo a identificar todo o escopo abrangido, que resulta do posicionamento seletivo do BPG no mercado visado.

Para esse efeito, o *website* do Banco foi renovado e promovido ativamente, com vista a conferir maior alcance, visibilidade e reputação junto do mercado-alvo. Seguir-se-á o desenvolvimento de soluções de maior interatividade, em sintonia com as respostas e experiências dos utilizadores, procurando-se melhorar os meios remotos de acesso cada vez mais procurados pelos Clientes.

A equipa foi e continuará a ser reforçada com recursos humanos qualificados e experientes, conhecedores do mercado e identificados com o posicionamento do BPG. Foram cuidadosamente estudadas as potenciais parcerias com os novos *players* financeiros tecnológicos, tendo sido celebrada uma parceria de sucesso com a germânica *Raisin*, para a oferta de depósitos a prazo a clientes alemães e austríacos, cuja tradução e impacto em balanço adiante se mencionará.

O crédito por desembolso, líquido da concessão de novas operações e de reembolsos, verificou um acréscimo de 5,8% (+ 3,09 M€), para o qual contribuiu a variação líquida de 17% em crédito às Empresas & Instituições (+ 5,5 M€) e o decréscimo de 20% (-3,3 M€) em Particulares, com as operações de tomada firme em títulos de crédito e outros valores a receber a aumentarem 27,1% (+ 0,9 M€).

No crédito por assinatura, em operações extrapatrimoniais, a variação foi de 21% (+1,49 M€), essencialmente impulsionada por diversas operações de emissão de garantias bancárias.

Já a carteira de crédito sob a classificação de NPL, integrando capital e juros, verificou um decréscimo de -3,59 pp, situando-se agora em 27,8% do crédito total concedido.

O exercício de 2017, no que à concessão de crédito diz respeito, pautou-se por uma rigorosa política de avaliação do risco e uma criteriosa monitorização dos créditos em curso, bem como pela constante análise da evolução da situação económico-financeira dos clientes, dando particular atenção aos casos que evidenciavam sinais de alerta de deterioração.

A recuperação de NPL e melhoria do risco da carteira constituem um dos focos prioritários de atuação do Banco, traduzindo-se na ausência de quaisquer situações de NPL em relação aos novos créditos concedidos, bem como na contenção e redução dos casos em acompanhamento, privilegiando-se a pro-atividade na prevenção, detenção e atuação em tempo útil, mediante renegociação e reforço de garantias nos casos em que tal se afigurou possível e viável.

O volume de provisões constituídas para risco de crédito manteve-se quase idêntico ao exercício anterior, correspondendo sensivelmente a 94,4% da carteira de NPL.

No que toca a recursos captados, a carteira do BPG observou um crescimento de 246% (+130 M€).

Este impacto foi ditado pelo início da oferta e colocação de depósitos a prazo para o mercado alemão e austríaco, por via da parceria com a financeira tecnológica alemã *Raisin*, que permitiu a captação de mais de 113 M€ distribuídos por 3.175 clientes particulares daquelas nacionalidades. Em relação aos clientes domésticos, o volume de depósitos a prazo cresceu 31,3% (+15,7 M€) %, atingindo cerca de 66 M€.

O rácio de transformação passou, assim, de 113% em 2016 para 31,5% em 2017, visando-se o seu incremento gradual no próximo exercício.

Quanto aos Ativos em Balanço Disponíveis para Venda, rubrica essencialmente constituída por imóveis originados em dações em cumprimento, foram reforçados os esforços no sentido de alienar e/ou rentabilizar os imóveis em questão, tendo sido possível concretizar algumas vendas e promover ações no sentido da valorização dos restantes ativos ainda em carteira.

Acredita-se que a atual conjuntura económica, e em particular a aceleração observada no mercado imobiliário no segundo semestre de 2017, venham a permitir um incremento das transações dos referidos ativos ao longo de 2018.

5.2 MERCADOS FINANCEIROS

A Direção de Mercados Financeiros (DMF), durante o ano de 2017, assentou a sua atuação principalmente na gestão da carteira própria procurando maximizar a rentabilidade em função do nível de risco determinado. Analisando a *performance* do ano e abordando-a numa perspetiva simples e transversal podemos considerar que foram atingidos resultados positivos.

No que se refere à gestão da liquidez, o papel da DMF foi, precisamente, garantir a aplicação da política de liquidez definida para o Banco.

Outra área importante de atuação da DMF foi a prestação de serviços de gestão discricionária que, durante o ano, registou um relevante crescimento dos montantes sob gestão. Quanto a *performances*, poderemos igualmente considerar que foi um ano positivo para esta área de negócio do Banco.

CARTEIRA PRÓPRIA

A DMF guiou a sua atuação por critérios de prudência, cumprindo de forma rigorosa as decisões, orientações e limites definidos pelo Comité de Investimento do Banco.

Obrigações

Na carteira própria de obrigações, num contexto de taxas extremamente baixas ou negativas, procurou-se algum retorno sobretudo nos emitentes da periferia (ex. Portugal, Itália e Espanha) e, ainda, da gestão do prazo de maturidade da carteira.

A duração modificada média da carteira no início do ano era aproximadamente de 6 anos e, no final do ano, estava praticamente nos 5 anos. A YtM (*Yield to Maturity*) média da carteira reduziu-se ao longo do ano, terminado aproximadamente nos 0,90%. Neste âmbito, há ainda que destacar o notável comportamento da dívida portuguesa em todos os prazos que contribuiu decisivamente para os resultados positivos que se registaram na carteira própria do Banco. Apesar da restante dívida de países *core* e periféricos não ter fechado o ano com valorizações relativamente ao seu início, sobretudo nos prazos superiores a 1 ano, as desvalorizações no *market value* foram genericamente compensadas pela componente dos juros.

Durante o ano uma parte da carteira manteve-se novamente entregue no BCE para efeitos de pool de colateral, permitindo a manutenção e renovação das operações de refinanciamento do BCE à taxa de juro anual de 0%. As restantes obrigações, fora da *pool* de colateral, na sua maioria ativos de alta qualidade e de elevada liquidez, voltaram a contribuir de forma significativa para o cumprimento do rácio de liquidez (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) a que o Banco está obrigado.

A estratégia de investimento nesta classe de ativos assentou na compra de dívida de países da periferia da Europa. Neste âmbito, voltamos a frisar, as diversas posições de investimento em dívida soberana portuguesa tiveram um papel crucial considerando a elevada valorização de todas as suas maturidades, situação que alcançou o seu ponto máximo em setembro com a subida do *rating* pela Fitch, atingindo o patamar de *investment grade*. Relativamente às posições detidas em dívida italiana e espanhola, as *performances* não foram tão conseguidas, pois ambas sofreram da conjuntura política dos seus países, a primeira com a indefinição quanto ao próximo governo e a segunda com o conflito na Catalunha.

Destacamos ainda um incremento das posições em dívida *corporate* sobretudo em países *core* e em emissoras/empresas portuguesas.

Após a eleição de Donald Trump como presidente do EUA e com um receio generalizado que este fato contribuísse para uma subida de yields nos EUA e na Europa, iniciámos o ano com uma cobertura realizada através de futuros sobre o Bund de aproximadamente 15% do valor da carteira de obrigações. Esta percentagem de cobertura foi-se reduzindo substancialmente durante o ano, mas no final do ano voltou a atingir aproximadamente 14 %.

O valor da carteira própria de obrigações em janeiro de 2017 situava-se nos 35,8 milhões de euros e em dezembro atingiu os 104,3 milhões de euros, tendo o seu valor médio ficado nos 77,6 milhões de euros. Estes valores revelam um substancial incremento no valor desta carteira.

Ações

A exposição a ações durante o ano repartiu-se por duas carteiras (Fundos e Ações Investimento), tendo-se iniciado o ano com um valor aplicado próximo dos 4,2 milhões de euros em Fundos e de 4,3 milhões de euros em Ações Investimento, num total acumulado de 8,5 milhões de euros.

No final do ano os valores eram de 7,5 milhões de euros em Fundos e de 17,9 milhões de euros em Ações Investimento, num total acumulado de 25,4 milhões de euros. Também aqui se pode confirmar um crescimento muito significativo durante o ano do montante sob gestão nestas carteiras.

Em termos médios anuais, os valores foram de 4,5 milhões de euros em Fundos e de 15 milhões de euros em Ações Investimento, num total acumulado de 19,5 milhões de euros.

Os retornos gerados foram positivos, especialmente na carteira de Fundos, onde foi possível obter um retorno de 1,53 milhões de euros. A taxa de rentabilidade média anual fixou-se próxima de 10,2%, o que compara favoravelmente com o retorno de 6,5% gerado pelo Eurostoxx50 durante o ano.

Paralelamente, embora com um peso significativamente inferior na estratégia de investimento, a carteira de Ações Investimento obteve um retorno de 169,4 mil euros. A taxa de rentabilidade média anual fixou-se próxima de 3,74%.

Em ambas as referidas carteiras procurou-se a mitigação dos riscos através, por exemplo, da diversificação de posições e de geografias, embora tenha novamente existido uma natural tendência para a exposição ao mercado europeu e norte-americano.

TESOURARIA / LIQUIDEZ

Na gestão da liquidez, a DMF procurou assegurar níveis de liquidez adequados às necessidades de carácter corrente do Banco.

Tendo o ano de 2017 mantido o nível reduzido ou negativo das taxas oferecidas para aplicações de curto prazo, optou-se por manter a liquidez diária disponível à ordem em contas operacionais ou efetuar depósitos junto do BCE que, apesar de remunerados a taxas negativas, contribuíram para o cumprimento do rácio de liquidez (LCR).

No que concerne a tomadas, reduziram-se substancialmente as utilizações dos limites existentes no mercado monetário e as linhas de crédito disponíveis com outras instituições de crédito. A exceção foram as linhas de financiamento disponíveis no BCE, em que o Banco aproveitou a oportunidade de utilizar adicionalmente um valor de 8,5 milhões euros, ao abrigo dos limites disponíveis para as operações TLTRO II. No final de 2017 encontravam-se tomados 27,5 milhões de euros junto do BCE.

A evolução positiva da carteira de depósitos durante 2017 permitiu uma significativa redução da utilização das linhas de crédito existentes no início do ano.

CLIENTES (GESTÃO DE ATIVOS)

As carteiras dos clientes com mandatos de gestão discricionária obtiveram retornos ajustados pelo risco bastante positivos. Em comparação com os respetivos *benchmarks*, superaram-nos por larga margem. Para este resultado, foi decisiva a sobre ponderação de dívida soberana e corporativa dos países periféricos.

O ano de 2017 também fica marcado pela expansão da base de clientes e dos ativos sob gestão.

5.3 ÓRGÃOS DE ESTRUTURA

Estes órgãos, nas suas diversas componentes, são essenciais ao funcionamento corrente da Instituição, quer pelo suporte operacional e de controlo conferido através das suas rotinas diárias, quer pelo desenvolvimento de projetos de maior alcance e duração que visam habilitar o Banco com as condições necessárias à prestação de serviços em maior número e qualidade aos seus clientes, bem como ao cumprimento das múltiplas obrigações e deveres legais e regulamentares associados à atividade desenvolvida.

Contabilidade e Operações

A Direção de Contabilidade e Operações, no quadro das suas atribuições, assegurou o cumprimento dos deveres de prestação de informação e de reporte periódico às autoridades de supervisão e a preparação de informação financeira aos órgãos de gestão do Banco, em conformidade com as NIC's (Normas Internacionais de Contabilidade), adotadas pela União Europeia, e também das obrigações de natureza fiscal à Autoridade Tributária (AT).

Da atividade desenvolvida, merece referência a continuidade da implementação de melhorias nos aplicativos, de acompanhamento, análise e controlo operativo, assim como nos mecanismos que visam melhorar a qualidade e rigor quer da informação contabilística e operacional, quer do reporte da informação.

Neste sentido, foram desenvolvidas novas funcionalidades, para suporte às solicitações de reporte a que o Banco está obrigado, o que passou pela reformulação de processos operacionais, incorporação de melhorias ao nível da otimização da informação a ser difundida, visando também a redução de riscos e uma mais rápida consecução dos trabalhos de análise e reporte do Banco.

A preparação das Demonstrações Financeiras do Banco, tendo sempre como objetivo a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada, são preparadas, desde 2016, em

conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas pela União Europeia, tal como determinadas pelo Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

Com a criação do Núcleo de Recursos Humanos, a Direção deixou de assegurar a gestão administrativa desta área, passando a execução de todas as tarefas administrativas inerentes à contratação, manutenção e desvinculação de trabalhadores, e o cumprimento das obrigações legais decorrentes desses contratos, em especial perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, a ser assegurada por uma colaboradora da DCO, a tempo parcial.

Núcleo de Operações

No ano de 2017, o Núcleo de Operações teve um aumento significativo no volume de operações em resultado da adesão à plataforma da Raisin.

Esta plataforma tecnológica é acedida por clientes não residentes (Alemães e Austríacos) que efetuam Depósitos a Prazo, junto do BPG, até ao montante máximo do Fundo Europeu de Garantia de Depósitos (100.000€), competindo ao Núcleo de Operações efetuar as aberturas de contas, constituição e mobilização dos Depósitos à Prazo, e as respetivas transferências dos montantes a reembolsar nas datas de mobilização e vencimento.

O incremento operacional da Plataforma Raisin não prejudicou a qualidade e operacionalidade do Núcleo de Operações ao nível das suas demais responsabilidades e funções, no âmbito da implementação de operações ativas e passivas e de prestação de todos os serviços bancários aos clientes em particular no que respeita à utilização da plataforma única partilhada, TARGET2 – Securities (T2S) que otimiza a liquidação de títulos na Europa.

Sistemas de Informação

A Direção de Sistemas de Informação divide-se em duas áreas, a de Sistemas, que mantém toda a infraestrutura relacionada com o sistema central, redes e periféricos e assegura a minimização do respetivo risco operacional, e a de Desenvolvimento, que tem a responsabilidade de gestão e desenvolvimento dos novos projetos, bem como a manutenção das aplicações existentes.

Durante 2017, o Banco Português de Gestão prosseguiu com o desenvolvimento interno dos seus sistemas de informação, com vista a responder a exigências regulamentares, a necessidades do negócio e a melhorias do desempenho operacional.

Neste sentido, foram desenvolvidas novas funcionalidades especializadas para suporte às solicitações de reporte a que o Banco está obrigado, à otimização dos procedimentos e melhoria da qualidade do serviço e à minimização de riscos operacionais.

Foi também melhorado significativamente o *website* do Banco para incrementar o seu valor comunicacional junto dos Clientes e dos mercados que o Banco privilegia na sua atividade.

O BPG tem vindo a analisar o desafio competitivo que representa o processo de transformação digital em curso, para a atividade bancária em geral, e não deixará de avaliar e decidir sobre os cenários de investimentos significativos que se traduzam em efetivas melhorias na sua infraestrutura de tecnologia de informação, que se revelarem necessários, para continuar a crescer de forma sustentada e continuada, no quadro do seu modelo de negócios para os próximos anos.

Serviços Jurídicos

Tratando-se de uma Direção pretadora de serviços, de cariz transversal para o Banco, mantiveram-se, como principais objetivos da atuação da Direção de Serviços Jurídicos (DSJ) durante o ano de 2017: (i) formalização de operações de crédito e conexas, (ii) representação do Banco em processos judiciais e (iii) elaboração de pareceres e informações de apoio às decisões de gestão.

O trabalho desenvolvido na área da formalização de operações bancárias de concessão de crédito, continuou a cumprir os seus fins, dando continuidade à linha de ação determinada nos anos anteriores.

Igualmente, a atividade de intermediação financeira exercida pelo Banco convidou a uma especial dedicação por parte da DSJ, com o objetivo de serem resolvidos todos os desafios, legais e regulamentares, com que a instituição se debateu.

Sempre que houve lugar a solicitações de natureza contenciosa, materializo-se tal realidade na necessária representação do Banco em Juízo, quer ao nível da recuperação de crédito, quer em sede falimentar, sem olvidar as contendas de ordem fiscal.

A DSJ está envolvida no acompanhamento fiscal das diversas operações bancárias, não só das que se inserem na normal atividade desenvolvida pelo Banco, enquanto instituição financeira, mas também no acompanhamento prestado na relação que o Banco estabelece com as suas participadas, nacionais e estrangeiras.

No âmbito da sua atividade, a DSJ estabeleceu contactos e recebeu colaboração de prestigiados *Law Offices* portugueses, mas também estrangeiros, com especial enfoque para os sedeados nos Países membros da CPLP.

Funções de Controlo

Relativamente às Funções de Controlo, dá-se nota dos seguintes destaques, sendo que relativamente à Gestão de Risco se remete para capítulo próprio.

Compliance

No ano de 2017, no essencial prosseguiram-se as ações encetadas em 2016 nas áreas (i) da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, (ii) de KYC (*Know your costumer*) e (iii) da prevenção do abuso de mercado (intermediação financeira) como espaços vetoriais da Função de Compliance.

No que diz respeito à matéria da Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo (AMLCTF) o enfoque residiu na monitorização das operações bancárias tipicamente utilizadas para o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, como sejam as transferências bancárias a crédito e a débito.

Foram analisadas operações identificadas como potencialmente suspeitas, no cumprimento dos procedimentos que internamente se encontram em vigor e que materializam a importância que se

reconhece ao papel que as Instituições Financeiras devem desempenhar neste combate, em linha com os deveres legais e regulamentares que lhes estão cometidos.

Em sede de KYC aprofundou-se a monitorização da carteira de clientes e, em particular, o escrutínio da conformidade dos Dossiês de Abertura de Conta com a legislação/regulamentação vigente e as boas práticas instituídas.

No que concerne à área operacional da Sala de Mercados, prosseguiu-se a monitorização das transações de instrumentos financeiros, as quais foram objeto de posterior verificação e validação.

Merecem ainda destaque as ações conducentes à preparação de normativos internos relativos à FATCA e CRS, bem como a densificação dos reportes enviados aos Reguladores em matéria de PBC/FT.

Auditoria Interna

A atividade da Função de Auditoria Interna (FAI) em 2017 cumpriu o estipulado para esse ano no Plano Anual de Auditoria Interna para o período de 2016 a 2018, com enfoque nas seguintes áreas funcionais: (i) Depósitos; Recursos Humanos; (iii) Desenvolvimentos de Processos; (iv) *Governance*; e (v) Carteira Propria e Gestão de Ativos.

As desconformidades identificadas foram objeto de recomendações que originaram em regra melhorias nos procedimentos e processos internos, após audição dos responsáveis das áreas funcionais e novas orientações aprovadas pela Administração.

A monitorização do Sistema de Controlo Interno (SCI) foi executada com vista a assegurar em permanência a respetiva adequação, eficácia e eficiência e a garantir a identificação de eventuais deficiências, oportunidades de melhoria, ou medidas de fortalecimento.

A Função de Auditoria Interna (FAI) que tem uma linha de reporte direta ao Conselho de Administração, foi exercida sem restrições de acesso a tudo quanto foi solicitado, documentação, aplicações informáticas, arquivos informáticos, e lugares físicos do Banco, permitindo-lhe portanto exercer adequadamente a sua responsabilidade de certificação independente.

6. GESTÃO DE RISCOS

Introdução

No BPG, a Gestão de Riscos procura realizar um trabalho independente e imparcial assente num conjunto de políticas e procedimentos que visam o controlo e acompanhamento de todos os riscos considerados relevantes no desenvolvimento da atividade do Banco. Suportada pelos sistemas de informação disponíveis, a Função de Gestão de Riscos procura estabelecer a identificação, avaliação e monitorização daqueles que são os riscos com relevância e materialidade na atividade da organização, reportando subsequentemente ao Conselho de Administração.

Sendo o âmbito da sua atuação transversal a todas as áreas do Banco, a Gestão de Riscos procurou nomeadamente analisar e monitorizar os seguintes riscos: Crédito, Mercado, Taxa de Juro, Liquidez e Operacional.

Havendo consciência da existência de outros riscos - Sistemas de Informação, Cambial, *Compliance* e Reputacional - que, por serem de menor dimensão e impacto, não são analisados de forma regular e intensiva mas constituem focos de atenção e de responsabilidade transversal a todos os trabalhadores e áreas.

O Banco tem bem clara a importância de uma cada vez maior mitigação dos riscos inerentes ao exercício da sua atividade, designadamente ao nível da sua capacidade de captação de novos negócios e investimentos. Por tudo isto, a Gestão de Riscos desenvolveu atividades como:

- Revisão das políticas de gestão dos vários riscos, tendo por objetivo último estabelecer novos limites de risco ou inclusão de novos “*triggers*”, por forma a ser possível realizar uma avaliação dos mesmos de um modo mais adequado à realidade do Banco, sendo da responsabilidade do *Risk Officer* a monitorização e acompanhamento dos níveis de alerta para os “*triggers*” considerados relevantes.
- Assegurar com tempestividade as alterações nos riscos motivadas pela aquisição ou desenvolvimento de novos produtos (exemplo: plataforma *Raisin*).
- Realização de *stress tests* por forma a averiguar os correspondentes impactos na solidez do Banco, no caso concreto da sua carteira de Ativos e Passivos, perante diferentes cenários.
- Realização de relatórios trimestrais sobre a evolução dos diversos indicadores de risco do Banco, por forma a assegurar que se encontram dentro dos limites estabelecidos.
- Início do planeamento, formação e implementação do projeto “IFRS 9”, que surgiu no seguimento da revisão da IAS 39 e que estabelece os novos requisitos no que concerne à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e à metodologia de cálculo de imparidades e aplicação das regras de contabilidade e cobertura.
- Colaboração com a Direção de Mercados Financeiros, através da realização de análises e pareceres nos casos de operações de aquisição de papel comercial ou Obrigações de emissores portugueses sem *rating* externo e de montantes e prazos reduzidos.

Em suma, o acompanhamento e gestão dos riscos em todas as vertentes e fases, de avaliação, monitorização e reporte, têm por objetivo último garantir que está a ser seguido o perfil de “apetite de risco” que o Banco estabeleceu, bem como garantir que a Instituição cumpre com os regulamentos e procedimentos estabelecidos e que a continuidade da natural atividade do Banco estará sempre salvaguardada.

Risco de Crédito

O Risco de crédito decorre da probabilidade de um cliente incumprir com as suas obrigações, conduzindo assim à possibilidade do Banco não reaver o capital e os juros associados ao crédito concedido. Sendo este o desafio que se coloca aquando da concessão de créditos, é da responsabilidade da Gestão de Riscos, analisar de forma imparcial e objetiva esta possibilidade.

Os mecanismos associados à gestão do risco de crédito no que respeita à análise de operações propostas pela Direção Comercial, passam por um escrutínio rigoroso por parte da Função de Gestão de Riscos do Banco, que inclui nomeadamente:

- Análise económico-financeira do potencial cliente e averiguação da qualidade e fiabilidade da informação contabilística apresentada;
- Análise do risco associado ao setor em que desenvolve a sua atividade;
- Verificação do cumprimento das suas responsabilidades perante as entidades estatais nomeadamente Segurança Social e Autoridade Tributária;
- Verificação da situação do potencial cliente junto da Centralização de Riscos do Banco de Portugal;
- Análise da qualidade de gestão do cliente, medida pela experiência no relacionamento com o Banco e pela existência/inexistência de incidentes;
- Acresce ainda como medida mitigadora, a necessária avaliação dos colaterais dados como garantias às responsabilidades assumidas junto do banco.

Após esta análise que cumpre com critérios qualitativos e quantitativos constantes do Regulamento de Crédito, o parecer da Gestão de Riscos é remetido a um nível superior que inclui o Comité ou o Conselho de Administração, sendo a aprovação/reprovação da operação da responsabilidade dos respetivos órgãos.

Nos casos em que as operações são aprovadas e é iniciada uma relação entre o Banco e o cliente, dá-se início ao processo de acompanhamento do comportamento do cliente.

O cálculo de imparidades é realizado individualmente, não calculando o Banco imparidades coletivas, com base no Regulamento Interno, o qual, em 2018, sofrerá alterações, com vista ao cumprimento das normas estabelecidas pelas entidades supervisoras. Nesta análise realizada, importa mencionar que as perdas são calculadas e estimadas com base naquele que se espera ser o valor a recuperar do crédito. Adicionalmente é elaborada mensalmente uma *Watch List* para acompanhamento mais próximo de alguns clientes.

O ano de 2017 registou perdas por imparidade sensivelmente idênticas às registadas em 2016, o que dado o aumento da carteira de crédito se traduziu numa melhoria da qualidade de crédito do Banco, resultante da estratégia delineada de concessão de crédito a clientes de melhor qualidade creditícia

Risco de concentração

O Risco de Concentração que se encontra incluído na monitorização do Risco de Crédito, diz respeito à possibilidade de fatores de risco comuns entre diferentes contrapartes motivarem

uma perda para o Banco. Deste modo, e para que uma perda não possa colocar em causa a solvabilidade e solidez do Banco, torna-se relevante o estudo e análise destes fatores geradores de uma potencial perda.

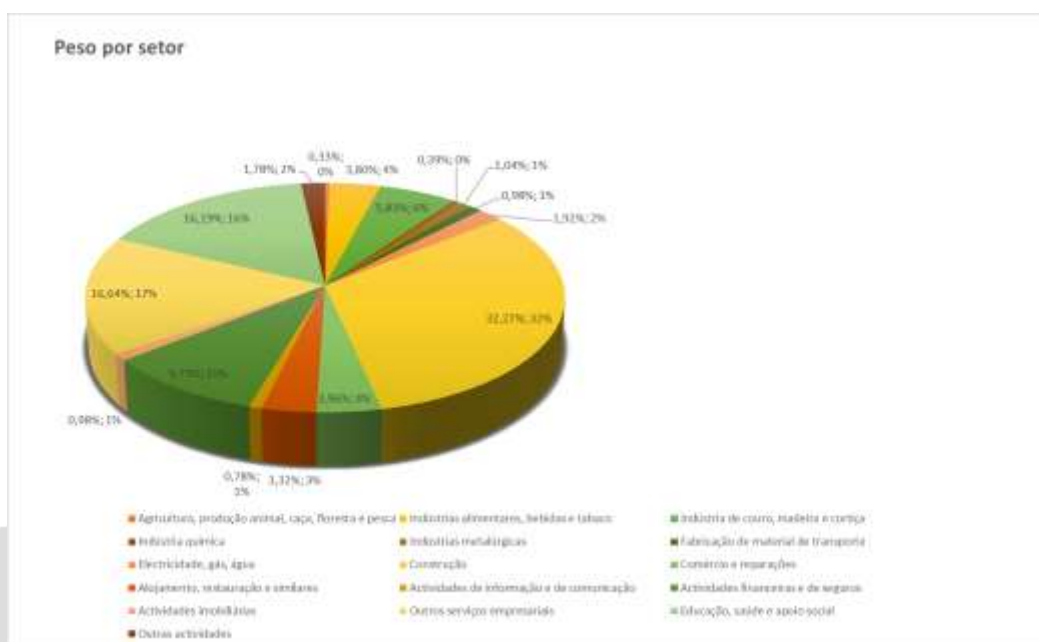
Numa análise ao Risco de Concentração Individual, e apenas para a carteira de crédito, verificou-se que após a segmentação dos clientes por carteira, cerca de 75% dos clientes apresentam uma exposição até 500.000€ e 24,5% dos clientes apresentam um nível de exposição superior a 1.000.000€.



Já no que concerne ao Risco de Concentração Setorial verifica-se que foi conseguida uma evolução bastante positiva com a entrada do Banco em dois novos setores: “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pescas” e “Indústria Química”.

O Banco, dada a sua vocação de apoio à Economia Social, continua a apresentar um peso significativo neste setor, embora decrescente face a 2016.

Em 2017 o Banco conseguiu assim diversificar a sua exposição ao risco setorial pela conquista de novos setores e maior diversificação na oferta.



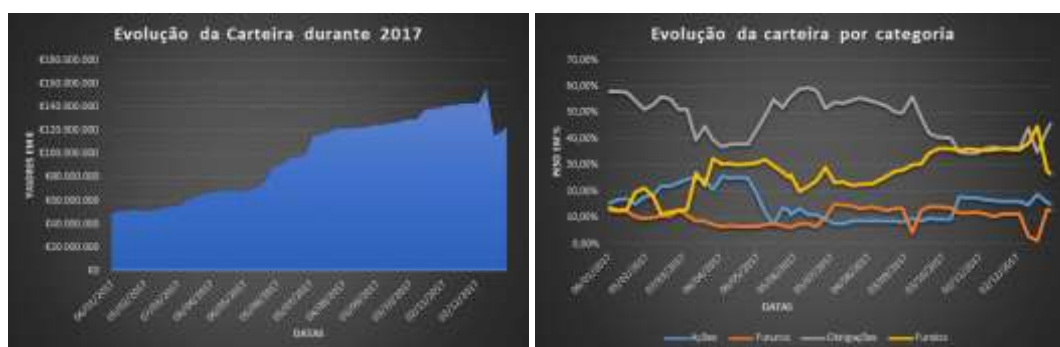
Risco de Imobiliário

O risco de imobiliário é um risco inerente à gestão do crédito do Banco, sendo de forma regular verificada a valorização/ desvalorização dos imóveis dados como garantia.

Risco de Mercado

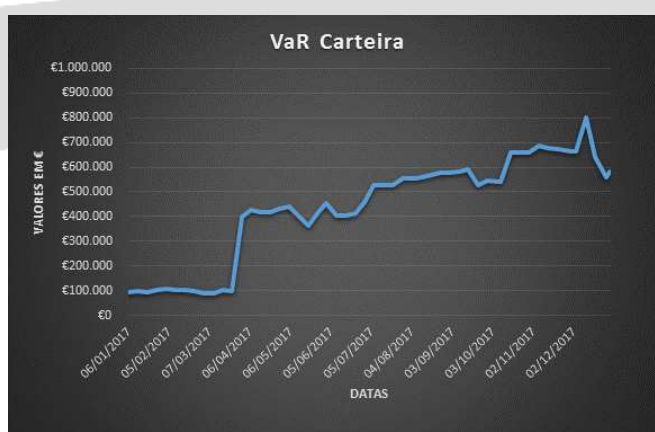
O Risco de mercado resulta da possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Deste modo, este risco representa não apenas a possibilidade de ocorrerem depreciações no valor dos instrumentos financeiros motivadas por variações nas condições do mercado como também inclui o risco das taxas de câmbio das posições cambiais geradas pela existência de instrumentos financeiros detidos em diferentes moedas e ainda o risco de taxa de juro.

Em 2017 houve um grande crescimento da carteira de títulos do Banco, que passou para um valor superior a 120M€, tendo aumentado cerca de 214% face ao verificado em 2016, sendo a carteira de obrigações a de maior peso entre as várias classes de ativos, tendo alcançado em termos médios um peso próximo de 75% da carteira total.



A avaliação e controlo dos riscos de mercado em operações de *trading* são realizados, para além do recurso a outros indicadores, através do cálculo do *VaR* – *Value at Risk* – baseado no modelo Monte Carlo.

O *VaR* corresponde à perda máxima potencial (nível de confiança de 99%), que poderá advir de fatores de risco, no horizonte temporal diário. Estes fatores de risco incluem nomeadamente taxas de crescimento dos preços, índices de taxa de juro que informam sobre o valor da carteira, ou que são tomados como representativos desses mesmos preços, índices ou taxas. Em virtude do aumento acentuado da carteira em 2017, também o *VaR* foi acompanhando esse aumento tendo terminado o ano de 2017 em aproximadamente 580.000€, representando cerca de 0,45% da carteira total.



Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez, está naturalmente associado à possibilidade do Banco não reunir condições de cumprir as suas obrigações financeiras, seja por desembolsos de valor relevante no curto prazo, seja por escassez de recursos ou pela incapacidade de se desfazer de modo rápido de uma posição, devido à não reunião de condições favoráveis no mercado para tal.

Assim, este risco emerge por um *mismatch* entre os seus direitos e obrigações que pode naturalmente criar um desequilíbrio entre os fluxos de entrada de fundos e os fluxos de saída de caixa dos mesmos.

Para o Banco, este risco assume presentemente uma relevância menor, na medida em que com a entrada na Plataforma *Raisin*, o Banco conseguiu obter a liquidez suficiente para inclusivamente reembolsar linhas de crédito junto de OIC's com maior custo de *funding* e contratar novas linhas bem mais favoráveis junto do BCE.

Aquando da decisão de investir em ativos financeiros ou outros, os dados dos investimentos são sujeitos a uma análise rigorosa para controlo da possibilidade de ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco em algum momento satisfazer os seus compromissos.

A análise do risco de liquidez por parte da Função de Gestão de Riscos, permitiu constatar uma evolução particularmente favorável no presente ano em termos de liquidez do Banco, tendo este fechado 2017 com a liquidez diária 250% acima do nível registado no período homólogo de 2016.

O custo de *funding* diminuiu cerca de 36 b.p. no mesmo período, tendo-se verificado ainda uma melhoria substancial do risco de concentração tanto de operações passivas como junto de OIC.

Risco Cambial

O Risco Cambial é um risco necessariamente relacionado com as transações realizadas por via de moeda estrangeira, transações estas que são monitorizadas pela Direção de Mercados Financeiros.

Este risco resulta da volatilidade de uma determinada moeda, ou seja, das oscilações sofridas no seu valor, que pode ser muito ou pouco acentuada, sendo isso que define o seu grau de incerteza, sabendo-se que, de resto, estas oscilações nas taxas de câmbio podem ser influenciadas por fatores de natureza económica e financeira, política, técnica e especulativa.

O Risco cambial foi um risco que assumiu alguma expressão durante o ano de 2017, com necessidades de contratação de Futuros para realização de *hedging* e para assegurar a proteção dos ativos detidos pelo Banco. Esse risco assume-se, para o Banco, essencialmente em USD, sendo intuito do Banco, como medida mitigadora deste risco, a angariação de operações passivas nesta moeda.

Risco Operacional

O Risco operacional do Banco e a respetiva mitigação envolvem um processo complexo e longo no qual é necessária a colaboração das várias áreas do Banco para que seja possível a identificação, medição e controlo dos eventos geradores ou potencialmente geradores de falhas operacionais.

Compreender as origens e colaborar na sua identificação e reporte, é algo transversal a toda a organização. A sua medição envolve questionários construídos e disponibilizados pela Função de Gestão de Riscos sendo da responsabilidade das várias áreas o reporte dos mesmos por forma a poder ser quantificado o impacto causado pelos eventos reportados, seja em termos quantitativos pelos possíveis impactos financeiros, seja em termos de qualidade de serviço e reputação do Banco junto dos seus clientes ou da Entidade Reguladora.

Ainda que não sendo por enquanto visível qualquer impacto deste risco, o BPG continua a considerá-lo de grande importância e relevância seguindo os procedimentos internos para a sua avaliação e quantificação considerados adequados à realidade do Banco.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de taxa de juro refere-se à possibilidade de ocorrerem eventos potencialmente adversos e causadores de impactos penalizadores dos resultados, motivados por variações nas taxas de juro, por desfasamentos nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro.

O Risco de Taxa de Juro tem vindo a assumir cada vez maior relevância dentro do Banco especialmente em 2017, face ao crescimento particularmente acentuado do Banco traduzido nos investimentos em operações realizadas nos mercados financeiros bem como ao nível das suas fontes de financiamento, por via da plataforma *Raisin*.

Em termos de Direção de Mercados, as posições de *trading* são geridas pelos *traders*, tendo estes que manter as posições dentro dos limites de exposição fixados.

A análise deste risco será mais aprofundada com a criação do Comité ALCO em 2018.

7. PRINCIPAIS INDICADORES

O quadro seguinte mostra que o desempenho do Banco em 2017 foi globalmente bastante positivo.

SÍNTESE DE INDICADORES	euros		
	31/12/2017	31/12/2016	Var. 17/16
Balanço			
Ativo total	252.926.026	130.380.120	94,0%
Crédito a clientes (bruto)	76.472.205	73.990.999	3,4%
Depósitos de clientes	183.198.786	52.992.740	245,7%
Crédito a clientes líquido	57.742.797	53.353.784	8,2%
Crédito a clientes líquido / Depósitos de clientes	31,5%	100,7%	
Resultados			
Resultado líquido	807.644	(8.758.962)	109,2%
Margem financeira	1.858.105	1.240.887	49,7%
Produto bancário	3.490.892	1.049.902	232,5%
Custos operacionais	(3.852.592)	(4.337.360)	-11,2%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	1.753.089	(6.769.816)	125,9%
Impostos sobre lucros			
Correntes	100.819	91.485	10,2%
Diferidos	330.039	(1.940.757)	117,0%
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido	1,4%	0,8%	
Rendibilidade do Ativo (ROA)	0,3%	-6,7%	
Resultado antes de impostos / Ativo líquido	0,5%	-8,1%	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	3,5%	-39,2%	
Resultado antes de impostos / Capitais próprios	5,4%	-47,4%	
Qualidade do crédito			
Rácio de crédito em risco	26,4%	29,4%	
Rácio de crédito com incumprimento	27,8%	29,3%	
Rácio de cobertura de crédito em risco	95,7%	100,6%	
Rácio de cobertura de crédito com incumprimento	93,7%	100,8%	
Rácios de eficiência			
Custos operacionais / Produto bancário	110,4%	413,1%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	61,6%	198,5%	
Capital			
Rácio common equity Tier I Capital	16,5%	21,2%	
Rácio Fundos Próprios Totais	16,5%	21,8%	

Os indicadores do Balanço evidenciam profundas alterações em relação a 2016, fruto da mudança estratégica que foi adotada.

Optou-se por um forte crescimento na captação de Depósitos de Clientes, designadamente através da adesão do Banco à plataforma Raisin – uma fintech alemã através da qual os bancos aderentes (são atualmente 28 bancos de numerosos estados membros da UE) podem oferecer depósitos até 100 mil euros (com cobertura a 100% no âmbito do sistema europeu de garantia de depósitos) a aforradores alemães e austríacos, em leilão competitivo de taxas de depósitos a prazo entre seis meses e dois anos.

Com a consequente subida dos Depósitos de Clientes (246%, para 183,2 Mio euros) a liquidez do Banco subiu pronunciadamente e tornou-se excedentária a partir do início do segundo semestre o que foi corrigido gradualmente mas apenas parcialmente até ao final do ano.

Face à nova política de crédito novo desenhada, com enfoque na diversificação setorial e na redução do risco médio da carteira, foi privilegiada a captação de novos clientes PMEs de risco moderado e crescimento sustentado designadamente na exportação e com um limite de exposição baixo por cliente, até 500 mil euros, pelo que o crédito a clientes líquido apenas subiu 8,2%, para 57,7 Mio em 2017.

Em consequência, o rácio de transformação, como mostra o quadro acima, baixou de 100,7% em 2016 para 31,5% em 2017, com a maior parte da liquidez adicional que o Banco obteve aplicada em ativos financeiros – como mostra o detalhe do Ativo mais à frente (ponto 12. Demonstrações Financeiras) A rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda subiu 227,6% (de 36,4 Mio em 2016 para 119,2 Mio em 2017).

Esta mudança estratégica permitiu uma inversão muito significativa e positiva nos indicadores de rentabilidade do Banco.

Em 2017, invertendo a tendência de anos anteriores, o Resultado Líquido do Exercício (RLE) foi positivo, tendo-se fixado em 807,6 mil euros (tinha sido negativo, de cerca de 8,8 Mio em 2016).

A melhoria foi ainda mais expressiva quando se comparam os valores dos Resultados Antes de Impostos (RAI) – em 2017, positivos e de cerca de 1,2 Mio e, em 2016, negativos e de cerca de 10,6 Mio.

Para a formação do Resultados de Exercício positivo contribuiu, destacadamente, o resultado operacional obtido pela gestão da carteira de títulos do Banco que se reflectiu, em particular, no crescimento do Produto Bancário (o qual subiu 232,5% para cerca de 3,5 Mio, como o quadro acima assinala).

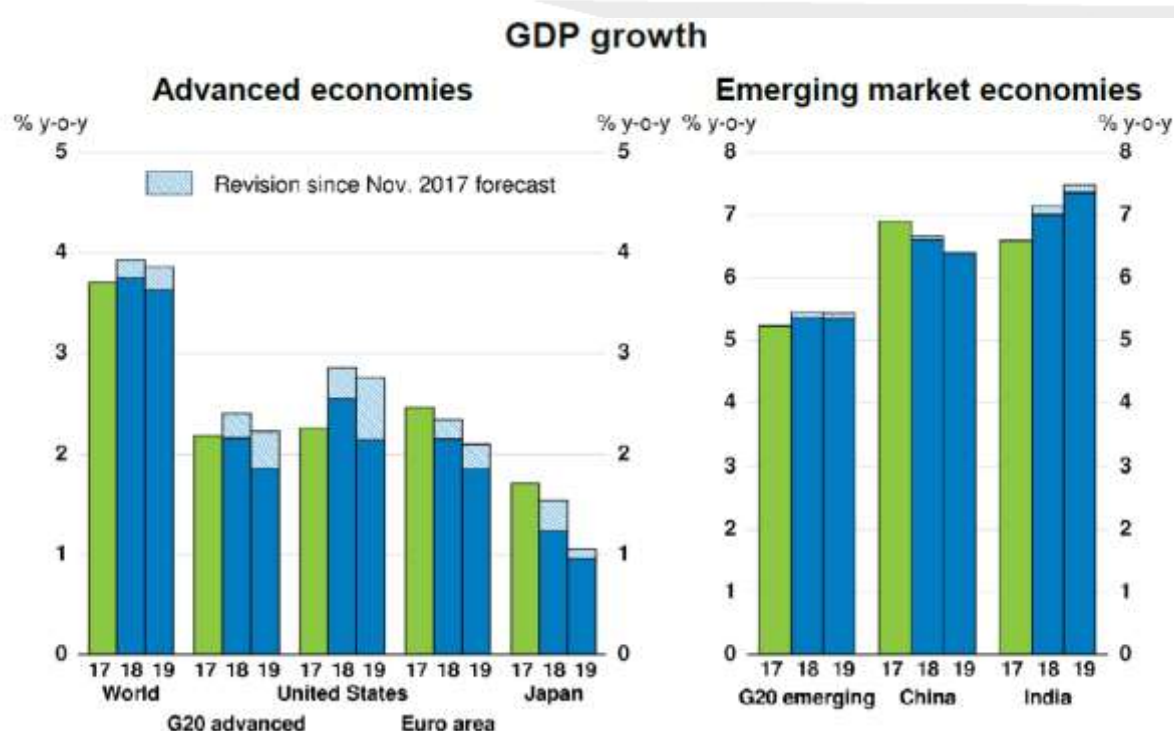
Mas também se conseguiu em 2017 uma reversão de Imparidades de Crédito de cerca de 1.8 Mio que compara com o valor negativo registado em 2016, de cerca de 6,8 Mio.

Sublinhe-se ainda o contributo, embora em escala menor, da redução conseguida nos Custos Operacionais que baixaram 11,2%, em 2017, para cerca de 3,9 Mio, como o quadro acima também retrata.

Em consequência, todos os rácios de Rendibilidade e de Eficiência, assinalados no quadro, registaram melhorias significativas e os rácios de Qualidade de Crédito, embora de forma modesta, também melhoraram. Quanto aos rácios de Capital (Tier 1 e Fundos Próprios), registaram reduções mas mantiveram-se em valores ainda razoáveis (e iguais, de 16,5%).

8. PERSPETIVAS DA ATIVIDADE PARA 2018

A OCDE, no seu *Economic Outlook* de março de 2018, acaba de rever em alta as perspetivas de crescimento da economia mundial, para o biénio 2018-19, com destaque para os EUA. Para a UE, o crescimento também revisto em alta deverá, todavia, manter-se inferior ao registado em 2017. Em relação aos mercados emergentes, em particular China e Índia, em que mantém as previsões anteriores, de novembro de 2017, o crescimento deverá continuar a registar taxas anuais acima de 6,5% (China) e de 7% (Índia).



Esta revisão em alta tem por causa próxima, o forte estímulo fiscal de Trump nos EUA e, em menor grau, na Alemanha. Todavia, o ressurgimento do protecionismo americano poderá reverter de algum modo esta tendência, pela via da desaceleração do comércio externo e do IDE.

A OCDE também reviu em alta as curvas de rendimentos nos mercados de dívida pública nos EUA e na UE, o que também reflete a expectativa de que o Fed e o BCE irão progressivamente reforçar o carácter não expansionista das suas políticas monetárias ao longo de 2018.

Em relação aos mercados financeiros acionistas, sendo expetável a continuação do ressurgimento da volatilidade verificada nos dois primeiros meses de 2018, também se admite que embora os price earnings ratios se encontrem acima da média de longo prazo, designadamente nos EUA, os mesmos possam ainda subir ao longo de 2018.

Em relação à Bolsa de Londres a expetativa é todavia menos positiva, dadas as incertezas associadas às negociações do *Brexit* e a crescente convicção de que a *City* perderá peso nos mercados financeiros mundiais.



Em relação à atividade do Banco para 2018, perspectiva-se um reequilíbrio dos contributos relativos das áreas de concessão de crédito e de mercados financeiros, apontando-se para a continuação do crescimento do produto bancário e dos resultados de exercício.

Assim, mantendo-se uma orientação prudente na concessão de crédito novo, espera-se conseguir um incremento bastante maior em 2018 do que em 2017 no crédito total concedido, designadamente pelo reforço da equipa comercial, de forma a aproximar gradualmente o rácio de transformação de um valor de equilíbrio na vizinhança dos 100%.

A gestão dos créditos NPL e a alienação de imóveis recebidos em dações de pagamento terá, igualmente, de contribuir significativamente para os referidos objetivos de crescimento.

As operações em mercados financeiros tenderão a realizar-se com carteiras que crescerão apenas moderadamente, procurando-se mitigar os riscos de mercado, designadamente no tocante à carteira de obrigações através da redução da respetiva duração e da utilização de coberturas parciais com futuros.

Nas ações, classe de ativos porventura com maior potencial de valorização, justificar-se-á uma atividade de trading de curto prazo mais intensa, tirando partido de oportunidades de valorização momentaneamente constatadas e protegendo de forma mais intensa as aplicações de riscos de *downsize* superiores ao anteriormente esperado.

Serão desenvolvidas áreas de negócio até agora pouco expressivas, como o *corporate banking* e a gestão de ativos de novos clientes, intensificando-se a cooperação interna entre as áreas comercial e de mercados financeiros.

Na gestão da Tesouraria do Banco, procurar-se-á que existam sempre as folgas adequadas, com especial atenção ao cumprimento do rácio de liquidez e procurar-se-á abrir novas linhas de MMI (Mercado Monetário Interbancário) e renovar as linhas de crédito cujo vencimento ocorra em 2018.

Em termos globais, espera-se que em 2018 o Banco prossiga uma tendência de consolidação dos bons resultados obtidos em 2017, de forma a tornar cada vez mais sustentável o seu modelo de negócio e a conseguir elevar os seus fundos próprios.

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Tendo presente o disposto na alínea b) do nº 5 do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa não ter conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2017 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

Os impactos nas demonstrações financeiras individuais do Banco decorrentes da adoção da nova norma IFRS9 foram estimados por referência a 1 de janeiro de 2018, tendo por base a informação disponível à data e a assunção de um conjunto de pressupostos.

Com base nestas estimativas, é expectável que a adoção da IFRS 9 resulte numa redução da situação líquida do Banco em 1 de janeiro de 2018 de 273,5 milhares de euros (valor não auditado). Este impacto resulta maioritariamente do reconhecimento de perdas de crédito esperadas, da reavaliação de instrumentos de capital próprio ao seu justo valor e das alterações de classificação de ativos financeiros por via do modelo de negócio do Banco.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2017, o Banco Português de Gestão obteve um resultado positivo depois de impostos de € 807.643,94 euros.

O Conselho de Administração propõe que o montante dos resultados obtidos no exercício seja levado a:

- Reserva legal: € 80.764,39;
- Outras Reservas: € 726.879,55

11. REFERÊNCIAS FINAIS

É oportuno e justo expressar um agradecimento aos colaboradores do Banco, pela forma como cumpriram ao longo do ano de 2017 as responsabilidades que lhes foram confiadas, bem como aos clientes e contrapartes, pela reiterada confiança depositada no Banco.

Às entidades de supervisão (Banco de Portugal e Comissão de Mercados de Valores Mobiliários), bem como aos restantes órgãos sociais do Banco, em especial no que se refere ao órgão de fiscalização (Conselho Fiscal) e ao Revisor Oficial de Contas, é devida uma nota de muito apreço pela atenção com que foi acompanhada a atividade desenvolvida pelo Banco e pela qualidade e pertinência das recomendações e sugestões que, no âmbito das respetivas competências, foram formuladas, todas elas contribuindo para que a Instituição, sem perder de vista o princípio da proporcionalidade que sempre deverá estar presente, convirja, na sua globalidade e em todas as suas dimensões, para um patamar de elevada qualidade e de boas práticas.

Lisboa, 9 de março de 2018

Presidente

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

Vice-Presidentes

Mário José Brandão Ferreira

Mário Patinha Antão

Vogais

Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz

Luís António Gomes Moreno

João Ricardo Chícharo Folque

+

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em Euros			
	Nota	31/dez/2017	31/dez/2016
Juros e rendimentos similares	5	3.919.829	3.301.214
Juros e encargos similares	5	(2.061.724)	(2.060.327)
Margem financeira		1.858.105	1.240.887
Rendimentos de instrumentos de capital	5	231.218	45.640
Rendimentos de serviços e comissões	6	433.573	474.360
Encargos com serviços e comissões	6	(679.325)	(154.415)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	7	467.195	7.260
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	7	2.745.131	(302.803)
Resultados de reavaliação cambial	8	(1.368.673)	136.909
Resultados de alienação de outros ativos	9	(24.193)	(110.834)
Outros resultados de exploração	10	(172.140)	(287.102)
Produto bancário		3.490.892	1.049.902
Custos com pessoal	11	(2.151.057)	(2.084.343)
Gastos gerais administrativos	12	(1.459.741)	(1.920.777)
Depreciações e amortizações	24,25,26	(241.794)	(332.240)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	23.327	251.341
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	23	1.753.089	(6.769.816)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18,22	(242.081)	(205.337)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	65.867	(596.964)
Resultado antes de imposto		1.238.502	(10.608.235)
Impostos		430.858	(1.849.272)
Correntes	13	100.819	91.485
Diferidos	13	330.039	(1.940.757)
Resultado após imposto		807.644	(8.758.962)
Resultado líquido do exercício		807.644	(8.758.962)
Resultado em euro por ação		0,05	(0,60)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	Montantes expressos em Euros	
	31/dez/2017	31/dez/2016
Resultado Líquido do Exercício	807.644	(8.758.962)
Outro Rendimento Integral:		
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para resultados		
.Variações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Justo valor	(469.806)	(263.017)
Impacto fiscal	105.706	59.179
	<u>(364.100)</u>	<u>(203.838)</u>
Total de Rendimento Integral do Exercício	443.544	(8.962.801)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em Euros

	Nota	31/dez/2017			31/dez/2016
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)=(1)-(2)	
ATIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	25.309.787	-	25.309.787	16.318.781
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	16	24.412.681	-	24.412.681	452.541
Ativos financeiros detidos para negociação	17	4.795.959	-	4.795.959	3.069.953
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	119.781.139	656.278	119.124.861	36.359.265
Aplicações em instituições de crédito	19	300.000	-	300.000	50.000
Crédito a clientes	20,21,23	76.472.205	18.729.408	57.742.797	53.353.784
Investimentos detidos até à maturidade	22	7.269.906	6.553.399	716.507	714.260
Ativos não correntes detidos para venda	23,24	9.985.596	768.066	9.217.530	9.213.813
Propriedades de investimento	24	1.282.855	267.173	1.015.682	1.562.297
Outros ativos tangíveis	23,25	3.192.054	1.263.395	1.928.659	1.920.355
Ativos intangíveis	26	1.268.747	1.256.285	12.462	88.202
Ativos por impostos correntes	27	-	-	-	0
Ativos por impostos diferidos	13,27	6.288.861	-	6.288.861	6.442.986
Outros ativos	23,29	4.525.840	2.465.600	2.060.241	833.883
Total de Ativo		284.885.632	31.959.605	252.926.026	130.380.120

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em Euros

	Nota	31/dez/2017	31/dez/2016
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	30	27.500.000	18.000.000
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Recursos de outras instituições de crédito	31	15.386.918	33.212.355
Recursos de clientes e outros empréstimos	32	183.198.786	52.992.740
Provisões	23	154.155	177.482
Passivos por impostos correntes	27	106.206	91.485
Passivos por impostos diferidos	13,27	148.974	78.766
Outros passivos subordinados	28	2.600.469	2.600.469
Outros passivos	29	1.029.553	869.402
Total de Passivo		230.125.061	108.022.699
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	35	53.651.913	53.651.913
Prémios de emissão	35	9.235	9.235
Ações próprias	36	(21.490)	(21.490)
Reservas de reavaliação	36	(815.450)	(451.350)
Outras reservas e resultados transitados	36	(30.830.887)	(22.071.924)
Resultado do exercício		807.644	(8.758.962)
Total de Capital Próprio		22.800.966	22.357.422
Total de Passivo + Capital Próprio		252.926.026	130.380.120

As notas em anexo fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes expressos em Euros								
	Capital	Prémios de emissão	Ações próprias	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Reserva de reavaliação de justo valor	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	41.651.915	9.235	(21.490)	296.359	(12.895.170)	(247.512)	(9.473.113)	19.320.224
Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2015	-	-	-	-	(9.473.113)	-	9.473.113	-
Aumento de Capital	11.999.998	-	-	-	-	-	-	11.999.998
Outro rendimento integral:								
Variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(263.017)	-	(263.017)
Variações dos impostos diferidos relativos ao justo valor	-	-	-	-	-	59.179	-	59.179
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	(203.838)	-	(203.838)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(8.758.962)	(8.758.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	53.651.913	9.235	(21.490)	296.359	(22.368.283)	(451.350)	(8.758.962)	22.357.422
Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2016	-	-	-	-	(8.758.962)	-	8.758.962	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro rendimento integral:								
Variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(469.806)	-	(469.806)
Variações dos impostos diferidos relativos ao justo valor	-	-	-	-	-	105.706	-	105.706
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	(364.100)	-	(364.100)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	807.644	807.644
Saldo em 31 de dezembro de 2017	53.651.913	9.235	(21.490)	296.359	(31.127.245)	(815.450)	807.644	22.800.966

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	31/dez/17	31/dez/16
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	4.250.575	3.942.243
Juros, comissões e outros custos pagos	(1.617.347)	(2.160.226)
Pagamento a empregados e a fornecedores	(3.758.372)	(4.025.243)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	(1.130.479)	(429.489)
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	(2.255.623)	(2.672.714)
(Aumentos) Diminuições de ativos operacionais		
Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	(84.855.703)	(4.791.369)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(2.247)	(1.947)
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Créditos sobre clientes	(1.106.038)	10.894.003
Outros ativos	(119.091)	(2.590.600)
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais	-	-
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(8.512.017)	(8.571.069)
Recursos de clientes	129.537.625	(11.853.934)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-
Outros passivos	(23.327)	88.995
	34.919.201	(16.825.922)
Pagamento de imposto sobre lucros	(86.099)	(39.301)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	32.577.480	(19.537.937)
Fluxos de caixa das atividades de Investimento		
Aquisições de participações financeiras	-	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(345.148)	29.650
Alienação de ativos tangíveis e intangíveis	38.721	63.997
Alienação de imóveis recebidos em dação	570.000	-
Dividendos recebidos	231.218	45.640
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	494.792	139.287
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de reservas a acionistas	-	-
Aumento de capital e Emissão de dívida titulada e subordinada	-	8.049.998
Juros de dívida titulada	(121.125)	(345.233)
Distribuição de dividendos	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	(121.125)	7.704.766
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	32.951.146	(11.693.885)
Caixa e seus equivalentes no início do período	39 16.771.322	28.465.207
Caixa e seus equivalentes no fim do período	39 49.722.468	16.771.322

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

13. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Banco Português de Gestão (BPG ou Banco) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 29 de setembro de 2000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e identificação fiscal 504655361, tendo iniciado a sua atividade em 26 de dezembro do mesmo ano.

A sede do Banco está localizada na Rua do Salitre, nº 167 em Lisboa, dispondo o Banco ainda, para o desenvolvimento da sua atividade, de um escritório de representação no Porto.

Constituído inicialmente com um capital social de € 18.000.000, no último trimestre de 2001 o Banco procedeu a um aumento de capital para € 35.000.000, diversificando a sua estrutura acionista, com a entrada, entre outros, de diversas entidades que integram o setor da Economia Social, como sejam Cooperativas de Habitação, Organizações Sindicais, Mutualidades, Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Conforme aprovação na Assembleia Geral, anual, em 30 de março de 2011, nesse ano o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão, que se encontrava registado em outras reservas, elevando-se o capital social do Banco para € 36 651 915.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um novo aumento de capital, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, passando o capital social do Banco a ser nesta data de € 41.651.915.

Durante o exercício de 2016 o BPG procedeu a dois aumentos de capital:

O primeiro em 17 de junho, por entradas em dinheiro, através da emissão de 3.827.751 ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 49.651.914.

O segundo em 21 de outubro, pela emissão de 1.913.875 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, colocando o capital em € 53.651.913. Este aumento de capital integrou-se numa operação combinada de substituição de capital Tier 2 (reembolso antecipado de parte das obrigações subordinadas) por capital Tier 1 (emissão de novas ações).

O Banco foi criado com uma vocação especial para a economia social, numa dupla ótica - por um lado, procurando soluções e oferecendo produtos e serviços financeiros para

os agentes que atuam nesta área (IPSS, Misericórdias, Institutos, Autarquias, Fundações, Cooperativas, etc.) e, por outro lado, intervindo nos setores emergentes em termos de estruturação de serviços financeiros dos quais se destacam os setores da saúde, turismo, novas tecnologias e energias renováveis. A esta vocação inicial acrescentou-se a atividade de banca comercial, de gestão de patrimónios e de gestão da carteira própria do Banco.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referidas a 31 de dezembro de 2017 e relativas ao exercício de 2017 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 14/03/2018, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 28/03/2018.

Até 31 de dezembro de 2015 inclusive, as demonstrações financeiras individuais do Banco eram preparadas e apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Com a entrada em vigor do aviso n.º 5/2015 as entidades a que este Aviso se aplica passaram a elaborar as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura concetual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, sendo revogados os seguintes Avisos e Instruções:

- Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005;
- Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95;
- Os números 13.º-A e 13.º-B do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001;
- A Instrução do Banco de Portugal n.º 71/96;
- A Instrução do Banco de Portugal n.º 4/96;

Na sequência desta alteração, a carteira de crédito e outras operações de natureza análoga passaram a estar sujeitas à constituição de perdas por imparidade, calculadas de acordo com os requisitos previstos na IAS 39.

A partir de 1 de janeiro de 2016, as demonstrações financeiras individuais do Banco Português de Gestão passaram a ser apresentadas de acordo com as NIC - Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adotadas pela União Europeia.

As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, conforme previsto no IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam-se ao BPG enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Euro (€), sendo os montantes divulgados referidos à unidade daquela moeda.

Foram adotadas normas (novas ou revistas) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB) e interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretation Committee*” (IFRIC), conforme as respetivas adoções por parte da União Europeia (UE).

Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2017:

- **IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa, Revisão às divulgações**
A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017. Estas alterações vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.
- **IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades**
Esta norma é de uso obrigatório para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, podendo ser aplicada retrospectivamente. Clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5.

Ciclo anual de melhorias 2015-2017

As melhorias anuais das IFRS 2015-2017 contêm alterações ao IFRS 3, IFRS 11, IAS 12 e IAS 23, que são efetivas em ou após 1 de janeiro de 2019.

- **IFRS 11 – Acordos conjuntos - Contabilização de aquisições de interesses numa operação conjunta**
Esta melhoria introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta é qualificada como uma atividade empresarial, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3. Esta alteração é de uso obrigatório para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitido o seu uso mais cedo.
- **IAS 12 (alteração) - Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais**
A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.
- **IAS 23 - Custos de empréstimos elegíveis para capitalização**
As alterações clarificam que uma entidade trata como parte dos empréstimos

em geral qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificado quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o uso ou a venda previstos estão completas. Uma entidade aplica essas alterações para os períodos de relatórios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a aplicação antecipada.

Normas, interpretações, emendas e revisões que se tornarão efetivas em exercícios futuros:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram adotadas pela União Europeia:

- **IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações (emendas)**

Esta norma é de uso obrigatório para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018. O IASB emitiu emendas à IFRS 2 para clarificar: (i) o registo de transações que são liquidadas com cash; (ii) o registo de modificações nas transações, de caixa para instrumentos de capital próprio; (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada.

- **IFRS 9 - Norma Internacional de Relato Financeiro 9 – Instrumentos Financeiros**

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 que vem substituir a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a qual foi adotada pela União Europeia no passado dia 3 de novembro de 2017.

A IFRS 9 introduz novos requisitos relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) à mensuração do reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros, através do modelo de perdas esperadas; e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

A IFRS 9 é de aplicação obrigatória nos exercícios com início em ou após de 1 de janeiro de 2018 e estas novas regras são de aplicação retrospectiva a partir dessa data. No entanto, os respetivos saldos comparativos não serão reexpressos.

Para detalhe dos impostos esperados consultar o Relatório de Gestão.

Durante o exercício de 2018 o Banco continuará a calibrar os modelos que desenvolveu para dar cumprimento aos novos requisitos da IFRS 9 e acompanhará eventuais orientações dos reguladores nacionais e internacionais a respeito da aplicação da referida norma.

Classificação e mensuração – Ativos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:

- (1) O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- (2) O tipo de instrumentos financeiros, isto é: (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e

- (3) As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:

Um instrumento financeiro de dívida - que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (2) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – *“Hold to Collect”*.

Um instrumento financeiro de dívida - que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (2) contemple cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de capitais próprios (*“FVTOCI”*), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – *“Hold to Collect & Sale”*.

Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (*“FVPL”*).

Face a estas alterações substantivas, o Banco reexaminou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores, com destaque para a margem financeira e o produto bancário, e procurou incrementar a concessão de crédito, de forma prudente, reduzindo e diversificando o risco médio da sua carteira, bem como o contributo para o crescimento dos resultados decorrente da negociação de ativos financeiros com expectativas positivas de valorização.

Quer as decisões sobre crédito novo, tomadas em Comité de Crédito, no âmbito dos limites que lhe foram delegados, quer as decisões sobre os investimentos financeiros tomadas em Comité de Investimento, respeitando os limites e orientações que lhe foram definidos, foram sempre enquadradas por uma gestão prudente dos respetivos riscos, no âmbito das políticas de risco do Banco.

Para o modelo de negócio “*Hold to Collect*”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pelo Banco.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes, por definição, são classificados ao justo valor através de resultados.

Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que, neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados, mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições.

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade, baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros, exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados, e os instrumentos de capital próprio, mensurados ao justo valor através de capital próprio. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de capital próprio, exposições extrapatrimoniais, *leasing* financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Esta alteração concetual é introduzida em conjunto com novos critérios de classificação e mensuração das perdas esperadas de imparidade de crédito, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos a imparidade sejam classificados por diferentes estádios (*stages*) consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*"). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo;
- *Stage 3*: os ativos classificados em *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que tenham resultado numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

De uma forma genérica, as perdas de imparidade apuradas nos ativos classificados em *stages 1* e *2* substituem em grande medida a imparidade reconhecida numa ótica coletiva para os ativos financeiros, tal como previsto no âmbito da IAS 39.

Por sua vez, as perdas por imparidade apuradas nos ativos classificados no *stage 3* substituem em certa medida a imparidade reconhecida numa ótica individual e coletiva para os ativos financeiros já em imparidade tal como previsto na IAS 39.

Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

A mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD), descontada à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages 1* e *2* é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD.

As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage 1* serão calculadas com recurso a uma PD a 12 meses, ao passo que as perdas esperadas em *stage 2* utilizam uma PD-*lifetime*.

O cálculo da perda esperada para os ativos financeiros em *stage 3* foi alavancado nos processos já existentes para a estimativa de imparidade desenvolvidos para dar cumprimento ao IAS 39, atualizados por forma a refletir os novos requisitos da IFRS 9, nomeadamente o de considerar informação *point in time* e *forward-looking*.

Para os segmentos onde não existe informação disponível, mas é possível determinar o *rating* externo do devedor, o Banco usou informação externa divulgada pelas agências de *rating* Moody's, S&P e DBRS ou dados de mercado, como sejam *CDS spreads* e *Yields* de obrigações.

Para a reduzida parcela dos nossos segmentos sem informação histórica detalhada e/ou experiência de perda, o Banco adotou uma abordagem de mensuração simplificada e que se baseia essencialmente na assunção de taxas de perdas fixas que variam entre 1%, para ativos classificados em *stage 1* e 100% para *stage 3*.

Aumento significativo do risco de crédito e definição de default

A passagem dos ativos financeiros do *stage 1* para o *stage 2* ocorre no momento em que o seu risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial.

O aumento significativo do risco de crédito deverá ser determinado através da análise de indicadores quantitativos e/ou qualitativos internos utilizados pelo Banco na normal gestão de risco de crédito, exigindo assim uma maior articulação dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pelo Banco.

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito é um novo conceito introduzido pela IFRS 9, o qual requer a aplicação de uma forte componente de julgamento.

A existência do aumento significativo do risco de crédito é avaliada para cada ativo financeiro, considerando um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, de entre os quais se destacam:

- (1) Variação da *PD-lifetime* comparativamente ao momento de aquisição ou originação dos ativos financeiros; para tal foram estabelecidos intervalos de variação percentual e absoluta. Os intervalos estabelecidos diferem de acordo com o produto e/ou negócio;
- (2) Indicadores qualitativos, nomeadamente a existência de dívidas à AT e à Segurança Social, informação depreciativa, crédito contagiado por outro, demonstrações financeiras desatualizadas, etc.

A IFRS 9 assume como pressuposto refutável que os ativos financeiros com pelo menos 30 dias de atraso devem estar classificados em *stage 2*, isto é, evidenciando a ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. O Banco não refutou este pressuposto.

No entanto, para as exposições mais significativas, o Banco efetuou revisões qualitativas adicionais e ajustamentos quando necessário, por forma a garantir que os créditos que tiveram um aumento significativo do risco de crédito estão corretamente identificados. Genericamente, as transições de ativos financeiros do *stage 2* para o *stage 3* ocorrem quando estes se encontrem em *default*. Os principais indicadores de *default* utilizados pelo Banco são:

- (1) Crédito vencido há mais de 90 dias;
- (2) Informação depreciativa;
- (3) Contágio por outros créditos do devedor;
- (4) Aumento significativo do risco de crédito;
- (5) Insolvência/Contencioso/PER;
- (6) Créditos com notação de risco igual ou inferior a CCC+;
- (7) Reestruturação significativa.

Governance

Complementarmente à implementação da IFRS 9, o Banco definiu e implementou um conjunto de novos controlos e procedimentos de *governance* em diversas áreas que contribuem para uma mais eficaz monitorização dos riscos subjacentes aos requisitos da IFRS 9.

Os referidos controlos abrangem, de entre outros, os dados utilizados para cálculo dos fatores de risco e perda esperada, os sistemas informáticos, a conceção dos próprios modelos de perdas esperadas e a determinação das previsões sobre o comportamento das variáveis macroeconómicas a utilizar para incorporar informação *forward looking*.

Adicionalmente, e no âmbito da gestão do risco de crédito, o Banco vai incorporar no Comité de Crédito o acompanhamento do processo de cálculo de perdas esperadas no âmbito da IFRS 9. Este Comité é composto por representantes seniores dos departamentos (i) financeiro, (ii) gestão de risco, e (iii) comercial, sendo responsável por rever e aplicar os principais *inputs* e pressupostos utilizados no cálculo das perdas esperadas de crédito.

- **IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (emendas)**

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018, com permissão para aplicação anterior, devendo-se divulgar esse facto se for caso disso.

- **IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes**

Aplicável em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as Normas IAS 18-Rédito, IAS 11-Contratos de construção, IFRIC 13-Programas de fidelização, IFRIC 15-Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18-Transferências de ativos provenientes de clientes.

- **IAS 40 – Propriedades de Investimento (emendas)**

Aplicável em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018. As emendas clarificam as alterações, relativamente à mudança de classificação de uma propriedade de investimento, quando há evidências de alteração no uso do ativo.

- **IFRIC 22 (Interpretação) – Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada**

Aplicável em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do reconhecimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

- **IFRS 16 – Locações**

Esta norma é de aplicação efetiva em 1 de janeiro de 2019. Ela vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17-Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os

locadores continuarão a classificar as locações em operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais face ao definido na IAS 17.

- ***IFRIC 23 – Interpretação da incerteza na contabilização dos impostos sobre o rendimento***

O IASB emitiu o IFRIC 23 para abordar a questão da incerteza na contabilização dos impostos sobre o rendimento. A interpretação é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

- ***IFRS 3 - Combinações de negócios - Participação anterior numa operação conjunta***

As alterações esclarecem que, quando uma entidade obtém o controlo de uma empresa que é uma operação conjunta, aplica os requisitos para uma combinação de negócios realizada em etapas, incluindo a reavaliação de participação anteriormente nos ativos e passivos da operação conjunta, pelo justo valor. Estas alterações são aplicáveis aos exercícios que se iniciarem em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a aplicação antecipada.

Estas normas e interpretações não foram adotadas antecipadamente pelo Banco e não se preveem impactos significativos resultantes da adoção das normas e interpretações acima referidas, com exceção da IFRS 9.

NOTA 2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1.1. Crédito a Clientes

O crédito abrange os créditos concedidos pelo Banco e correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, empréstimos sindicados bem como os créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por empresas), que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que, em geral, corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos, que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito), são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pro - rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos a clientes só deixam de ser reconhecidos no balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou quando forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital, decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento e classifica em vencidos os juros não liquidados na data do seu vencimento.

Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (*"write-off"*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões e imparidade estejam constituídas pelo valor total do crédito. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

Imparidade

Mensalmente o Banco aprecia a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados e revertidas também por resultados se se verificar uma redução no montante da perda esperada, num período posterior.

O Banco faz uma análise individual para o cálculo das perdas por imparidade na sua carteira de crédito.

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total do crédito caso a caso. Para cada crédito o Banco avalia individualmente, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade.

Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes fatores:

- (i) a exposição total de cada cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- (ii) a viabilidade económico-financeira do cliente e a sua capacidade de gerar os meios necessários para fazer face ao serviço da dívida;
- (iii) a existência, natureza e o valor do colateral associado a cada crédito;
- (iv) o património do cliente em caso de liquidação ou falência;

- (v) a existência de credores privilegiados;
- (vi) o montante e os prazos de recuperação estimados.

2.1.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O BPG classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias, conforme definido na IAS 39:

- ativos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados;
- ativos financeiros detidos até à maturidade;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- créditos e outros valores a receber.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos e passivos ao justo valor através de resultados onde os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

De acordo com a IFRS 13 entende-se por justo valor o preço pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado ativo, opção esta aplicável à totalidade dos valores mobiliários incluídos na carteira de negociação;
- métodos e técnicas de valorização (quando não há um mercado ativo), que não tenha subjacente preços calculados com base em ativos ou passivos semelhantes ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.2.1. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Nesta categoria são classificados os ativos financeiros de negociação e os designados na opção de justo valor.

Estes títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transacionados em mercados ativos e que o Banco optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados, no momento inicial e as variações de justo valor subsequentes também reconhecidas em resultados.

Estas rubricas incluem essencialmente:

- instrumentos financeiros, podendo estar registados como detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados; e
- derivados de negociação.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os ativos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- quando eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento;
- quando, tratando-se de um grupo de ativos financeiros, este seja gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo de ativos seja fornecida internamente ao pessoal chave da gestão da entidade nessa base; ou
- quando um contrato contenha um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 teriam de ser bifurcados.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram nesta categoria inclui o montante de juros corridos não cobrados. Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor, o valor da periodificação do prémio ou desconto, quando aplicável, são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados e apresentadas em derivados de negociação.

2.1.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo de aquisição.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes ativos são reconhecidas diretamente nos capitais próprios, na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais reconhecidos no capital próprio é transferido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efetiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são também reconhecidos em resultados na data em que são recebidos.

De acordo com a IAS 39, um ativo financeiro disponível para venda está com evidência de imparidade, se após o seu reconhecimento inicial se observarem um ou mais eventos, tais como:

- dificuldades financeiras significativas do emitente;
- incumprimento contratual do emitente em termos de reembolso de capital ou pagamento de juros;
- probabilidade de falência do emitente;
- desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do emitente;

Para além dos eventos relativos a instrumentos de dívida acima referidos, a existência objetiva de imparidade em instrumentos de capital pode ainda considerar a informação acerca dos seguintes eventos de perdas:

- alterações significativas, com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emitente opera, que indiquem que o custo do investimento pode não ser recuperável na totalidade;
- declínio significativo ou prolongado do valor de mercado do ativo financeiro inferior ao custo de aquisição.

Se, num período subsequente, o montante da perda de imparidade diminui, essa perda anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

O Banco detém diretamente participações financeiras em empresas associadas, registadas nesta rubrica e não exerce, direta ou indiretamente, influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira, nem detendo o controlo dessas empresas.

Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

Nas demonstrações financeiras do Banco, as empresas participadas pelo Banco são valorizadas ao custo histórico.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, a perda por imparidade é reconhecida em resultados.

2.1.2.3. Ativos financeiros detidos até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determinados e maturidade fixa, que o BPG demonstrou intenção e capacidade de manter até à maturidade.

De acordo com a IAS 39 uma entidade não deve classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria se tiver, durante o ano financeiro corrente ou durante os dois anos financeiros precedentes, vendido ou reclassificado uma quantia significativa em relação à quantia total dos investimentos detidos até à maturidade, que não seja por:

- estarem próximos da maturidade ou da data de compra do ativo e as alterações na taxa de juro do mercado não terem um efeito significativo no justo valor do ativo financeiro;
- ocorrer depois de a entidade ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro;
- ser atribuível a acontecimento isolado que esteja fora do controlo da entidade.

No reconhecimento inicial os ativos financeiros detidos até à maturidade são registados pelo justo valor, que geralmente inclui valores de comissões ou taxas. Posteriormente, estes ativos financeiros são valorizados ao custo amortizado de acordo com o método de taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros corridos, as diferenças entre o valor de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e os valores de comissões ou taxas consideradas incrementais são registados em resultados (de acordo com o método de taxa efetiva).

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de

recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no balanço, líquidos da imparidade reconhecida.

2.1.2.4. Outros Créditos a Clientes – Crédito Titulado

Nesta rubrica são registados os Ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, tais como papel comercial e obrigações emitidas por empresas, que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda no curto prazo.

Estes créditos são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que, em geral, corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos, que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito), são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pro-rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As perdas por imparidade são reconhecidas em Resultados caso sejam identificadas.

2.1.2.5. Outros Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados da seguinte forma:

- inicialmente, pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação;
- subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transação e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método da taxa de juro efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é desreconhecida do balanço e a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o seu custo de aquisição é reconhecida em resultados.

Locação Financeira

As operações de locação, em que o Banco transfere os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem para um Cliente em regime de locação financeira, são registados no balanço como crédito concedido, pelo valor do desembolso líquido efetuado na data de aquisição dos bens locados.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento dos proveitos reflete uma taxa de juro efetiva sobre o capital em dívida.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos associados, registados em resultados ao longo da vida das operações.

2.2. Outros passivos subordinados

As emissões de obrigações do Banco estão registadas na rubrica de Outros passivos subordinados.

Na data de emissão, as obrigações emitidas são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transação, sendo devidamente valorizadas ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva.

2.3. Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como ativos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das ações ou índices de ações, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionados com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

O Banco possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.4. Ativos e passivos em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação, enquanto os ativos e passivos não monetários, expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

a) Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia, divulgados pela Bloomberg, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

b) Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5. Imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. Em alguns casos onde o mutuário apresenta evidência de dificuldades no cumprimento das suas obrigações para com o Banco, este pode negociar com o devedor a entrega de bens móveis ou imóveis – geralmente aqueles que estão a garantir os empréstimos – para liquidação total ou parcial das responsabilidades em questão.

Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos, o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco, inicialmente, tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação, com exceção de situações pontuais em que determinou transferir esses imóveis para uso próprio.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que darão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram registados. As mais-valias potenciais nestes ativos não são reconhecidas no balanço.

As avaliações são efetuadas por peritos avaliadores independentes registados junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários.

O Banco classificou os imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio nas seguintes categorias:

2.5.1. Ativos não correntes detidos para venda

De acordo com a IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, são classificados nesta categoria os ativos não correntes ou grupos de ativos e passivos a alienar, sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), e estes ativos ou grupos para alienação se encontrem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Os imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda, recebidos por recuperação de crédito, são registados inicialmente pelo valor acordado no contrato de dação em pagamento, acrescido dos custos inerentes à transação.

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- o ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Estes ativos não são amortizados e os custos de manutenção associados são registados em resultados.

2.5.2. Propriedades de Investimento

São classificados nesta categoria, de acordo com a IAS 40 – Propriedades de Investimento os ativos que o Banco recebeu em reembolso de crédito próprio, que não se encontram disponíveis para venda e não sendo a sua venda altamente provável no curto prazo, não cumprem as condições para serem classificados como ativos não correntes detidos para venda. Alguns destes imóveis encontram-se arrendados.

Os imóveis são registados inicialmente pelo valor acordado no contrato de dação, acrescidos dos custos inerentes à transação. Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que darão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram registados.

São reconhecidos nos resultados os rendimentos das rendas e os gastos operacionais diretos de manutenção.

Estes ativos são depreciados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada e de acordo com a legislação em vigor.

2.5.3. Imóveis de serviço próprio

A rubrica de Ativos Tangíveis inclui uma fração, integrada em prédios de habitação, dotada de licença de utilização para fins comerciais e que dispõe das condições adequadas à satisfação de necessidades do Banco para o desenvolvimento das suas atividades correntes.

Localizada em concelho vizinho ao de Lisboa, e afastada da atual localização do Banco, destina-se a infraestrutura alternativa, dando satisfação nesta componente ao Plano de continuidade de negócio, para utilização em caso de desastre que afete gravemente o acesso e/ou utilização do edifício onde o Banco se encontra instalado.

A rubrica de Ativos Tangíveis inclui também duas outras frações situadas na Chamusca e na Costa de Caparica, onde se faz o arquivo de documentação do Banco que, conforme estipulado legalmente, este deve manter por um período alargado.

2.6. Ativos tangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis	10-50
Equipamento:	
Mobiliário e material	4-10
Material de transporte	4
Equipamento informático	3-4
Instalações interiores	3-10
Equipamento de segurança	4-10
Máquinas e ferramentas	5-10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os custos subsequentes com ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do ativo, deduzido de custos de venda, e o seu valor de uso.

Ativos tangíveis adquiridos em Locação Financeira

Os ativos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no ativo imobilizado e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.7. Ativos intangíveis

Esta rubrica, compreende essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação de *software* adquirido, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três anos.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos. O Banco não capitaliza os custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

2.8. Provisões e Imparidade em Ativos Financeiros

Provisões

As provisões são constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da atividade do Banco.

São reconhecidas provisões quando:

- o Banco tem uma obrigação presente, legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades;
- seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido;
- quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização pelas obrigações para as quais foram constituídas ou nos casos em que estas deixem de se verificar.

Imparidade

Para ativos financeiros

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de existência de imparidade resultante de eventos subsequentes ao seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização descontinuada ou de valor significativo na sua cotação; (ii) para títulos não cotados, quando esses eventos tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada é transferida de reservas de reavaliação do justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, se verifique um aumento no justo valor do

ativo financeiro e esse aumento possa ser associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, essa perda é revertida por contrapartida de resultados.

Com referência à data de preparação das demonstrações financeiras, o Banco avalia a existência de situações de evidência objetiva de que um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) se encontra em situação de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro) registadas por contrapartida de resultados.

A IAS 39 identifica alguns eventos que considera como evidência objetiva de imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda, nomeadamente:

- incumprimento das cláusulas contratuais, em termos de reembolso de capital ou no pagamento dos juros;
- dificuldades financeiras significativas do devedor ou emitente da dívida;
- elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emitente da dívida;
- comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;
- alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Para outros créditos e valores a receber (titulados)

Sempre que existe indício de incumprimento regular das obrigações dos respetivos emitentes é registada perda por imparidade. Esta avaliação é efetuada tendo em conta, entre outros fatores, a análise da notação de risco atribuída por uma ou mais agências internacionais qualificadas, que permitirá incluir o título na categoria de “*investment grade*”, significando o reconhecimento da capacidade de cumprimento regular das obrigações por parte dos respetivos emitentes.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou no seu custo de aquisição, no caso de instrumentos de capital próprio, não cotados.

2.9. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira).

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para determinação da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que respeita à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo relevados em contas extrapatrimoniais, e reconhecidos quando efetivamente recebidos.

2.10. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de “*Corporate Finance*” são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros ativos, independentemente de serem de imediato faturados, quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos

inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

2.11. Benefícios aos empregados

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário, o Banco não tem qualquer responsabilidade relativamente a pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

O Banco pode atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais, sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objetivos de negócio previstos para o período. Este benefício é atribuído por deliberação do Conselho de Administração, que nesse período pode prever uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga nesse mesmo exercício.

2.12. Impostos sobre os lucros e contribuição sobre o setor bancário

2.12.1. Impostos sobre os lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais e também ao regime de contribuição sobre o setor bancário.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável, resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais e correspondem ao valor esperado a pagar sobre o resultado tributável, utilizando a taxa de imposto aprovada, que em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, era de 21% acrescida da derrama municipal que pode ascender até 1,5%, calculada sobre o lucro tributável e da derrama estadual.

A taxa aplicável à derrama estadual é de 3% sobre a parte do lucro tributável, superior a € 1,5 M e até € 7,5 M, sujeito e não isento de IRC, de 5% para valores em excesso de € 7,5 M e até € 35M e de 7% para valores superiores a € 35 M.

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, bem como os créditos e os prejuízos fiscais reportáveis, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias e que correspondem às taxas aprovadas na data do balanço.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a mesma que a utilizada no cálculo dos impostos correntes.

A dedução em IRC dos prejuízos fiscais apurados num determinado período de tributação é feita a lucros tributáveis de períodos de tributação seguintes, conforme quadro abaixo:

Período de tributação em que o prejuízo é apurado	Período de dedução (número de anos)	Período de tributação limite para a dedução do prejuízo
2012	5	2017
2013	5	2018
2014	12	2026
2015	12	2027
2016	12	2028

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

2.12.2. Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, do Orçamento do Estado, de 31 de dezembro, e Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, alterada pela Portaria n.º 77/2012, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário.

A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

a) O passivo médio anual apurado em balanço, deduzido dos fundos próprios de base (*tier 1*) e complementares (*tier 2*) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos.

Ao passivo apurado são deduzidos:

- Elementos que, segundo as normas, aplicáveis de contabilidade, sejam reconhecidos como capitais próprios;

- Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
- Passivos por provisões;
- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas;
- Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujas posições em risco se compensem mutuamente.

Pela Portaria nº 176-A/2015, (alteração à Portaria nº 64/2014), as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores foram de 0,110% e 0,00030%, respetivamente em 2017 e 2016, em função do valor apurado.

A contribuição paga no exercício encontra-se registada na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados (Nota 10-Outros resultados de exploração).

2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e, caso não exista cotação, ao valor nominal.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de início da aplicação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.15. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pelo Banco com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro.

Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos. Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

O Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados pelo custo amortizado.

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos o justo valor dos instrumentos financeiros não cotados é estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, assim como pela obtenção de preços junto de contraparte independente, que dependem dos pressupostos utilizados.

NOTA 3 – GESTÃO DOS RISCOS

Políticas de gestão dos riscos

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos inerentes à atividade económica que prossegue, uns mais relevantes do que outros, em função da exposição decorrente da sua dimensão, estrutura orgânica e sistémica adotadas e natureza das operações e negócios efetuados.

As políticas de gestão e controlo destes riscos encontram-se descritas em capítulo próprio (Gestão de riscos) incluído no Relatório de Gestão. Em complemento a essa divulgação, seguidamente se dá conta dos principais procedimentos de controlo adotados, bem como da avaliação efetuada aos níveis de exposição observada em relação às categorias de risco com potencial impacto material mais significativo.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da atuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da atividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, risco país, de mercado, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *compliance* são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um

conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objetivos e orientações estabelecidos é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir, com rigor e tempestividade, da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-ativa.

3.1 Risco de crédito

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do ativo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A atividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito, está centrada no espaço nacional (Continente e Ilhas) – exceção feita a alguns clientes onde a localização do investimento e das garantias reais oferecidas remetem para uma localização fora do espaço doméstico - o que limita a possibilidade de redução do risco pela via da diversificação geográfica; por outro lado, a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de crédito presentes ao órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos no Regulamento de Crédito do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado.

Após a aprovação, o desempenho do crédito é monitorizado regularmente, visando a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido, com frequência, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura também os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos. A ponderação dos riscos de concentração está igualmente presente nos critérios de análise do risco de crédito, designadamente quanto ao risco de concentração setorial.

O Banco procede com regularidade à análise da qualidade da carteira de crédito quer na perspetiva de avaliação do cliente quer na avaliação da concentração de responsabilidades por grupo económico.

As operações de crédito são acompanhadas continuamente pelos órgãos responsáveis no sentido de prevenir a sua degradação, renegociando, se for caso disso, algumas das condições acordadas aquando da concessão de crédito, designadamente procurando o reforço das garantias recebidas em colateral.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respetivo risco assenta, em larga medida, na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a ocorrência de situações de probabilidade de perdas relativamente ao crédito concedido e a valores a receber, dando origem à quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito, a qual é igualmente objeto de parecer pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos do competente reporte ao Banco de Portugal.

De acordo com a instrução nº 22/2011 do Banco de Portugal o rácio de crédito em risco, relativamente à carteira de crédito a clientes, em 31 de dezembro de 2017 correspondia a 27,8 % desta carteira.

Metodologia de cálculo da imparidade da carteira de crédito e imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito

Os ativos financeiros ou operações extrapatrimoniais, crédito, garantias prestadas, compromissos irrevogáveis, tomadas firmes de papel comercial ou outros, encontram-se em situação de imparidade, resultantes de um ou mais eventos que ocorreram desde o reconhecimento inicial do ativo que alterem as expetativas em relação aos fluxos de caixa estimados, associados a esse ativo.

Na metodologia adotada pelo Banco, foi contemplada a análise individual para a totalidade da carteira de crédito a clientes de acordo com diversos critérios, como:

- Caracterização setorial
- Caracterização por tipologia de crédito
- Caracterização por tipologia de clientes
- Caracterização por estrutura de maturidades
- Caracterização em função do período decorrido após o vencimento
- Caracterização com ou sem sinais de imparidade

Descrição do Modelo de imparidade

Os clientes individuais que compõem a carteira de crédito são agrupados por setores: empresas, administração central e regional, entidades sem fins lucrativos, organismos de investimento coletivo, particulares e habitação.

De seguida é considerada a informação sobre os indícios de imparidade recolhida para cada exposição individual.

Constituem indícios objetivos de existência de imparidade individual, entre outros, os seguintes:

- crédito vencido na Instituição com atrasos de pagamento superiores a 30 dias;
- crédito reestruturado;
- indicadores do Banco de Portugal, por exemplo: crédito vencido na CRC, inibição do uso de cheque e utilizador de risco;
- cheques devolvidos na instituição;
- pedidos de insolvência;
- dívidas ao Fisco e Segurança Social e consequentes pedidos de penhora de contas bancárias;
- forte desvalorização dos colaterais;
- forte aumento da probabilidade de incumprimento.

Da análise dos indícios de imparidade podem resultar algumas exposições com evidência objetiva de imparidade: processo de insolvência e operações em contencioso com o Banco.

Nos restantes casos, todas as exposições que possuem indícios de imparidade, nas situações aplicáveis e em que a análise de *cash-flows* é conclusiva e as projeções credíveis, é calculado o valor da imparidade.

Este resulta da diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa a libertar, direta e indiretamente, pelo cliente e as responsabilidades assumidas pelo mesmo.

No caso das exposições extrapatrimoniais com indícios de imparidade é aplicada, no caso de garantias técnicas e financeiras, a tabela IV da Carta Circular nº 2/2014, nos restantes casos é analisado em que medida a situação financeira do cliente tem impacto no objeto da garantia emitida/contrato/evento associado à garantia e a posição do respetivo beneficiário.

Em cumprimento da carta circular nº 2/2014 do Banco de Portugal, são apresentadas nos quadros abaixo a exposição da carteira de crédito e imparidade associada reportada a 31 de dezembro de 2017:

Segmento	Exposição em 31-12-2017						Imparidade em 31-12-2017		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Empresas	45.495.180	31.305.542	-	16.933.674	14.189.638	10.707.416	13.956.351	4.833.156	9.123.195
Administração Central e Regional	6.747.436	6.747.436	-	-	-	-	288	288	-
Entidades sem Fins Lucrativos	15.212.216	10.932.237	-	1.828.897	4.279.979	1.644.670	2.438.223	11.179	2.427.044
Particulares	2.576.232	1.218.103	-	1.107.409	1.358.129	-	2.328.581	970.491	1.358.090
Habitação do Mutuário	1.243.630	1.243.335	-	74.709	295	-	3.740	3.740	-
Total	71.274.695	51.446.655	-	19.944.689	19.828.041	12.352.086	18.727.183	5.818.854	12.908.329

Segmento	Exposição em 31-12-2016						Imparidade em 31-12-2016		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Empresas	44.837.607	30.644.440	-	8.690.249	14.193.167	7.242.057	15.199.646	5.253.345	9.946.301
Administração Central e Regional	3.282.609	3.282.609	-	-	-	-	-	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos	17.524.768	14.143.873	-	544.013	3.380.895	87.462	2.637.205	5.903	2.631.302
Particulares	3.011.735	250.733	-	-	2.761.002	42.178	2.765.333	4.203	2.761.130
Habitação do Mutuário	1.212.908	1.212.908	-	-	-	-	31	-	31
Total	69.869.627	49.534.562	-	9.234.262	20.335.064	7.371.696	20.602.214	5.263.451	15.338.764

DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

Segmento	Da Exposição Total em 31-12-2017						Da Imparidade Total em 31-12-2017				
	Exposição Total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total	Dias de atraso		Dias de atraso	
		INDÍCIOS	COM INDÍCIOS	SUB-TOTAL	<= 90	> 90		< 30	entre 30 - 90	<= 90	> 90
Empresas	45.495.180	19.106.203	12.199.339	31.305.542	8.545	14.181.093	13.956.351	1.725.124	-	-	12.231.227
Administração Central e Regional	6.747.436	6.747.436	-	6.747.436	-	-	288	288	-	-	0
Entidades sem Fins Lucrativos	15.212.216	9.546.171	1.386.066	10.932.237	-	4.279.979	2.438.223	11.179	-	-	2.427.044
Particulares	2.703.053	1.344.924	-	1.344.924	38	1.358.090	2.328.581	970.491	-	-	1.358.090
Habitação	1.116.810	1.116.515	-	1.116.515	295	-	3.740	3.740	-	-	0
Total	71.274.695	37.861.250	13.585.405	51.446.655	8.879	19.819.162	18.727.183	2.710.822	-	-	16.016.362

DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

Segmento	Da Exposição Total em 31-12-2016						Da Imparidade Total em 31-12-2016				
	Exposição Total	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total	Dias de atraso		Dias de atraso	
		Dias de atraso < 30		SUB-TOTAL	Dias de atraso			< 30	entre 30 - 90	<= 90	> 90
		SEM	COM		<= 90	> 90					
		INDÍCIOS	INDÍCIOS								
Empresas	44.837.607	30.644.440	-	30.644.440	-	14.193.167	15.199.646	5.253.632	-	-	9.946.014
Administração Central e Regional	3.282.609	3.282.609	-	3.282.609	-	-	-	-	-	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos	17.524.768	10.502.503	3.641.370	14.143.873	215.102	3.165.793	2.637.205	6.232	-	130.000	2.500.973
Particulares	3.011.735	250.733	-	250.733	6.063	2.754.939	2.765.333	4.203	-	6.063	2.755.067
Habitação	1.212.908	1.212.908	-	1.212.908	-	-	31	31	-	-	-
Total	69.869.627	45.893.192	-	49.534.562	221.165	20.113.900	20.602.214	5.264.097	-	136.063	15.202.054

DETALHE DA CARTEIRA POR SEGMENTO E POR ANO DE PRODUÇÃO

ANO DE PRODUÇÃO	EMPRESAS			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL			ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS			PARTICULARES			HABITAÇÃO		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2007 e anteriores	15	3.117.034	1.159.372	-	-	-	4	200.999	131.033	1	8.840	8.840	7	282.953	-
2008	4	4.570.512	716.263	-	-	-	-	-	-	1	20.000	20.000	-	-	-
2009	2	5.173.897	1.081.201	-	-	-	3	4.114.320	2.208.584	-	-	-	-	-	-
2010	6	6.440.414	3.345.079	-	-	-	1	208.265	-	1	61.500	61.500	1	68.462	-
2011	4	1.373.644	1.098.102	-	-	-	1	2.673	2.339	3	84.270	17.363	1	75.296	-
2012	1	141.176	141.176	-	-	-	5	1.500.452	87.462	-	-	-	2	169.209	-
2013	3	8.025.112	1.400.000	1	695.652	137	5	5.936.535	-	2	2.350.387	2.214.360	2	276.607	-
2014	5	1.802.830	-	1	1.500.000	-	6	1.791.874	14	2	83.474	-	3	172.767	3.740
2015	5	9.133.715	4.572.576	-	-	-	1	1.125.000	-	1	58.220	9	1	71.516	-
2016	4	1.597.016	433.210	-	-	-	-	-	-	1	28.952	-	-	-	-
2017	12	411.9829	9370	2	455.1784	151	4	332.098	8791	1	7409	6509	-	-	-
Total	61	45.495.180	13.956.351	4	6.747.436	288	39	15.212.216	2.438.222	13	2.703.053	2.328.581	17	1.116.810	3.740

DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO 31-12-2017

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação individual	45.495.180	13.956.351	6.747.436	288	15.212.216	2.438.223	2.703.053	2.332.317	1.116.810	4	71.274.695	18.727.184
Total	45.495.180	13.956.351	6.747.436	288	15.212.216	2.438.223	2.703.053	2.332.317	1.116.810	4	71.274.695	18.727.184

DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO 31-12-2016

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação individual	44.837.607	15.199.646	3.282.609	-	17.524.768	2.637.205	3.011.735	2.765.333	1.212.908	31	69.869.627	20.602.214
Total	44.837.607	15.199.646	3.282.609	-	17.524.768	2.637.205	3.011.735	2.765.333	1.212.908	31	69.869.627	20.602.214

DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO EM 31-12-2017

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
			Imparidad						Imparidad			
	Exposição	Imparidade	Exposição	e	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	e	Exposição	Imparidade
Agricultura e produção animal combinadas	250.000	38	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000	38
Indústrias transformadoras	8.046.976	1.202.296	-	-	-	-	-	-	-	-	8.046.976	1.202.296
Captação, tratam. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despol.	-	-	1.471.162	-	-	-	-	-	-	-	1.471.162	288
Construção	21.929.657	11.226.868	-	-	2.525.750	2.317.485	-	-	-	-	24.455.406	13.544.353
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom. e moto	892.765	186.857	-	-	1.927.834	22.097	-	-	-	-	2.820.599	208.955
Alojamento, restauração e similares	2.337.029	351.479	-	-	-	-	-	-	-	-	2.337.029	351.479
Atividades imobiliárias	749.344	321.260	-	-	-	-	-	-	-	-	749.344	321.260
Atividades de informação e comunicação	595.586	595.586	-	-	-	-	-	-	-	-	595.586	595.586
Atividades financeiras e de seguros	2.568.329	51.749	-	-	-	-	-	-	-	-	2.568.329	51.749
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.110.573	2.574	5.276.274	-	-	-	-	-	-	-	10.386.847	2.574
Atividades de serviços de apoio	159.378	16.893	-	-	-	-	-	-	-	-	159.378	16.893
Atividades de saúde humana e apoio social	2.855.544	751	-	-	9.391.932	89.836	-	-	-	-	12.247.476	90.587
Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	-	-	-	-	1.175.000	25	-	-	-	-	1.175.000	25
Outras atividades de serviços	-	-	-	-	191.701	8.780	-	-	-	-	191.701	8.780
Particulares	-	-	-	-	-	-	2.703.053	2.328.577	1.116.810	3.740	3.819.862	2.332.318
	45.495.180	13.956.351	6.747.436	-	15.212.216	2.438.223	2.703.053	2.328.577	1.116.810	3.740	71.274.695	18.727.180

DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO EM 31-12-2016

	EMPRESAS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		PARTICULARES		HABITAÇÃO		TOTAL	
			Imparidad						Imparidad			
	Exposição	Imparidade	Exposição	e	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	e	Exposição	Imparidade
Indústrias transformadoras	7.500.217	1.285.494	-	-	-	-	-	-	-	-	7.500.217	1.285.494
Captação, tratam. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despol.	-	-	782.609	-	-	-	-	-	-	-	782.609	-
Construção	22.844.634	12.267.929	-	-	2.526.915	2.526.915	-	-	-	-	25.371.549	14.794.844
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom. e motociclos	601.212	187.314	-	-	1.894.330	16.925	-	-	-	-	2.495.542	204.240
Alojamento, restauração e similares	1.658.932	396.930	-	-	-	-	-	-	-	-	1.658.932	396.930
Atividades imobiliárias	449.650	290.375	-	-	-	-	-	-	-	-	449.650	290.375
Atividades de informação e comunicação	595.586	595.586	-	-	-	-	-	-	-	-	595.586	595.586
Atividades financeiras e de seguros	1.015.480	50.646	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015.480	50.646
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6.050.000	40.898	2.500.000	-	-	-	-	-	-	-	8.550.000	40.898
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	9.378	9.378	-	-	-	-	-	-	-	-	9.378	9.378
Educação	-	-	-	-	151.515	-	-	-	-	-	151.515	-
Atividades de saúde humana e apoio social	2.987.519	75.097	-	-	12.763.482	93.044	-	-	-	-	15.751.000	168.142
Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.125.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.125.000	-
Outras atividades de serviços	-	-	-	-	188.526	320	-	-	-	-	188.526	320
Particulares	-	-	-	-	-	-	3.011.735	2.765.333	1.212.908	31	4.224.643	2.765.363
	44.837.607	15.199.646	3.282.609	-	17.524.768	2.637.205	3.011.735	2.765.333	1.212.908	31	69.869.627	20.602.214

DETALHE DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS POR MEDIDA DE REESTRUTURAÇÃO APLICADA

31/12/2017									
Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total			
Medida	Numero de operações	Exposição	Imparidade	Numero de operações	Exposição	Imparidade	Numero de operações	Exposição	Imparidade
Alargamento do prazo de reembolso	2	312.366	2.339	2	2.274.710	1.148.230	4	2.587.076	1.150.569
Rescalonamento do serviço de dívida	9	5.362.729	2.021.993	3	309.922	0	12	5.672.651	2.021.993
Capitalização de juros	6	4.109.630	1.397.108	3	2.415.615	1.097.848	9	6.525.245	2.494.956
Capitalização de juros	1	1.386.066	-	2	3.972.610	2.864.429	3	5.358.676	2.864.429
Ativação de níveis internos de alerta	3	8.773.897	978.076	1	3.379.230	1.600.083	4	12.153.127	2.578.159
Total	21	19.944.689	4.399.516	11	12.352.086	6.710.590	32	32.296.775	11.110.106

DETALHE DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS POR MEDIDA DE REESTRUTURAÇÃO APLICADA

Medida	31/12/2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Numero de operações	Exposição	Imparidade	Numero de operações	Exposição	Imparidade	Numero de operações	Exposição	Imparidade
Alargamento do prazo de reembolso	6	4.806.997	255.750	2	1.192.125	1.148.230	8	5.999.122	1.403.980
Rescalonamento do serviço de dívida	7	7.840.957	3.300.229	2	7.301.925	4.940.601	9	15.142.882	8.240.829
Capitalização de juros	3	2.223.280	220.889	2	2.641.301	1.479.840	5	4.864.580	1.700.728
Capitalização de juros	-	-	-	1	7.712	6.748	1	7.712	6.748
Ativação de níveis internos de alerta	3	4.425.221	40.859	2	1.894.330	16.925	5	6.319.551	57.784
Total	19	19.296.454	3.817.727	9	13.037.392	7.592.343	28	32.333.847	11.410.070

DETALHE DO JUSTO VALOR DOS COLATERAIS SUBJACENTES À CARTEIRA DE CRÉDITO DOS SEGMENTOS EM 31-12-2017

JUSTO VALOR	EMPRESAS				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				HABITAÇÃO			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Imóveis		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	3	668.800	1	400.000	-	-	4	1.404.228	2	298.820	-	-	15	2.654.020
>=0,5M€ e <1M€	3	2.149.512	-	-	1	899.000	1	995.400	-	-	1	701.024	-	-
>=1M€ e <5M€	5	9.018.800	5	10.008.650	-	-	10	21.862.260	-	-	-	-	-	-
>=5M€ e <10M€	1	5.874.858	-	-	-	-	1	8.058.000	-	-	-	-	-	-
>10M€	1	10.238.000	1	32.553.800	-	-	1	10.093.000	-	-	-	-	-	-
Total	13	27.949.970	18	42.962.450	1	899.000	17	42.412.888	2	298.820	1	701.024	15	2.654.020

DETALHE DO JUSTO VALOR DOS COLATERAIS SUBJACENTES À CARTEIRA DE CRÉDITO DOS SEGMENTOS EM 31-12-2016

JUSTO VALOR	EMPRESAS				ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL		ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				HABITAÇÃO			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Imóveis		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	5	657.919	4	473.158	-	-	4	1.411.428	1	188.820	1	2.501	19	2.935.020
>=0,5M€ e <1M€	3	2.149.512	-	-	1	910.000	3	2.294.370	-	-	1	712.716	-	-
>=1M€ e <5M€	8	16.943.350	5	11.212.000	-	-	11	23.351.212	-	-	-	-	-	-
>=5M€ e <10M€	-	-	-	-	-	-	2	12.124.628	-	-	-	-	-	-
>10M€	2	20.331.000	1	32.553.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	18	40.081.780	18	44.238.958	1	910.000	20	39.181.638	1	188.820	2	715.217	19	2.935.020

RÁCIO Loan To Value (LTV) POR SEGMENTOS

Segmento/Rácio	31/12/2017				dos quais:	
	Número de Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade	Construção	CRE - Commercial Real Estate
Empresas						
Sem colateral associado	n.a.	2.818.611	746.185	704.295	558.164	-
< 60%	9	1.706.649	754.339	790.659	357.529	-
> = 80% e < 100%	1	6.000.000	320.250	1.400.000	6.320.250	-
> = 100%	1	5.394.762	-	1.140.685	-	-
Administração Central e Regional						
> = 80% e < 100%	1	1.471.162	-	288	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos						
Sem colateral associado	n.a.	150.673	24.558	26.971	999	-
< 60%	16	5.914.175	1.852.935	-	208.265	-
> = 60% e < 80%	2	2.888.774	-	-	-	-
> = 100%	2	1.928.616	-	-	-	-
Particulares						
Sem colateral associado	n.a.	52.475	1.296.629	1.296.590	-	-
< 60%	10	627.944	-	3.736	-	-
> = 80% e < 80%	5	513.358	295	4	-	-
> = 80% e < 100%	1	102.033	-	-	-	-
		29.569.231	4.995.190	5.363.229	7.445.206	-

RÁCIO Loan To Value (LTV) POR SEGMENTOS

Segmento/Rácio	31/12/2016				dos quais:	
	Número de Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade	Construção	CRE - Commercial Real Estate
Empresas						
Sem colateral associado	n.a.	845	2.182.293	692.310	543.755	437
< 60%	10	9.184.980	752.860	1.034.343	357.529	-
> = 80% e < 100%	2	280.484	0	45.614	0	-
> = 100%	5	5.413.897	4.032.423	1.235.925	4.032.423	-
Administração Central e Regional						
> = 80% e < 100%	1	782.609	-	-	-	-
Entidades sem Fins Lucrativos						
Sem colateral associado	n.a.	355.029	150.222	154.992	132.164	-
< 60%	13	2.543.569	2.159.790	227.949	208.265	-
> = 60% e < 80%	3	4.005.639	-	-	-	-
> = 80% e < 100%	2	3.177.449	-	-	-	-
> = 100%	2	1.139.044	1.721.541	-	-	-
Particulares						
Sem colateral associado	n.a.	62.348	-	6.088	-	-
< 60%	12	626.256	-	805	-	-
> = 60% e < 80%	6	610.871	-	679	-	-
> = 80% e < 100%	1	53.223	-	-	-	-
> = 100%	1	55.427	-	-	-	-
		28.291.669	10.999.127	3.398.704	5.274.135	437

As exposições apresentadas não incluem o valor dos juros a receber, a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, no montante de € 652 298 e € 800 309 respetivamente, os quais fazem parte do crédito a clientes.

Os imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito são avaliados presencialmente, e a avaliação é feita por peritos avaliadores externos ao Banco,

devidamente credenciados e que obrigatoriamente devem visitar o imóvel. O objetivo destas avaliações é determinar o valor de mercado do imóvel.

Para a determinação do valor de mercado de um imóvel é possível recorrer a três métodos de avaliação: “Método de mercado”, “Método do rendimento” e “Método do custo”.

Os quadros abaixo mostram a exposição dos imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito e imparidade associada reportada a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

DETALHE DO JUSTO VALOR E DO VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO DOS IMÓVEIS RECEBIDOS EM DAÇÃO, POR TIPO DE ATIVO

Ativo	31/12/2017			31/12/2016		
	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Número de Imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno	45	7.927.222	7.009.225	48	8.222.395	7.435.375
Urbano	39	4.447.422	4.218.927	42	4.788.595	4.645.077
Rural	6	3.479.800	2.790.298	6	3.433.800	2.790.298
Edifícios em desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Edifícios construídos	11	3.230.510	2.164.415	10	936.320	854.018
Comerciais	4	259.110	159.692	4	259.110	161.479
Habitação	1	39.000	33.051	1	39.000	33.051
Outros	6	2.932.400	1.971.673	5	638.210	659.488
Outros	17	1.111.910	1.059.571	6	4.003.400	2.538.268
Total	73	12.269.642	10.233.211	64	13.162.115	10.827.661

DETALHE DO JUSTO VALOR DOS IMÓVEIS RECEBIDOS EM DAÇÃO POR ANTIGUIDADE

Tempo decorrido desde a dação/execução	31/12/2017					31/12/2016				
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno	-	3.006.262	3.073.900	1.847.060	7.927.222	2.873.735	887.000	1.774.800	1.567.400	8.222.395
Urbano	-	3.006.262	366.100	1.075.060	4.447.422	2.873.735	366.100	753.360	795.400	4.788.595
Rural	-	-	2.707.800	772.000	3.479.800	-	887.000	1.774.800	772.000	3.433.800
Edifícios em desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios construídos	-	-	110.860	3.119.650	3.230.510	-	-	110.860	825.460	936.320
Comerciais	-	-	110.860	148.250	259.110	-	-	110.860	148.250	259.110
Habitação	-	-	-	39.000	39.000	-	-	-	39.000	39.000
Outros	-	-	-	2.932.400	2.932.400	-	-	-	638.210	638.210
Outros	-	-	-	1.111.910	1.111.910	-	-	-	4.003.400	4.003.400
Total	-	3.006.262	3.184.760	6.078.620	12.269.642	2.873.735	887.000	1.885.660	6.396.260	13.162.115

A qualidade de crédito dos ativos financeiros do Banco, avaliada de acordo com as notações de *rating* disponíveis, bem como a exposição ao risco de crédito por instrumento financeiro, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, podem ser analisadas nos quadros que se seguem:

31 de dezembro de 2017

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class (ii)	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais					
Disponibilidades em bancos centrais	n/d	n/d	25.309.787	-	25.309.787
Disponibilidades em instituições de crédito	n/d	n/d	24.412.681	-	24.412.681
Ativos financeiros detidos para negociação	n/d	n/d	2.666.236	-	2.496.794
			2.129.723	-	2.271.760
			4.795.959	-	4.768.554
Ativos financeiros disponíveis para venda	Rating externo	A+ a BBB+	12.429.274	-	12.429.274
		BBB a BBB-	30.085.872	-	30.085.872
		BB+ a BB-	45.247.408	-	45.247.408
		n/d	32.018.585	(656.278)	31.362.307
			119.781.139	(656.278)	119.124.861
Aplicações em instituições de crédito	n/d	n/d	300.000	-	300.000
Crédito a Clientes (i)	n/d	n/d	76.472.205	(18.729.408)	57.742.797
Ativos detidos até à maturidade	Rating externo	BB	7.269.906	(6.553.399)	716.507
			84.042.111	(25.282.807)	58.759.304
Devedores e outras aplicações	n/d	n/d	3.055.875	(2.489.580)	566.295
			3.055.875	(2.489.580)	566.295
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas	n/d	n/d	8.553.538	(65.847)	8.487.691
Linhas de crédito	n/d	n/d	1.504.892	-	1.504.892
			10.058.430	(65.847)	9.992.583

31 de dezembro de 2016

Tipo de instrumento financeiro	Origem	Rating Grade Class (ii)	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais					
Disponibilidades em bancos centrais	n/d	n/d	16.318.781	-	16.318.781
Disponibilidades em instituições de crédito	n/d	n/d	452.541	-	452.541
Ativos financeiros detidos para negociação	n/d	n/d	3.069.953	-	3.069.953
			3.069.953	-	3.069.953
Ativos financeiros disponíveis para venda	Rating externo	A+ a BBB+	12.313.110	-	12.313.110
		BBB a BBB-	6.314.770	-	6.314.770
		BB+ a BB-	12.381.238	-	12.381.238
		n/d	5.991.824	(641.678)	5.350.147
			37.000.942	(641.678)	36.359.265
Aplicações em instituições de crédito	n/d	n/d	50.000	-	50.000
Crédito a Clientes (i)	n/d	n/d	73.990.999	(20.637.214)	53.353.784
Ativos detidos até à maturidade	Rating externo	BB	7.267.659	(6.553.399)	714.260
			81.308.658	(27.190.614)	54.118.044
Devedores e outras aplicações	n/d	n/d	1.543.393	(1.258.800)	284.593
			1.543.393	(1.258.800)	284.593
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas	n/d	n/d	7.068.296	-	6.979.301
Linhas de crédito	n/d	n/d	1.436.523	-	1.436.523
			8.504.818	-	8.415.824

(i) esta rubrica inclui: crédito a clientes, vencendo e vencido e juros a receber;

(ii) estas notações provêm de três agências de rating: Standard & Poors, Moody's e Fitch.

Relativamente ao crédito a clientes, o Banco não dispõe atualmente de *rating* interno. Esta indisponibilidade tem vindo a ser suprida pelo recurso a uma *External Credit Assessment Institution* (ECAI) cujos serviços são utilizados pelo Banco para apoiar a análise de risco dos seus clientes, em linha com a comunicação do Banco de Portugal (22/02/2010).

Os quadros acima representam o pior cenário (*worst case*) a nível de exposição do Banco a risco de crédito em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pois não foram tidos em consideração os colaterais detidos.

A ventilação setorial desta carteira evidencia a presença numa multiplicidade de setores de atividade, com especial relevância para o setor da construção e atividades imobiliárias, a que não são alheias as relações que foram estabelecidas com o segmento das Cooperativas de Habitação, parte integrante do setor da Economia Social.

Decorrente da política de prudência adotada pelo Banco resulta a elevada proporção de créditos concedidos que se encontram apoiados em garantias reais, normalmente representadas por primeiras hipotecas de imóveis.

Em cúmulo com as garantias reais e na generalidade dos casos onde estas sejam dispensadas, os créditos são, em regra, colateralizados por garantias pessoais (fianças, avales, livranças) que conferem a qualidade exigida no processo de concessão de crédito.

3.2 Risco de mercado

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, cotações) surge na medida em que o Banco pode deter na sua carteira instrumentos financeiros cujo valor pode ser afetado por variações das condições de mercado, que possam surgir como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por fatores específicos do próprio instrumento, quer por fatores que possam afetar todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado inerente às carteiras de valores mobiliários detidas pelo BPG é objeto de definição de limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de ativos, qualidade de risco de emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas suscetíveis de investimento, níveis de *stop loss* na carteira de negociação, etc.), bem como a rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

A carteira de valores mobiliários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem a seguinte composição por segmentos de mercado e área geográfica:

	Obrigações		Ações		Unidades Participação /FM		Total por Sector		Total por Sector	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Administração Pública	72.384.682	17.266.000	-	-	-	-	72.384.682	17.266.000	56%	39%
Actividades financeiras e de	10.529.422	5.591.974	11.962.091	3.797.074	7.504.255	4.275.982	29.995.768	13.665.030	23%	31%
Energia	5.311.963	5.310.184	377.486	-	-	-	5.689.449	5.310.184	4%	12%
Telecomunicações	954.865	-	-	-	-	-	1.279.093	-	1%	0%
Comércio por grosso e a retalho	-	-	1.283.717	113.152	-	-	3.045.840	113.152	2%	0%
Transportes	1.025.533	5.058.874	126.246	-	-	-	1.151.779	5.058.874	1%	11%
Indústrias Extra e Transf. Di	8.520.006	-	3.051.980	50.000	-	-	11.571.986	1.541.398	9%	3%
Atividades imobiliárias e Cc	-	-	145.766	7.277	-	-	145.766	7.277	0%	0%
Diversos	-	-	-	224.791	-	-	3.803.871	1.338.199	3%	3%
Total	104.292.465	35.831.838	17.271.514	4.192.294	7.504.255	4.275.982	129.068.234	44.300.115	100,00%	100,00%

Ventilação Sectorial da Carteira de Valores Mobiliários a 31 de Dezembro (i)

	Obrigações		Ações		Unidades Participação /FM		Total por Sector		Total por Sector	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Administração Pública	17.266.000	17.839.217	-	-	-	-	17.266.000	17.839.217	38,98%	45,19%
Sector Financeiro	5.591.974	3.921.253	3.797.074	1.974.181	4.159.202	3.371.140	13.548.250	9.266.574	30,58%	23,47%
Energia	5.310.184	4.517.890	-	106.938	-	-	5.310.184	4.624.828	11,99%	11,72%
Telecomunicações	-	1.501.056	-	-	-	-	-	1.501.056	0,00%	3,80%
Indústria Automóvel	-	-	113.152	-	-	-	113.152	-	0,26%	0,00%
Transportes	5.058.874	2.446.884	-	265.245	-	-	5.058.874	2.712.129	11,42%	6,87%
Seguradoras	-	-	-	-	116.780	-	116.780	-	0,26%	0,00%
Indústrias Transf. Diversas	1.491.398	1.491.125	50.000	181.907	-	-	1.541.398	1.673.032	3,48%	4,24%
Atividades imobiliárias	-	-	7.277	1.676.710	-	-	7.277	1.676.710	0,02%	4,25%
Diversos	1.113.408	-	224.791	181.130	-	-	1.338.199	181.130	3,03%	0,46%
Total	35.831.838	31.717.425	4.192.294	3.918.610	4.275.982	3.788.185	44.300.115	39.474.676	100,00%	100,00%

(i) não se encontram incluídos derivados de negociação.

Ventilação Geográfica da Carteira de Valores Mobiliários pelos Principais Mercados a 31 de Dezembro (i)

	Zona Euro		USA		Outros Mercados		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações	95.718.003	30.853.314	510.952	-	-	-	99.861.558	32.363.455
Papel Comercial	4.430.907	3.468.384	-	-	-	-	4.430.907	3.468.384
Ações	15.976.616	1.632.539	736.622	1.936.887	558.276	622.869	17.271.514	4.192.294
Unidades Participação	6.495.107	835.726	-	0	1.009.149	-	7.504.255	4.275.982
Total por mercado	122.620.632	36.789.962	1.247.575	3.447.028	5.200.027	4.063.125	129.068.234	44.300.115
Total por mercado (%)	95,00%	83,05%	0,97%	7,78%	4,03%	9,17%	100,00%	100,00%

(i) não se encontram incluídos derivados de negociação.

Análise de sensibilidade ao risco de mercado

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, preço das ações, preço de mercadorias e *spread*) define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações

inesperadas do preço de instrumentos ou de operações da taxa de juro ou da taxa de câmbio.

A diversificação dos investimentos incluídos na carteira própria do Banco, quer no que se refere à ventilação regional e setorial, quer no que respeita à natureza dos instrumentos financeiros, tem sido um dos principais instrumentos de gestão do risco do mercado.

Esta política de diversificação das aplicações em múltiplos mercados e instrumentos financeiros continuou a ter expressão nos segmentos de maior risco através do investimento em instrumentos que replicam índices representativos da globalidade de determinados mercados (vg, os índices *DAX*, *CAC*, *S&P*, *Dow Jones*), ou ainda através de ETF compósitos (vg. Mercados Emergentes) proporcionando um amortecimento das volatilidades que estariam associadas aos valores mobiliários que individualmente integram esses índices.

Por outro lado, na gestão das carteiras de valores mobiliários de renda fixa, procedeu-se ao reforço da presença de emitentes da zona euro, particularmente de Portugal, sem prejuízo da manutenção de algum grau de exposição a emitentes de países considerados “core”, tendo em vista um melhor balanceamento dos riscos de mercado.

O modelo VaR (*Value at Risk*) em uso continua a ser uma das mais importantes ferramentas para a estimação da sensibilidade da carteira de títulos ao risco de mercado, proporcionando indicações que posteriormente se incorporam no processo de decisões de investimento e de desinvestimento a que a gestão da carteira própria se subordina.

3.4 Risco Cambial

O Risco de câmbio surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre moedas, sempre que existam posições nessas moedas. As posições em moeda diferente do EUR, resultado da atividade corrente do Banco, assumem um carácter de reduzida relevância.

Por outro lado, a exposição longa em USD em ativos financeiros existentes na carteira de negociação é também objeto de atento acompanhamento, podendo pontualmente dar origem a compensação parcial através da assunção de uma exposição curta naquela moeda em derivados, com vista à redução do risco cambial.

O Banco tem contratada com uma Instituição de Crédito nacional uma linha de crédito no montante de 5,4 milhões de dólares, a qual se encontra totalmente disponível, e com vista ao financiamento de operações de crédito concedido nessa moeda.

O contravalor em euros dos elementos do ativo e do passivo, expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, decompõe-se como segue:

31 de dezembro de 2017

Contravalor em euros dos saldos em moeda estrangeira						
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.228	8.065	-	136	25.300.358	25.309.787
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	26.820	55.148	6.471	24.324.242	24.412.681
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.839.426	-	-	2.956.533	4.795.959
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	776.042	-	-	118.348.819	119.124.861
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	300.000	300.000
Créditos a clientes	-	3.723.389	-	-	54.019.408	57.742.797
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	716.507	716.507
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	9.217.530	9.217.530
Propriedades de investimento	-	-	-	-	1.015.682	1.015.682
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	1.928.659	1.928.659
Ativos intangíveis	-	-	-	-	12.462	12.462
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	6.288.861	6.288.861
Outros ativos	-	108.092	-	-	1.952.149	2.060.241
Total Ativo	1.228	6.481.835	55.148	6.607	246.381.208	252.926.025
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	27.500.000	27.500.000
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.391.863	-	-	8.995.055	15.386.918
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	63	-	-	183.198.723	183.198.786
Provisões	-	-	-	-	154.155	154.155
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	106.206	106.206
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	148.974	148.974
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	2.600.469	2.600.469
Outros passivos	-	47.759	-	-	981.794	1.029.553
Total Passivo	-	6.439.686	-	-	223.685.375	230.125.061
Capital	-	-	-	-	53.651.913	53.651.913
Prémios de emissão	-	-	-	-	9.235	9.235
Ações próprios	-	-	-	-	(21.490)	(21.490)
Reservas de reavaliação	-	(60.767)	-	-	(754.683)	(815.450)
Outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	(30.830.887)	(30.830.887)
Resultado do exercício	-	-	-	-	807.644	807.644
Total Passivo + Capital Próprio	-	6.378.919	-	-	246.547.108	252.926.026
Posição líquida em Balanço	1.228	102.916	55.148	6.607	(165.900)	
Rubricas extrapatrimoniais						
Futuros de cotações	-	575.300	-	-	14.561.100	-
Futuros de divisas	-	144.660	-	-	-	-

31 de dezembro de 2016

Contravalor em euros dos saldos em moeda estrangeira						
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.423	8.251	-	136	16.308.971	16.318.781
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	50.926	60.188	6.471	334.956	452.541
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.854.759	-	-	1.215.194	3.069.953
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.035	784.074	-	8.407	35.559.749	36.359.265
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	50.000	50.000
Créditos a clientes	-	3.757.843	-	-	49.595.942	53.353.785
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	714.260	714.260
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	9.213.813	9.213.813
Propriedades de investimento	-	-	-	-	1.562.297	1.562.297
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	1.920.355	1.920.355
Ativos intangíveis	-	-	-	-	88.202	88.202
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	6.442.986	6.442.986
Outros ativos	-	108.092	-	-	725.791	833.883
Total Ativo	8.458	6.563.944	60.188	15.014	123.732.517	130.380.120
	BRL	USD	CHF	CVE	EUR	Total
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	18.000.000	18.000.000
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.541.160	-	-	26.671.195	33.212.355
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	65	-	-	52.992.675	52.992.740
Provisões	-	-	-	-	177.482	177.482
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	91.485	91.485
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	78.766	78.766
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	2.600.469	2.600.469
Outros passivos	38	2.250	-	-	867.114	869.402
Total Passivo	38	6.543.475	-	-	101.479.186	108.022.699
Capital	-	-	-	-	53.651.913	53.651.913
Prémios de emissão	-	-	-	-	9.235	9.235
Ações próprios	-	-	-	-	(21.490)	(21.490)
Reservas de reavaliação	-	(52.328)	-	-	(399.022)	(451.350)
Outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	(22.071.924)	(22.071.924)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(8.758.962)	(8.758.962)
Total Passivo + Capital Próprio	38	6.491.147	-	-	123.888.935	130.380.120
Posição líquida em Balanço	8.420	72.797	60.188	15.014	(156.419)	
Rubricas extrapatrimoniais						
Futuros de cotações	-	531.839	-	-	-	-
Futuros de divisas	-	-	-	-	4.938.000	-

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes da que é a base da sua atividade (Euro) respeita a posições essencialmente em USD, as quais são objeto de gestão com vista à adequada cobertura desse risco.

3.5 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro respeita ao efeito que os movimentos das taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial do Banco.

Este risco resulta dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos ativos, passivos e posições fora de balanço, face a alterações de taxas. Desta forma o risco de taxa de juro associado ao justo valor é o risco do justo valor de um instrumento financeiro variar devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

O Banco realiza periodicamente “*stress tests*” à carteira bancária, com base nos pressupostos da Instrução nº 19/2005, que pressupõe uma variação absoluta de 200 *bp* na taxa de juro, e os quais têm proporcionado resultados que se medem por um impacto sobre os Fundos Próprios do Banco.

As tabelas abaixo apresentam a sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco com exposição ao risco de taxa de juro, refletindo os valores contabilísticos distribuídos de acordo com as datas fixadas para a próxima revisão de taxas:

31 de Dezembro de 2017									
	1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	mais de 3 anos	Sem rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	25.309.787	25.309.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	24.412.681	24.412.681
Aplicações em instituições de crédito	-	-	300.000	-	-	-	-	-	300.000
Crédito a clientes não representativo de v. mobiliário	17.303.862	18.902.124	14.171.903	328.000	5.173.897	-	-	-	55.879.787
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	367.352	-	-	-	2.298.884	2.129.724	4.795.959
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.284.454	954.865	5.480.936	11.428.699	76.327.582	21.462.420	117.938.956
Ativos detidos até à maturidade	-	-	699.524	-	-	-	-	-	699.524
	17.303.862	18.902.124	17.823.233	1.282.865	10.654.833	11.428.699	78.626.466	73.314.612	229.336.694
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000	-	-	-	-	19.000.000	-	27.500.000
Recursos de instituições de crédito	-	4.000.000	1.520.000	435.000	3.500.000	5.500.000	-	431.918	15.386.918
Recursos de clientes	10.669.700	27.286.500	36.454.204	56.603.092	30.157.620	17.821.600	-	4.206.070	183.198.786
	10.669.700	39.786.500	37.974.204	57.038.092	33.657.620	23.321.600	19.000.000	4.637.988	226.085.704
GAP de taxa de juro	6.634.162	(20.884.376)	(20.150.971)	(55.755.227)	(23.002.786)	(11.892.901)	59.626.466	68.676.624	3.250.990
GAP de taxa de juro acumulado	6.634.162	(14.250.214)	(34.401.185)	(90.156.412)	(113.159.198)	(125.052.100)	(65.425.634)	3.250.990	

31 de Dezembro de 2016									
	1 Mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	mais de 3 anos	Sem rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	16.318.781	16.318.781
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	452.541	452.541
Aplicações em instituições de crédito	-	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Crédito a clientes não representativo de v. mobiliário	19.141.315	12.715.479	16.637.007	-	57.915	3.983.945	-	231.752	52.767.413
Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	1.491.398	1.976.985	-	-	-	-	-	3.468.384
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	3.069.953	3.069.953
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	3.180.582	2.073.280	26.347.852	4.756.646	36.358.360
Ativos detidos até à maturidade	-	-	-	-	697.277	-	-	-	697.277
	19.141.315	14.256.877	18.613.992	-	3.935.775	6.057.225	26.347.852	24.829.674	113.182.710
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000	-	-	-	9.500.000	-	-	18.000.000
Recursos de instituições de crédito	12.194.339	-	7.538.425	1.420.000	2.000.000	4.000.000	6.000.000	-	33.152.764
Recursos de clientes	7.861.799	15.200.000	19.628.633	3.113.572	4.290.000	-	-	2.759.156	52.853.160
	20.056.138	23.700.000	27.167.058	4.533.572	6.290.000	13.500.000	6.000.000	2.759.156	104.005.924
GAP de taxa de juro	(914.824)	(9.443.123)	(8.553.065)	(4.533.572)	(2.354.225)	(7.442.775)	20.347.852	22.070.518	9.176.785
GAP de taxa de juro acumulado	(914.824)	(10.357.947)	(18.911.012)	(23.444.584)	(25.798.810)	(33.241.585)	(12.893.733)	9.176.785	

3.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco potencial de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento, perante a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objetivo o financiamento adequado dos seus ativos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação do seu *gap* de liquidez.

O Banco dispõe de um conjunto de *Stand By Facilities*/Contratos de Financiamento a que pode recorrer, sem restrições, quando entenda útil ou necessário e que está assegurada a sua renovação.

Estas linhas de crédito estão ativas e podem ser utilizadas em qualquer momento, e totalizam 7,5 Milhões de EUR e 5,4 Milhões de USD, estando totalmente disponíveis, em 31 de dezembro de 2017.

Atenta a recomendação do Banco de Portugal (carta circular de 01/10/2008) de observância dos princípios e recomendações emanadas do CEBS e do BCBS e tendo em conta o Princípio 2 (estabelecimento de um nível de tolerância para o risco de liquidez), o Conselho de Administração/ALCO considera que a utilização das facilidades de crédito que se encontram contratadas, enquanto compromissos não revogáveis de instituições de crédito da praça, de primeira importância, constituem uma fonte de financiamento para efeitos de gestão do risco de liquidez.

No que respeita à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações ativas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações. Os quadros seguintes apresentam essa posição para os ativos e passivos financeiros.

De seguida apresentam-se os mapas preparados com base nos requisitos definidos no IFRS 7 relativamente a Risco de Liquidez.

A situação a 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	31 de Dezembro de 2017				Total
	À vista	até 3 meses	3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	25.309.787	-	-	-	25.309.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	24.412.681	-	-	-	24.412.681
Aplicações em instituições de crédito	-	300.000	-	-	300.000
Crédito a clientes não representativo de v. mobiliários	671.070	1.793.584	9.681.881	42.586.084	54.732.619
Ativos financeiros detidos para negociação	-	2.129.724	27.406	2.638.830	4.795.959
Ativos detidos até à maturidade	-	-	16.983	699.524	716.507
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	22.861.473	648.371	95.615.017	36.359.265
	50.393.538	27.084.781	10.374.641	141.539.455	146.626.819
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000	-	19.000.000	27.500.000
Recursos de instituições de crédito	310.847	4.020.000	-	11.056.071	15.386.918
Recursos de clientes	2.784.561	9.622.110	27.917.189	142.874.925	183.198.785
	3.095.408	22.142.110	27.917.189	172.930.997	226.085.704
GAP de taxa de juro	47.298.130	4.942.671	(17.542.548)	(31.391.541)	(79.458.885)
GAP de taxa de juro acumulado	47.298.130	52.240.801	34.698.252	3.306.711	

31 de Dezembro de 2016					
	À vista	até 3 meses	3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16.318.781				16.318.781
Disponibilidades em outras instituições de crédito	452.541				452.541
Aplicações em instituições de crédito	50.000				50.000
Crédito a clientes não representativo de v. mobiliários	300.745	1.272.269	6.223.147	45.735.471	53.531.631
Outros créditos e valores a receber (titulados)		3.069.953			3.069.953
Ativos financeiros detidos para negociação			17.033	697.227	714.260
Ativos financeiros disponíveis para venda		4.641.472	4.171.169	27.546.624	36.359.265
Ativos detidos até à maturidade	17.122.067	8.983.694	10.411.349	73.979.321	110.496.431
Recursos de bancos centrais	-	8.500.000	-	9.500.000	18.000.000
Recursos de instituições de crédito	3.122.313	12.541.689	1.035.480	16.512.873	33.212.355
Recursos de clientes	1.119.492	4.560.000	5.904.542	41.408.706	52.992.740
	4.241.805	25.601.689	6.940.022	67.421.578	104.205.094
GAP de taxa de juro	12.880.262	(16.617.995)	3.471.327	6.557.743	6.291.336
GAP de taxa de juro acumulado	12.880.262	(3.737.734)	(266.407)	6.291.336	

De notar que a carteira de obrigações governamentais da zona euro, dada a sua elevada liquidez em mercado, constitui um instrumento adicional de gestão do risco de liquidez, dando assim corpo a recomendações e orientações que, nessa matéria, têm sido emitidas pelos órgãos competentes de supervisão do setor financeiro, a nível nacional e internacional.

Os quadros acima apresentam os ativos e passivos financeiros pelos respetivos intervalos de maturidade relevantes, tendo por base as maturidades residuais no final do mês de dezembro de 2017 e de dezembro de 2016.

Os montantes apresentados correspondem aos fluxos de caixa contratuais não descontados, que incluem valores de capital e juros futuros não corridos até 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

3.7 Risco Operacional

Os riscos operacionais são os que podem resultar em prejuízos inesperados devido a falhas humanas de análise e de processamento das operações, falhas nos procedimentos internos de controlo e nos sistemas de informação ou devido a causas externas.

A gestão do risco operacional assenta sobretudo na formação/qualidade dos recursos humanos e na organização adequada dos mesmos: segregação de funções, definição de responsabilidades e procedimentos assim como nas ações de supervisão da auditoria interna e externa.

O Banco tem implementado um *Disaster Recovery Plan (DRP)*, para os sistemas e infraestruturas de comunicações que inclui um conjunto de diretivas, processos e tecnologias que garantem a viabilidade do negócio em caso de desastre. O objetivo do *DRP* é permitir que o Banco sobreviva a um desastre e que possa restabelecer as operações de negócio e o ambiente de processamento ao nível da área de sistemas de informação num espaço de tempo razoável de forma a não haver rutura.

Este *Plano* assenta na utilização do serviço de Recuperação de Negócio disponibilizado pela Companhia IBM Portuguesa, SA., e que contempla a utilização de um Centro

Informático no Porto ou em Alfragide como centro alternativo, ao abrigo do contrato celebrado entre o BPG e esta Entidade.

Semestralmente, é realizado um exercício de *DRP*.

Da gestão do Plano de continuidade do negócio, no que respeita a infraestruturas alternativas, considerou-se dar utilização a uma fração integrada em prédio habitacional, recebida em dação em cumprimento de crédito próprio, localizada em concelho vizinho ao de Lisboa, dispondo das condições de espaço adequadas à satisfação das necessidades do Banco para o desenvolvimento da sua atividade corrente, em caso de desastre que afete gravemente o acesso e/ou utilização do edifício onde o Banco se encontra instalado.

De acordo com o Método do Indicador Básico em uso pelo Banco, os requisitos de fundos próprios associados ao risco operacional cifravam-se em 2017 no montante de € 790.600, o que se compara com o requisito de € 932.994 determinado para 2016.

3.8 Risco de Compliance

Traduz-se na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, decorrentes de violações ou desconformidades no cumprimento das obrigações legais, regulamentos, contratos, códigos de conduta e princípios éticos ou práticas instituídas, que poderão resultar em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio ou na impossibilidade de exigir cumprimento de obrigações contratuais.

A função de *Compliance* tem por objeto o acompanhamento e avaliação da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados no cumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, a verificação da não violação das regras de conduta e de relacionamento com clientes, estabelecidas para as atividades da instituição.

Neste âmbito é dado especial relevo ao correto enquadramento das decisões e identificação de eventuais desajustamentos regulamentares, identificando medidas suscetíveis de reduzirem os riscos.

NOTA 4 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

Sempre que não esteja disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, os instrumentos de capital encontram-se reconhecidos ao custo histórico.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

Nível 1 – cotações em mercado ativo

Esta categoria, para além dos títulos cotados em Bolsas de Valores, inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados ativos (*bids*) divulgados através de plataformas de negociação, tendo em conta a liquidez (quantidade de contribuidores) e profundidade do ativo (tipo de contribuidor). A classificação como *mercado ativo* é efetuada de forma automática, desde que os instrumentos financeiros estejam cotados por mais do que dez contribuidores de mercado, sendo pelo menos cinco com ofertas firmes e exista uma cotação multi-contribuída (preço formado por várias ofertas firmes de contribuidores disponíveis no mercado).

Nível 2 – técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, incluindo preços observáveis no mercado para ativos financeiros em que se tenham observado reduções significativas no volume de transações, ou instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (*bids* indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

Nível 3 – técnicas de valorização utilizando principalmente *inputs* não baseados em dados observáveis em mercado

Os ativos financeiros são classificados no nível 3 caso uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:

- Os títulos não cotados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar, como por exemplo:
 - avaliação com base no *Net Asset Value* actualizado e divulgado pelas respetivas sociedades gestoras;
 - avaliação com base em preços indicativos divulgados pelas entidades que participam na estruturação das operações; ou,
 - títulos valorizados através de preços de compra indicativos, baseados em modelos teóricos, divulgados por terceiros e considerados fidedignos.

No caso de ações não cotadas, o justo valor é estimado com base na análise da posição financeira e resultados do emitente, perfil de risco e de valorizações de mercado ou transações para empresas com características idênticas.

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registada alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, atendendo a que as taxas aplicáveis a estes ativos à data de referência das demonstrações financeiras são taxas de mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos contabilizados ao custo amortizado:

- Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais: esta rubrica é constituída por notas e moedas e depósitos à ordem; atendendo-se ao curto prazo destes ativos, o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Disponibilidades em outras instituições de crédito: são constituídas por depósitos à ordem, e, dado que são ativos de curto prazo, o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Ativos financeiros detidos para negociação: esta categoria inclui os ativos financeiros valorizados com base em preços de mercados ativos, cujo objetivo é a venda no curto prazo, e é constituída por valores de rendimento variável emitidos por entidades estrangeiras, cotados em Bolsas de Valores. O valor por que se encontram registados é o justo valor;
- Aplicações e recursos de Instituições de Crédito: são constituídos maioritariamente por aplicações e tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxas variáveis, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Títulos detidos até à maturidade: são títulos da dívida pública portuguesa, registados ao custo amortizado, e cujo justo valor à cotação de mercado é de € 716.507 e € 714.260, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente;
- Recursos de clientes e outros empréstimos: os recursos de clientes representam os valores captados junto de clientes, e constituídos por depósitos à ordem e depósitos de curto prazo, normalmente com prazo inferior a um ano, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado; os outros empréstimos respeitam aos valores de mercado acrescidos de juros corridos, relativamente a títulos objeto de contratos de empréstimo celebrados com clientes.
- Recursos de Bancos Centrais e outras instituições: constituídos essencialmente por tomadas junto do Euro Sistema e que o Banco considera como justo valor o valor de balanço.
 - Crédito a clientes e Outras aplicações: o crédito a Clientes não representativo de valores mobiliários – é constituído por crédito concedido a clientes, na sua maioria com taxa de juro variável, indexado a taxas de mercado, pelo que o Banco considera que o valor de balanço é próximo do justo valor; as Outras aplicações

correspondem aos valores de mercado acrescidos de juros corridos relativamente a títulos objeto de contratos de empréstimo celebrados com clientes.

- Outros ativos e passivos financeiros: referem-se a operações de curto prazo, pelo que o seu valor de balanço é próximo do justo valor.

Decorrente do acima exposto, consideramos que estes ativos e passivos financeiros se encontram no nível 1 em termos de hierarquia do justo valor.

Em 31 de dezembro de 2017 as variações no justo valor de Instrumentos Financeiros, reconhecidas em resultados em operações financeiras e em capitais próprios, são as seguintes:

TIPOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	(Perdas)/Ganhos (Líquidos)	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Rendim./Despesas de comissões (Líquidos)	Reserva de Reavaliação
Ativos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-
Disponibilidades à vista em Instituições de Crédito	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros detidos para negociação	467.195	24.693	-	-	-
Ativos Financeiros disponíveis para venda	2.745.131	1.834.524	-	-	364.100
Investimentos detidos até à maturidade	-	33.397	-	-	-
Aplicações em instituições de Crédito	-	0	-	-	-
Crédito a Clientes e Outras contas a Receber	-	2.027.107	-	67.466	-
Instrumentos derivados de negociação	(219.164)	-	-	-	-
Outros ativos	-	108	-	-	-
Total Ativo	2.993.162	3.919.829	-	67.466	364.100
Passivos					
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	574.891	-	-
Recursos de clientes	-	-	1.354.952	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-	10.757	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	121.125	-	-
Total Passivo	-	-	2.061.724	-	-

Em 31 de dezembro de 2016 as variações no justo valor de Instrumentos Financeiros, reconhecidas em resultados em operações financeiras e em capitais próprios, são as seguintes:

TIPOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	(Perdas)/Ganhos (Líquidos)	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Rendim./Despesas de comissões (Líquidos)	Reserva de Reavaliação
Ativos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-
Disponibilidades à vista em Instituições de Crédito	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros detidos para negociação	187.730	-	-	-	-
Ativos Financeiros disponíveis para venda	(302.803)	647.627	-	-	(203.838)
Investimentos detidos até à maturidade	-	33.097	-	-	-
Aplicações em instituições de Crédito	-	0	-	-	-
Crédito a Clientes e Outras contas a Receber	-	2.610.050	-	119.820	-
Instrumentos derivados de negociação	(43.561)	-	-	-	-
Outros ativos	-	10.440	-	-	-
Total Ativo	(158.634)	3.301.214	-	119.820	(203.838)
Passivos					
Recursos de Bancos Centrais	-	-	7.850	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	870.411	-	-
Recursos de clientes	-	-	888.386	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-	26.624	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	267.056	-	-
Total Passivo	-	-	2.060.327	-	-

No quadro abaixo são apresentados os Ativos e Passivos Financeiros do Banco que em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 se mensuravam ao justo valor, baseando-se na hierarquia que reflete o significado dos *inputs* utilizados na mensuração, conforme os níveis definidos pelo IFRS 7 e IFRS13:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR								
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Instrumentos de dívida	2.129.724	-	-	2.129.724	-	-	-	-
Instrumentos de capital	2.666.236	-	-	2.666.236	3.069.953	-	-	3.069.953
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Instrumentos de dívida	96.478.815	-	-	96.478.815	31.601.714	-	-	31.601.714
Instrumentos de capital	22.646.045	-	-	22.646.045	5.389.324	-	-	5.389.324
Total de ativos mensurados ao justo valor	123.920.820	-	-	123.920.820	40.060.992	-	-	40.060.992

Os instrumentos de capital, classificados em disponíveis para venda, são valorizados com base em avaliações, que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado. Decorrente destas avaliações o Banco considera que estes ativos financeiros se encontram no nível 1 em termos de hierarquia do justo valor.

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	-	-
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	2.027.108	2.610.050
Juros de crédito a Clientes	24.694	-
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	1.834.524	647.626
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	33.397	33.097
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	108	10.440
Outros juros e rendimentos similares	-	1
	<u>3.919.831</u>	<u>3.301.213</u>
Juros e encargos similares		
Juros de recursos		
De Bancos Centrais	-	7.850
De outras Instituições de Crédito	574.891	870.411
De depósitos de Clientes	1.354.952	888.386
De passivos financeiros detidos para negociação	-	10.440
De outros passivos subordinados	121.125	267.056
Outros juros e encargos similares	10.757	16.184
	<u>2.061.725</u>	<u>2.060.327</u>
Margem financeira	<u>1.858.106</u>	<u>1.240.886</u>

NOTA 6 - RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Comissões recebidas:		
Por serviços prestados de <i>Corporate Finance</i>	-	-
Garantias prestadas	77.717	118.452
Por gestão de ativos	54.941	52.754
Por serviços bancários prestados	206.117	200.600
Compromissos assumidos perante terceiros	54.942	52.754
Operações realizadas por conta de terceiros	38.468	48.461
Outras	1.388	1.339
	<u>433.573</u>	<u>474.360</u>
Comissões pagas :		
Compromissos assumidos por terceiros	95.430	101.000
Custódia de carteira	4.221	1.879
Por serviços bancários prestados por terceiros	60.660	40.144
Operações realizadas por terceiros	63.916	8.284
Outras	455.097	3.107
	<u>679.324</u>	<u>154.414</u>
Comissões líquidas	<u>(245.751)</u>	<u>319.946</u>

NOTA 7 – RESULTADOS DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR E DISPONÍVEIS PARA VENDA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

	31/dez/2017	31/dez/2016
Ganhos em ativos financeiros detidos para negociação		
Ativos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	12.496	-
Instrumentos de capital	51.684	37.124
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	167.768	-
Instrumentos de capital	4.999.409	3.146.495
Instrumentos financeiros derivados	517.910	206.552
	5.749.267	3.390.171
Perdas em ativos financeiros detidos para negociação		
Ativos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	426	-
Instrumentos de capital	39.722	56.315
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	202.760	-
Instrumentos de capital	4.302.090	2.939.574
Instrumentos financeiros derivados	737.074	387.022
	5.282.072	3.382.911
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	467.195	7.260
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda		
Ativos financeiros emitidos por residentes:		
Instrumentos de dívida	1.219.505	-
Instrumentos de capital	-	-
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	714.518	293.667
Instrumentos de capital	1.242.056	-
	3.176.079	293.667
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda		
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	320.578	-
Instrumentos de capital	-	354.900
Ativos financeiros emitidos por não residentes:		
Instrumentos de dívida	33.517	83.430
Instrumentos de capital	76.852	158.140
	430.948	596.470
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	2.745.131	(302.803)

NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O quadro abaixo reflete o resultado da reavaliação cambial das posições do Banco expressas em moeda diferente do Euro:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Ganhos em diferenças cambiais		
Na posição à vista	3.883.311	4.911.379
Perdas em diferenças cambiais		
Na posição à vista	5.251.984	4.774.470
Resultados de reavaliação cambial	<u>(1.368.673)</u>	<u>136.909</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5.

NOTA 9 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Os resultados de alienação de outros ativos não financeiros apresentam-se conforme segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Ganhos em ativos não financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda	-	-
Propriedades de investimento	54.796	-
Outros ativos tangíveis	30.150	3.997
	<u>84.946</u>	<u>3.997</u>
Perdas em ativos não financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda	89.025	24.976
Propriedades de investimento	18.021	13.131
Outros ativos tangíveis	2.092	5.652
	<u>109.138</u>	<u>43.759</u>
	<u>(24.192)</u>	<u>(39.762)</u>
Perdas na alienação de crédito a clientes		
Crédito interno:		
Empresas	-	71.072
	<u>-</u>	<u>71.072</u>
	<u>(24.192)</u>	<u>(110.834)</u>

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os outros resultados de exploração decompõem-se conforme segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Recuperação de crédito	6.942	7.102
Ajustes cálculo pró-rata IVA	-	-
Reembolso de despesas com avaliações e vistoria	8.588	12.238
Outras receitas operacionais	74.347	429.250
Arrendamento de imóveis	57.872	78.081
Ganhos em operações de empréstimo de títulos	1	213.748
Outros rendimentos operacionais	16.473	137.422
	<u>89.877</u>	<u>448.590</u>
Outros encargos e gastos operacionais		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	110	80
Contribuições para o Fundo de Resolução	32.012	24.304
Contribuições para o Sistema Indemnização ao Investidor	3.000	1.500
Outros impostos	14.032	14.096
Outros gastos operacionais	212.860	695.714
Perdas em operações de empréstimo de títulos	-	213.654
Contribuição para o setor bancário	111.991	119.059
Outros	100.869	363.001
	<u>262.014</u>	<u>735.694</u>
	<u>(172.137)</u>	<u>(287.104)</u>

NOTA 11 - CUSTOS COM PESSOAL

11.1 Custos com pessoal

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	297.286	184.700
Órgãos de gestão		
Conselho de Administração	291.086	175.100
Remunerações de base	256.801	175.100
Remunerações extraordinárias	34.286	-
Órgãos de fiscalização		
Conselho Fiscal	6.200	9.600
Remuneração de empregados	1.370.372	1.316.670
Remunerações de base	1.370.372	1.316.670
Remunerações extraordinárias	-	-
Encargos sociais obrigatórios	386.401	357.376
Outros custos com o pessoal	96.998	225.597
	<u>2.151.057</u>	<u>2.084.343</u>

O Banco obriga-se mediante contratos individuais de trabalho com os seus colaboradores ao pagamento de uma remuneração fixa mensal, a que acrescem subsídios de férias e de Natal, do mesmo montante e ainda subsídio de almoço, nos termos da legislação geral aplicável, não se encontrando prevista em caso algum a obrigação de pagamento de remunerações variáveis.

11.2 Responsabilidades com pensões e outros benefícios

O Banco não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo sistema de Segurança Social.

11.3 Remunerações processadas aos Membros dos Órgãos Estatutários (Conselho de Administração e Conselho Fiscal), colaboradores exercendo funções de controlo e ao Revisor Oficial de Contas

Os quadros abaixo refletem o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de fiscalização e administração, de forma agregada e individual, e pelos colaboradores exercendo as funções de controlo (auditoria interna, *compliance* e gestão de risco), de forma agregada em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Remuneração agregada dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores com funções de controlo		
Órgãos de gestão	256.801	364.818
Conselho de Administração	256.801	364.818
Órgão de fiscalização	6.200	9.600
Conselho Fiscal	6.200	9.600
Funções de controlo interno (f)	113.573	130.014
	<u>376.574</u>	<u>504.432</u>

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Remuneração individual dos órgãos de administração e de fiscalização e honorários do revisor oficial de contas		
Órgãos de gestão	256.801	364.818
Conselho de Administração	256.801	364.818
Membros sem pelouros executivos atribuídos		
Vogal - Dr. Luis António Gomes Moreno	9.460	8.600
Vogal - Dr. Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz	-	-
Membros com pelouros executivos atribuídos		
Presidente - Dr. Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino	-	-
Vice Presidente - Dr. Mário José Brandão Ferreira	-	-
Vogal - Dr. Luis Miguel Nunes Barbosa (a)	-	230.218
Vogal - Dr. Paulo Jorge Santos Azenhas (b)	-	126.000
Comissão Executiva		
Presidente da Comissão Executiva-Prf. Mario Patinha Antão	128.029	-
Administrador - Dr. João Ricardo Chicharo Folque	119.312	-
Órgão de fiscalização	6.200	9.600
Conselho Fiscal	6.200	9.600
Presidente - Dr. Henrique Carlos de Medina Carreira	-	3.600
Presidente - Dr. Manuel Pinto Barbosa	2.700	-
Membro Efetivo - Dr. Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva	2.250	3.000
Membro Efetivo - Dr. Manuel Augusto Lopes de Lemos	1.250	3.000
Revisor Oficial de Contas	106.000	56.895
PricewaterhouseCoopers & Associados-SROC, Lda.		
Serviços de revisão legal de contas (c)	-	-
Serviços de consultoria fiscal (e)	12.000	12.000
Ernst & Young Audit & Associados-SROC SA		
Serviços de revisão legal de contas (c)	50.000	6.150
Revisão Limitada	15.000	-
Outros serviços de garantia de fiabilidade (d)	29.000	38.745
	369.001	431.313

Os valores de honorários do Revisor Oficial de Contas não incluem IVA e encontram-se registados na rubrica de Gastos Gerais Administrativos em “Consultoria e auditoria” (Nota 12 – Gastos Gerais administrativos).

- (a) O Senhor Dr. Luis Miguel Nunes Barbosa cessou as suas funções como membro do Conselho de Administração em 21 de junho de 2016.
- (b) O Senhor Dr. Paulo Jorge Santos Azenhas cessou as suas funções como membro do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2016.
- (c) Em 2016, por razões de ordem legal, a Sociedade Ernst & Young Audit e Associados, SROC, SA, passou a prestar todos os serviços de revisão legal de contas e de garantia e fiabilidade, deixando a Sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., de prestar estes serviços.

No que se refere aos custos de auditoria de 2017 encontram-se incluídos os serviços prestados com vista à emissão do Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras, com referência a 30/06/2017.

- (d) Os serviços de garantia e fiabilidade prestados pela sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., em 2016 e pela sociedade Ernst & Young Audit e Associados, SROC, SA., também em 2016, consistem:
 - i) na emissão de relatórios sobre a imparidade da carteira de crédito, para cumprimento da instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
 - ii) na emissão de parecer sobre o sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e divulgação da informação financeira (relato financeiro) para os efeitos previstos na alínea b) do nº 5 do artigo 25º do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal; e
 - iii) na emissão de relatório sobre procedimentos e medidas adotados pelos intermediários financeiros para salvaguarda de bens de clientes, no âmbito dos artigos 306º a 306-D do Código dos Valores Mobiliários.
- (e) Os serviços de consultoria celebrados com a PricewaterhouseCoopers & Associadas - SROC, Lda. consistem na prestação de consultoria fiscal sobre informações solicitadas pelo Banco no âmbito de legislação fiscal aplicável na altura em que os serviços são prestados.
- (f) Além dos colaboradores exercendo as funções de controlo interno não foram identificados outros colaboradores que cumpram os critérios definidos no nº 2 do artigo nº 1 do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal.

O número efetivo de colaboradores encontra-se discriminado na Nota 37 – Efetivo de trabalhadores.

Os saldos sobre operações efetuadas com os elementos da Administração e da Direção do Banco encontram-se divulgados na Nota 36 – Transações com entidades relacionadas.

NOTA 12 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Os custos incorridos com fornecimentos e serviços de terceiros são conforme segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	40.436	37.483
Material de consumo corrente	29.597	20.621
Outros fornecimentos de terceiros	4.685	6.577
Com serviços		
Rendas e alugueres	380.400	383.630
Conservação e reparação	31.184	340.801
Comunicações	144.928	165.812
Consultoria e auditoria	133.382	299.428
Deslocações e estadas	16.774	6.230
Segurança e vigilância	77.356	84.933
Avenças e honorários	22.847	32.745
Avaliadores externos	16.690	31.144
Publicidade	2.731	3.505
Seguros	7.436	7.435
Advogados	34.684	266.962
Formação de pessoal	6.862	5.950
Bancos de dados	35.142	9.768
Transportes	4.164	4.273
Judiciais, contencioso e notariado	4.084	12.779
Outros serviços de terceiros	466.359	200.701
	<u>1.459.741</u>	<u>1.920.777</u>

NOTA 13 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas municipal e estadual. O pagamento/recebimento de impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação, tendo as autoridades fiscais a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, ou durante o período em que seja possível deduzir prejuízos fiscais ou crédito de imposto até 12 anos, contado a partir do exercício a que respeitam, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Administração Fiscal poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diferente do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer liquidação, que possa resultar de eventuais revisões pela Administração Fiscal, aos exercícios acima referidos, seja significativa no contexto das demonstrações financeiras do Banco.

A Lei do Orçamento do Estado, Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, no seu artigo 141º, veio aprovar uma contribuição sobre o setor bancário que não é elegível como custo fiscal. No dia 30 de março de 2011, foram publicadas as condições de aplicabilidade da nova contribuição sobre o setor bancário, através da Portaria nº 121/2011. Pela Portaria nº 176-A/2015, o Banco registou no exercício de 2017 um encargo de € 111 991 e no exercício de 2016 um encargo de € 119 059, registada em Outros resultados de exploração (Nota 10 – Outros resultados de exploração).

Os impostos diferidos ativos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal efetivamente verificada nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	31/dez/2017		31/dez/2016	
	% Carga fiscal	Valor	% Carga fiscal	Valor
Lucro (Prejuízo) antes de impostos		1.238.502		(10.608.236)
IRC	0,0%	55.409	0,0%	-
Derrama	0,0%	3.958	0,0%	-
Tributação autónoma	4,9%	41.453	-0,9%	91.485
Imposto corrente	4,9%	100.819	-0,9%	91.485
Diferimento comissões de crédito	0,0%	(39)	0,0%	(47)
Prejuízos fiscais reportáveis	-23,8%	(294.998)	-23,6%	2.500.621
Provisões não aceites fiscalmente	-2,8%	(35.002)	5,3%	(559.817)
Imposto diferido	-23,9%	(330.039)	-18,3%	(1.940.757)
Taxa efetiva	-26,6%	430.858	-19,2%	(1.849.272)

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31/dez/2017	31/dez/2016
IRC	21%	21%
Derrama	1,5%(a)	1,5%(a)
	22,5%	22,5%

(a) - Taxa média ponderada dos municípios de Lisboa e Porto

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registrados no balanço é como segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Impostos diferidos		
Ativos	6.288.861	6.442.986
Passivos	(148.974)	(78.766)
	<u>6.139.887</u>	<u>6.364.220</u>
Registados por contrapartida de :		
Resultados transitados	6.233.183	4.292.426
Reserva de reavaliação de justo valor	236.744	131.037
Resultado do exercício	(330.039)	1.940.757
	<u>6.139.887</u>	<u>6.364.220</u>

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente, para prazos que variam entre quatro e doze anos.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registrados no exercício de 2017 é como segue:

Descrição	Base de cálculo		Impostos diferidos					
			Balanço		Resultado		Reservas reavaliação	
	31/dez/2016	31/dez/2017	31/dez/2016	31/dez/2017	31/dez/2016	31/dez/2017	31/dez/2016	31/dez/2017
Comissões de crédito	(110)	64	25	(14)	(47)	(39)	-	-
Títulos disponíveis para venda JVP (i)	350.072	662.041	(78.766)	(148.959)	-	-	(25.181)	(70.193)
Títulos disponíveis para venda JVN (ii)	(932.459)	(1.714.235)	209.803	385.703	-	-	84.334	175.900
Prejuízos fiscais reportáveis	(25.193.795)	(24.767.484)	5.290.697	4.995.699	2.500.621	(294.998)	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	(4.188.715)	(5.903.662)	942.461	907.459	(559.817)	(35.002)	-	-
	<u>(29.965.007)</u>	<u>(31.723.276)</u>	<u>6.364.220</u>	<u>6.139.887</u>	<u>1.940.757</u>	<u>(330.039)</u>	<u>59.153</u>	<u>105.706</u>

NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta os Ativos e Passivos Financeiros do Banco de acordo com as categorias definidas na IAS 39 – Instrumentos Financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente:

CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS							31/12/2017
RUBRICAS DE BALANÇO	Ativos financeiros ao justo valor	Ativos financeiros detidos para negociação	Investimentos detidos até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	TOTAL
Ativos							
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	-	-	-	25.309.787	-	-	25.309.787
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	-	-	24.412.681	-	-	24.412.681
Ativos financeiros detidos para negociação	-	4.795.959	-	-	-	-	4.795.959
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	119.781.139	-	119.781.139
Aplicações em instituições de crédito	300.000	-	-	-	-	-	300.000
Crédito a Clientes	-	-	-	57.742.797	-	-	57.742.797
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	716.507	-	-	-	716.507
Outros ativos	2.817.651	1.613.087	-	95.102	-	-	4.525.840
Total de Ativos	3.117.651	6.409.047	716.507	107.560.367	119.781.139	-	237.584.711
Passivos							
Passivos financeiros Negociação ao JV através de resultados	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	27.500.000	27.500.000
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	15.386.918	15.386.918
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	183.198.786	183.198.786
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	2.600.469	2.600.469
Total de Passivos	-	-	-	-	-	228.686.173	228.686.173

CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS							31/12/2016
RUBRICAS DE BALANÇO	Ativos financeiros ao justo valor	Ativos financeiros detidos para negociação	Investimentos detidos até à maturidade	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	TOTAL
Ativos							
Caixa e disponibilidades em Bancos centrais	-	-	-	16.318.781	-	-	16.318.781
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	-	-	452.541	-	-	452.541
Ativos financeiros detidos para negociação	-	3.069.953	-	-	-	-	3.069.953
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	36.359.265	-	36.359.265
Aplicações em instituições de crédito	50.000	-	-	-	-	-	50.000
Crédito a Clientes	-	-	-	53.353.784	-	-	53.353.784
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	714.260	-	-	-	714.260
Outros ativos	3.028.965	245.459	-	95.357	-	-	3.369.781
Total de Ativos	3.078.965	3.315.412	714.260	70.220.463	36.359.265	-	113.688.365
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	18.000.000	18.000.000
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	33.212.355	33.212.355
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	52.992.740	52.992.740
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	2.600.469	2.600.469
Total de Passivos	-	-	-	-	-	106.805.563	106.805.563

NOTA 15 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Caixa	21.748	28.853
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	25.288.039	16.289.928
	<u>25.309.787</u>	<u>16.318.781</u>

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de Reservas Mínimas do Eurosistema e para cumprimento do rácio de liquidez, *Liquidity Coverage Ratio*.

O montante das responsabilidades incluídas na base de incidência, que obrigam à manutenção de reservas, corresponde a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluídos os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao mesmo regime de constituição de reservas mínimas.

NOTA 16 - DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As disponibilidades à vista sobre instituições de crédito têm a seguinte composição:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	24.406.210	446.070
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	6.471	6.471
	<u>24.412.681</u>	<u>452.541</u>

NOTA 17 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017, a composição da carteira de negociação, por natureza e espécie de título, pode ser analisada como segue:

Ativos financeiros detidos para negociação 31/12/2017	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Aquisição (eur)	Valor de Balanço Justo Valor
Instrumentos de capital				
Emitidos por não residentes				
Exchange Traded Funds (ETF's)	83.157	1	1.789.003	2.129.724
Instrumentos de dívida				
Emitidos por residentes				
De Dívida Soberana	355.000	1	355.000	367.352
Emitidos por não residentes				
De Dívida Soberana	2.000.000	1	2.306.760	2.298.884
Total			4.450.763	4.795.959

Ativos financeiros detidos para negociação 31/12/2016	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Aquisição (eur)	Valor de Balanço Justo Valor
Instrumentos de capital				
Emitidos por não residentes				
Exchange Traded Funds (ETF's)	52.712	1	2.821.907	3.069.953
Total			2.821.907	3.069.953

Instrumentos financeiros derivados

A composição dos instrumentos financeiros derivados de negociação é como segue:

Instrumentos derivados de negociação	31/dez/2017			31/dez/2016		
	Nocional	Valor de balanço		Nocional	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Contratos de futuros						
Futuros de cotações	-	-	-	531.839	27.007	-
Futuros de divisas	2.497.400	110.616	-	-	-	-
Futuros de txjuro	16.105.854	263.044	-	4.938.000	81.000	-
Futuros de commodities	-	-	-	-	-	-
		373.659	-		108.007	-

O Banco transaciona instrumentos financeiros derivados, essencialmente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro e sobre títulos de dívida. Estas transações são efetuadas em mercados organizados. A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação próprias desses mercados.

À data do Balanço, o Banco detinha na sua carteira contratos de futuros de taxas de juro e de cotações, cuja finalidade era de negociação, e com data de maturidade para março de 2018 (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco detinha na sua carteira contratos de futuros de taxas de juro e de cotações, cuja finalidade era de negociação, e com data de maturidade para março de 2017 (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu valor de mercado.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os instrumentos financeiros derivados teriam se fossem transacionados no mercado à data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida na rubrica de outros ativos e tem impacto imediato em resultados (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

NOTA 18 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A composição da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017 pode ser analisada como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda	Qtd	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	Imparidade	Reserva de Reavaliação
Instrumentos de capital					
Emitidos por residentes					
Ao custo histórico					
Ações	610.000	650.000	650.000	650.000	-
Ao justo valor					
Unidades de Participação	3.045	200.000	172.782	-	(27.218)
Emitidos por não residentes					
Ao custo histórico					
Ações	4.333.333	6.278	6.278	6.278	-
Ao justo valor					
Unidades de Participação	712.635	15.530.772	15.141.790	-	(388.982)
Unidades de Participação	193.018	7.584.881	7.331.473	-	(253.408)
		23.971.931	23.302.324	656.278	(669.608)
Instrumentos de dívida					
Emitidos por residentes					
Obrigações					
De Dívida Soberana	36.100.000	40.934.111	41.432.279	-	(394.694)
Outras Obrigações	9.710.000	9.727.421	10.043.186	-	277.165
Emitidos por não residentes					
Obrigações					
De Dívida Soberana	27.315.000	27.738.803	27.586.643	-	(251.238)
Outras Obrigações	15.000.000	17.205.159	17.414.428	-	(13.854)
		95.605.494	96.476.535	-	(382.621)
Total		119.577.425	119.778.859	656.278	(1.052.228)

Nota: Não foi incluído no presente mapa o valor de € 2.280, relativo a unidades de participação do Fundo de Compensação de Trabalho.

A composição da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2016 pode ser analisada como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda	Qtd	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	Imparidade	Reserva de Reavaliação
Instrumentos de capital					
Emitidos por residentes					
Ao custo histórico					
Ações	610.000	650.000	650.000	416.326	-
Ao justo valor					
Unidades de Participação	3.045	200.000	139.199	-	(60.801)
Emitidos por não residentes					
Ao custo histórico					
Ações	4.358.306	233.759	233.759	225.352	-
Ao justo valor					
Unidades de Participação	20.935	501.224	553.414	-	52.191
Unidades de Participação	263.909	3.667.622	3.821.951	-	154.330
		5.252.604	5.398.324	641.678	145.720
Instrumentos de dívida					
Emitidos por residentes					
Obrigações					
De Dívida Soberana	11.500.000	12.213.198	11.798.052	-	(576.718)
Outras Obrigações	1.500.000	1.629.750	1.554.752	-	(98.340)
Emitidos por não residentes					
Obrigações					
De Dívida Soberana	6.815.000	6.803.183	6.764.909	-	(60.722)
Outras Obrigações	11.000.000	11.350.802	11.484.001	-	7.668
		31.996.932	31.601.714	-	(728.111)
Total		37.249.536	37.000.038	641.678	(582.392)

Nota: Não foi incluído no presente mapa o valor de € 904, relativo a unidades de participação do Fundo de Compensação de Trabalho.

Ativos financeiros disponíveis para venda 31/12/2017	Qtd	Participação no capital social (%)	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	Imparidade	Reserva de Reavaliação
Instrumentos de capital							
Ao custo histórico							
Ações							
Atlântico Vila - Soc. Cons. Proj. Desenv., SA.	10.000	10%	5	50.000	50.000	50.000	-
J. D. Alvarez	600.000	25%	1	600.000	600.000	600.000	-
Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA.	4.333.333	25%	1	6.278	6.278	6.278	-
				656.278	656.278	656.278	-
Ativos financeiros disponíveis para venda 31/12/2016							
Instrumentos de capital							
Ao custo histórico							
Ações							
Atlântico Vila - Soc. Cons. Proj. Desenv., SA.	10.000	10%	5	50.000	50.000	50.000	-
J. D. Alvarez	600.000	25%	1	600.000	600.000	366.326	-
Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA.	4.333.333	25%	1	7.277	7.277	7.277	-
Novo Banco	24.973	3%	1.000	226.482	226.482	218.074	-
				883.759	883.759	641.677	-

A participação do Banco na Sociedade Aquapura, Hotel, Villas & SPA., Ceará, enquadrou-se no desenvolvimento de um projeto turístico, no Ceará, Brasil, de médio prazo. Em 2011 foram realizados suprimentos nesta Sociedade, no montante de € 1 258 800, que o Banco provisionou na totalidade em 2015 (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

O Banco procede, para as participações com maior relevância, a avaliações periódicas para determinar a existência de indícios de imparidade, tendo registado no exercício perdas por imparidade para a totalidade do valor da participação no Grupo J.D. Alvarez.

Relativamente à participação não qualificada que o Banco detinha no Novo Banco de Cabo Verde, representando 2,9% do capital deste Banco, no valor de 24.973 mil escudos cabo-verdianos, o equivalente a € 226,5 mil euros, em 31 de dezembro de 2016 já registava uma imparidade de €218,1 mil.

O Novo Banco foi criado no dia 27 de setembro de 2010, sob a forma de Sociedade Anónima, com um Capital Social de 300.000.000\$00, resultando de um projeto do Governo de Cabo Verde e tendo como parceiro estratégico o Banco Português de Gestão.

Embora com o objetivo de estimular o acesso ao microcrédito e combater a pobreza, o Novo Banco de Cabo Verde acabou por nunca conseguir estabelecer-se solidamente no mercado financeiro daquele país.

Em março de 2017, em conferência de imprensa, o governador do Banco de Cabo Verde confirmou a resolução do Novo Banco de Cabo Verde, com perda total para os acionistas, sendo a maior parte das atividades e dos ativos e passivos do Novo Banco absorvidos pela Caixa Económica de Cabo Verde.

Com esta medida, o Banco Português de Gestão que tinha reforçado imparidade nesta participada em 8,4 mil euros, para os 100%, acabou por fazer o *write-off* da mesma no seu balanço.

As participações que o Banco detém no capital social destas empresas são minoritárias, não detendo controlo ou sequer influência significativa sobre a gestão de qualquer uma delas.

Exposição à dívida soberana

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente, o Banco apresenta a seguinte exposição à dívida soberana de outros países:

31/dez/2017				
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	
Ativos financeiros detidos até à maturidade				
Instrumentos de dívida				
De Dívida Publica Portuguesa	700.000	699.524	680.706	
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	Reserva de Reavaliação
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de dívida				
De Dívida Pública Portuguesa	36.100.000	40.934.111	41.432.279	(394.694)
De Dívida Pública Belga	5.000.000	5.224.150	5.196.791	(48.400)
De Dívida Pública Italiana	10.000.000	10.009.703	9.862.687	(160.203)
De Dívida Pública Francesa	3.000.000	3.450.863	3.448.326	(43.223)
	54.100.000	59.618.826	59.940.082	(646.519)

31/dez/2016				
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	
Ativos financeiros detidos até à maturidade				
Instrumentos de dívida				
De Dívida Publica Portuguesa	700.000	680.706	697.277	
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço/Justo Valor	Reserva de Reavaliação
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de dívida				
De Dívida Pública Portuguesa	11.500.000	12.213.198	11.798.052	(576.718)
De Dívida Pública Italiana	4.500.000	4.690.095	4.705.357	5.415
De Dívida Pública Grega	315.000	2.048	851	(1.197)
De Dívida Pública Irlandesa	2.000.000	2.111.040	2.058.702	(64.940)
	18.315.000	19.016.380	18.562.961	(637.440)

NOTA 19 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

	31/dez/2017	31/dez/2016
Aplicações em IC's no país		
Depósitos a Prazo até 1 ano	300.000	50.000
Juros a receber	-	-
	300.000	50.000

Durante os exercícios de 2017 e 2016 esta aplicação indexada à Euribor não teve remuneração devido às taxas negativas deste indexante.

NOTA 20 - CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Crédito não representativo de valores mobiliários		
Crédito interno		
Empresas e administração pública		
Empréstimos	31.173.004	26.734.120
Créditos em conta corrente	5.250.864	4.317.533
Operações de locação financeira	1.318.611	1.469.997
Outros créditos	310.500	-
Particulares	-	-
Crédito à habitação	1.116.515	1.179.134
Crédito conta corrente	148.000	352.000
Outros créditos	12.129.161	15.221.327
	<u>51.446.655</u>	<u>49.274.111</u>
Crédito ao exterior		
Particulares		-
Outros créditos	-	33.469
	<u>-</u>	<u>33.469</u>
Juros e comissões a receber	764.742	652.988
	<u>764.742</u>	<u>652.988</u>
Crédito e juros vencidos	<u>19.828.041</u>	<u>20.562.046</u>
	<u>19.828.041</u>	<u>20.562.046</u>
Outros Créditos e valores a receber - Titulados (Nota 21)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	4.450.000	3.500.000
Comissões com proveito diferido	(17.132)	(31.617)
Juros com proveito diferido	(100)	-
	<u>4.432.768</u>	<u>3.468.384</u>
Total bruto	<u>76.472.206</u>	<u>73.990.997</u>
Provisões e Imparidade (Nota 23)		
Provisões para créditos e juros vencidos e imparidade	(18.729.408)	(20.637.214)
	<u>(18.729.408)</u>	<u>(20.637.214)</u>
Total Líquido	<u>57.742.798</u>	<u>53.353.783</u>

As taxas de juro médias aplicáveis ao crédito concedido durante os exercícios de 2017 e 2016 foram respetivamente de 2,71% e de 3,83%.

O movimento ocorrido nas provisões/imparidades nos exercícios de 2017 e de 2016 é apresentado na Nota 23 - Imparidade e Provisões.

Os juros corridos a receber relativos aos créditos concedidos estão incluídos no valor da carteira em juros e comissões a receber.

No âmbito da sua atividade de concessão de crédito o Banco recebe, entre outras, as seguintes garantias reais (colaterais):

- hipotecas sobre habitação própria;
- hipotecas sobre imóveis e terrenos;
- depósito de valores;
- penhor de valores mobiliários.

O justo valor dos colaterais recebidos é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. Por exemplo, os imóveis recebidos em garantia são avaliados por entidades avaliadoras externas e independentes.

A 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as garantias reais recebidas (hipotecas de imóveis e terrenos, depósitos de valores, penhor de valores mobiliários e penhor mercantil) pelo Banco ascendem, respetivamente, a € 91 880 005 e a € 93.036.239 (Nota 33 - Contas Extrapatrimoniais).

NOTA 21 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017, a composição do saldo de outros créditos e valores a receber, por natureza e espécie de título, incluído na rubrica de crédito a clientes (Nota 20 – Crédito a clientes), pode ser analisada como segue:

Outros créditos e valores a receber (Titulados)	Quantidade Montante	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida				
Emitidos por residentes				
Outros residentes				
Dívida não subordinada				
Papel Comercial				
CABAV 3.4 01/18	500.000	1	500.000	500.142
INAPA 02/18 2ª Emissão	1.250.000	1	1.222.774	1.243.003
SONAE IND. 2018	500.000	1	500.000	500.222
SUCO 2,5 01/18	500.000	1	500.000	501.597
ETE 02/18 2ª Emissão	1.700.000	1	1.651.989	1.689.865
Total			4.374.763	4.434.829

Em 31 de dezembro de 2016, a composição do saldo de outros créditos e valores a receber, por natureza e espécie de título, incluído na rubrica de crédito a clientes (Nota 20 – Crédito a clientes), pode ser analisada como segue:

Outros créditos e valores a receber (Titulados)	Quantidade Montante	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida				
Emitidos por residentes				
Outros residentes				
Dívida não subordinada				
Papel Comercial				
ETE 04/17 1ª Emissão	2.000.000	1	1.961.572	1.976.985
INAPA 02/17 3ª Emissão	1.500.000	1	1.482.613	1.491.398
Total			3.444.185	3.468.384

NOTA 22 - ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Estes ativos são constituídos por obrigações do tesouro do Estado Português que se encontram dadas em penhor ao Banco de Portugal e ao Sistema de Indemnização aos Investidores, no âmbito da atividade do Banco, conforme refletido em rubricas extrapatrimoniais (Nota 33 – Contas extrapatrimoniais).

Ativos financeiros detidos até à maturidade	31/dez/2017	31/dez/2016
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
De Dívida Pública Portuguesa	699.524	697.277
De outros residentes	-	-
Juros a receber	16.983	16.983
	716.507	714.260
Instrumentos de dívida - vencidos		
Emitidos por não residentes		
De outros não residentes	6.500.000	6.500.000
Juros a receber	53.399	53.399
	6.553.399	6.553.399
Imparidade para instrumentos de dívida		
De outros não residentes	(6.553.399)	(6.553.399)
	(6.553.399)	(6.553.399)
	716.507	714.260

Em 31 de dezembro de 2017, a composição da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade pode ser analisada como segue:

Ativos financeiros detidos até à maturidade	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Balanço Custo amortizado	Valor de Aquisição	Imparidade	Prazo Residual
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De Dívida Pública Portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
(i) PGB 4,45 06/18	70.000.000	0,01	699.524	680.706	-	1 a 5 anos
			699.524	680.706	-	
Instrumentos de dívida						
Emitidos por não residentes						
De outros não residentes						
Obrigações						
Espírito Santo Financiere 3.25 09/2014						
Capital	6.500.000	1	6.500.000	6.500.000	6.500.000	
Juros a receber			53.399	-	53.399	
			6.553.399	6.500.000	6.553.399	

Em 31 de dezembro de 2016, a composição da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade pode ser analisada como segue:

Activos financeiros detidos até à maturidade	Quantidade	Valor Nominal	Valor de Balanço Custo amortizado	Valor de Aquisição	Imparidade	Prazo Residual
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De Dívida Pública Portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
(i) PGB 4,45 06/18	70.000.000	0,01	699.524	680.706	-	1 a 5 anos
			699.524	680.706	-	
Instrumentos de dívida						
Emitidos por não residentes						
De outros não residentes						
Obrigações						
Espírito Santo Financiere 3.25 09/2014						
Capital	6.500.000	1	6.500.000	6.500.000	6.500.000	
Juros a receber			53.399	-	53.399	
			6.553.399	6.500.000	6.553.399	

À data de 31 de dezembro de 2017, o Banco detinha na sua carteira uma exposição ao Grupo BES, sob a forma de papel comercial de curto prazo, no montante de € 6.500.000. Dada a insolvência do emitente, este título encontra-se provisionado a 100%.

NOTA 23 – IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas imparidades registadas nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	Saldo em 31/dez/2016	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações/ Transferências	Ajust por dif câmbiais	Saldo em 31/dez/2017
Imparidade para crédito	20.637.214	5.467.927	(7.221.016)	-	(154.717)	18.729.408
Crédito a clientes	20.602.214	5.466.127	(7.186.441)	-	-	18.727.183
Outros créditos e valores a receber	35.000	1.800	(34.575)	-	-	2.225
	-	-	-	-	-	-
Imparidade para outros ativos	3.492.382	9.965	(75.832)	-	(19.651)	3.406.863
Ativos não correntes detidos para venda	814.116	5.503	(51.553)	-	-	768.066
Propriedades de investimento	179.872	-	(13.704)	-	-	166.168
Outros ativos	2.486.449	4.461	(5.660)	-	(19.651)	2.465.599
Ativos tangíveis	11.945	-	(4.915)	-	-	7.030
Provisões passivas	177.482	10.162	(33.489)	-	-	154.155
Imparidade para garantias e compromissos assumido	88.995	10.162	(33.489)	-	-	65.667
Provisões para outros riscos	88.487	-	-	-	-	88.487
	24.307.077	5.488.053	(7.330.337)	-	(174.368)	22.290.426

	Saldo em 31/dez/2015	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações/ Transferências	Ajust por dif câmbiais	Saldo em 31/dez/2016
Imparidade para crédito	13.867.699	13.952.794	(7.183.278)	-	-	20.637.215
Crédito a clientes	13.838.899	13.931.594	(7.168.278)	-	-	20.602.215
Outros créditos e valores a receber	28.800	21.200	(15.000)	-	-	35.000
	-	-	-	-	-	-
Imparidade para outros ativos	2.879.362	672.527	(75.564)	-	16.056	3.492.381
Ativos não correntes detidos para venda	291.986	522.130	-	-	-	814.116
Propriedades de investimento	51.228	136.104	(7.460)	-	-	179.872
Outros ativos	2.536.148	1.547	(67.302)	-	16.056	2.486.449
Ativos tangíveis	-	12.747	(802)	-	-	11.945
Provisões passivas	428.822	172.910	(424.251)	-	-	177.482
Imparidade para garantias e compromissos assumido	428.822	84.423	(424.251)	-	-	88.995
Provisões para outros riscos	-	88.487	-	-	-	88.487
	17.175.883	14.798.231	(7.683.093)	-	16.056	24.307.077

NOTA 24 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Banco classifica em Ativos não correntes detidos para venda e em Propriedades de investimento, os bens imobiliários recebidos de clientes em processos de dação em cumprimento, em função da disponibilidade que estes apresentam para que possam ser alienados no imediato.

Para os imóveis em que não existe impedimento imediato e legal de venda, estes são classificados na categoria de Ativos não correntes disponíveis para venda. O Banco tem como finalidade a venda no curto prazo destes imóveis e para isso tem contratado com empresa especializada serviços relativamente a planos de vendas ativos e publicitados, a preços razoáveis em relação ao justo valor corrente de mercado, existindo empenhamento na alienação.

Estes imóveis são registados pelo valor da dação, correspondente à dívida.

O Banco regista as Propriedades de Investimento pelo método do custo, que inclui o valor acordado no contrato de dação correspondente ao valor da dívida, acrescido dos custos inerentes à transação. Os custos subsequentes de manutenção são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Estes ativos são depreciados pelo método de quotas constantes e utilizando taxas de acordo com a sua especificidade, comerciais e administrativos ou industriais.

Estes imóveis encontram-se arrendados pelo que até à alienação as rendas recebidas constituem proveito do Banco, sendo registadas em resultados.

A decomposição dos imóveis recebidos em dação em pagamento, registados em ativos não correntes detidos para venda, pode ser analisada no quadro abaixo:

Valor Bruto	Saldo em 31-12-2016		Entradas / Dações	Vendas / transferências	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Saldo em 31-12-2017	
	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido						Valor Bruto	Valor líquido
Ativos não correntes detidos para venda	10.027.928	(814.116)	-	(42.332)	46.049	9.985.596	(768.066)	-	9.217.530
Propriedades de investimento	2.049.030	(486.733)	-	(766.175)	219.560	1.282.855	(267.173)	-	1.015.682
	12.076.958	(1.300.848)	-	(808.507)	265.609	11.268.451	(1.035.239)	-	10.233.212

Ativos recebidos por dação em pagamento	Saldo em 31-Dez-2015			Entradas / Dações	Vendas / transferências	Provisões, imparidade e amortizações	Saldo em 31-Dez-2016		
	Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido				Valor Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido
Ativos não correntes detidos para venda	6.847.715	(291.894)	6.555.731	3.180.213	-	(522.132)	10.027.928	(814.116)	9.213.812
Propriedades de investimento	2.049.030	(281.611)	1.767.419	-	-	(305.122)	2.049.030	(486.733)	1.562.297
	8.896.745	(573.505)	8.323.150	3.180.213	-	(727.254)	12.076.958	(1.300.849)	10.776.109

No corrente exercício o Banco alienou alguns imóveis recebidos em dação em pagamento de crédito, pelo valor de € 272.000.

De acordo com os requisitos legais o Banco avalia se existe evidência de que estes ativos possam apresentar sinais de imparidade, obtendo para o efeito avaliações aos imóveis que são efetuadas por peritos independentes.

Para os imóveis que apresentam uma desvalorização de valor significativo no seu valor de mercado, abaixo do custo de aquisição, são reconhecidas perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2017 para as propriedades de investimento estão constituídas imparidades no valor de € 166.168. As amortizações acumuladas ascendem a € 306.861, que incluem as do exercício, no montante de € 101.005.

NOTA 25 - ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos tangíveis registrados nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	Saldo em 31-Dez-2016		Aquisições (i)	Amortizações do exercício	Abates/Transferências/Imparidade	Valor líquido em 31/dez/2017
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
Outros ativos tangíveis						
Imóveis de serviço próprio-Edifícios	2.279.020	(434.508)	-	(86.549)	4.915	1.762.878
Obras em edifícios arrendados	134.646	(106.050)	-	(9.167)	-	19.429
Equipamento	729.936	(682.689)	4.507	(19.397)	-	32.358
Imobilizado em locação financeira	164.167	(164.167)	134.214	(9.557)	(10.664)	113.993
Outras imobilizações corpóreas	1.912	(1.912)	-	-	-	-
	3.309.681	(1.389.326)	138.721	(124.670)	(5.749)	1.928.658
Ativos tangíveis em curso						
Obras em edifícios arrendados	-	-	-	-	-	-
	3.309.681	(1.389.326)	138.721	(124.670)	(5.749)	1.928.658

	Saldo em 31-Dez-2015		Aquisições (ii)	Amortizações do exercício	Abates/Transferências (i)	Valor líquido em 31/dez/2016
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Outros ativos tangíveis						
Imóveis de serviço próprio-Edifícios	2.357.054	(346.072)	-	(88.874)	(77.596)	1.844.512
Obras em edifícios arrendados	134.645	(96.881)	-	(9.167)	-	28.597
Equipamento	740.260	(655.895)	22.559	(59.678)	-	47.246
Imobilizado em locação financeira	316.108	(316.108)	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	1.912	(1.912)	-	-	-	-
	3.549.979	(1.416.868)	22.559	(157.720)	(77.596)	1.920.355
Ativos tangíveis em curso						
Obras em edifícios arrendados	-	-	-	-	-	-
	3.549.979	(1.416.868)	22.559	(157.720)	(77.596)	1.920.355

NOTA 26 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis registrados nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	Saldo em 31-Dez-2016		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transferências	Valor líquido em 31/dez/2017
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Ativos intangíveis						
Sistemas de tratamento automático de dados - Software	1.264.129	(1.175.927)	4.618	(80.358)	-	12.462
	1.264.129	(1.175.927)	4.618	(80.358)	-	12.462
Ativos intangíveis em curso						
Sistemas de tratamento automático de dados - Software	-	-	-	-	-	-
	1.264.130	(1.175.927)	4.618	(80.358)	-	12.462

	Saldo em 31-Dez-2015		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transferências	Valor líquido em 31/dez/2016
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Ativos intangíveis						
Sistemas de tratamento automático de dados - Software	1.246.689	(1.077.885)	10.495	(98.042)	6.945	88.202
	1.246.689	(1.077.885)	10.495	(98.042)	6.945	88.202
Ativos intangíveis em curso						
Sistemas de tratamento automático de dados - Software	-	-	6.945	-	(6.945)	-
	1.246.690	(1.077.885)	17.440	(98.042)	-	88.202

NOTA 27 - IMPOSTOS ATIVOS E PASSIVOS

A origem dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos pode ser vista no quadro que se segue:

	<u>31/dez/2017</u>		<u>31/dez/2016</u>	
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>
Impostos Correntes				
IRC a recuperar/pagar dentro de 12 meses	-	106.206	-	91.485
IRC a recuperar/pagar após mais de 12 meses	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>106.206</u>	<u>-</u>	<u>91.485</u>
Impostos diferidos				
Comissões do crédito	-	14	25	-
Títulos disponíveis para venda	385.703	148.974	209.803	78.766
Prejuízos fiscais reportáveis	4.995.699	-	5.290.697	-
Provisões não aceites fiscalmente	907.459	-	942.461	-
	<u>6.288.861</u>	<u>148.988</u>	<u>6.442.986</u>	<u>78.766</u>

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Impostos diferidos ativos		
a recuperar dentro de 12 meses	385.703	209.803
a recuperar após mais de 12 meses	5.903.158	6.233.183
	<u>6.288.861</u>	<u>6.442.986</u>
Impostos diferidos passivos		
a pagar dentro de 12 meses	148.988	78.766
a pagar após mais de 12 meses	-	-
	<u>148.988</u>	<u>78.766</u>

NOTA 28 - OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Empréstimo obrigacionista	2.550.000	2.550.000
Juros a pagar	50.469	50.469
	<u>2.600.469</u>	<u>2.600.469</u>

Em 22 de dezembro de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado até ao montante de 7,5 milhões de euros. A emissão ocorreu e foi subscrita, em 30 de janeiro de 2015, no valor total de 6,5 milhões de euros. O Banco é a entidade emitente e o agente pagador.

Em outubro de 2016 o Banco efetuou um reembolso antecipado de parte desta emissão de obrigações subordinadas, no valor de 3,95 milhões de euros. Esta operação inseriu-se numa operação combinada de substituição de capital *Tier 2* por capital *Tier 1*, que incluiu um aumento de capital no montante de 4,0 Milhões de euros.

As características do empréstimo obrigacionista foram as seguintes:

Data de emissão	30-jan-15
Data de maturidade	30-jan-23
Reembolso	Integral na data de vencimento
Modalidade de colocação	Oferta particular
Utilização dos proventos da emissão	O produto líquido da emissão será utilizado no financiamento da atividade corrente do emitente, integrando os Fundos Próprios de Nível 2 do emitente
Cláusula de subordinação	Reembolso é assegurado após a satisfação integral de todos os créditos não subordinados
Pagamento de juros	Semestral
Taxa de juro	4,75% (anual)
Admissão à negociação	Não será solicitada a admissão à negociação das obrigações emitidas
Código ISIN	PTBPGBOM001

NOTA 29 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Ativos encontra-se no quadro que segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Devedores, outras aplicações e outros ativos		
Disponibilidades sobre residentes	439.575	121.641
Devedores diversos	423.619	65.119
Suprimentos em ativos financeiros disponíveis para venda	1.258.800	1.258.800
Devedores por operações sobre futuros (Nota 18)	373.659	108.007
Aplicações diversas	319.813	16.111
Sector Público e administrativo	95.102	95.357
Devedores - vencidos	883.687	867.368
Rendimentos a receber		
De devedores de outras aplicações	497.077	569.508
Por serviços prestados - Guarda de valores	23.021	18.041
Por serviços prestados - Gestão de activos	71.970	13.446
Despesas com encargo diferido		
Seguros	6.308	5.547
Contratos de manutenção	39.218	20.883
Outras contas de regularização	17.365	21.381
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	76.625	188.573
Total de outros ativos (bruto)	<u>4.525.840</u>	<u>3.369.782</u>
Imparidade (Nota 23)	<u>(2.465.600)</u>	<u>(2.535.898)</u>
Total de outros activos (líquido)	<u>2.060.240</u>	<u>833.884</u>

A decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Outros Passivos		
Credores de imobilizado em regime de locação financeira	104.174	5
Outros credores	78.508	115.430
Setor público administrativo		
IVA a pagar	8.524	2.698
Retenção na fonte	88.586	95.863
Contribuição para a Segurança Social	45.300	39.035
Cobranças por conta de terceiros	41	36
Outros encargos a pagar		
De recursos alheios	3.802	3.802
De custos administrativos	273.902	242.880
Outros	160.425	43.874
Receitas com rendimento diferido		
Gestão de créditos	869	2.256
Garantias prestadas	33.617	20.739
Compromissos irrevogáveis	8.990	13.505
Outras contas de regularização	175.049	201.240
Outras	3.653	9.548
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	44.114	78.490
	<u>1.029.554</u>	<u>869.401</u>

Os suprimentos em ativos financeiros disponíveis para venda foram realizados à Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA., entidade em que o Banco detém uma participação de 25% (Nota 18 – Ativos financeiros disponíveis para venda). O banco registou em 2015 perdas por imparidade para a totalidade dos suprimentos.

NOTA 30 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Recursos de Bancos Centrais		
Recursos do Banco de Portugal		
Recursos a curto prazo		
até 3 meses	8.500.000	8.500.000
Recursos a médio e longo prazo		
3 a 4 anos	19.000.000	9.500.000
Juros a pagar	-	-
	<u>27.500.000</u>	<u>18.000.000</u>

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 o Banco tomou fundos junto do Euro Sistema, dando como colateral uma parcela da sua carteira de títulos elegíveis para esse fim (Nota 33 – Contas extrapatrimoniais).

Em 2017 o BCE manteve a sua taxa de 0% (zero) relativamente a estes recursos e em 2016 a taxa média de juro aplicada a estes recursos foi de 0,033%.

NOTA 31 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Recursos de Instituições de Crédito		
Mercado Monetário Interbancário	-	8.009.712
Recursos a curto prazo		
até 3 meses	-	8.000.000
Juros a pagar	-	9.712
Depósitos	5.859.252	629.050
À ordem	185.847	194.439
A prazo		
até 3 meses	-	-
de 3 meses a 1 ano	5.455.000	420.000
Juros a pagar	218.405	14.611
Empréstimos	9.527.666	24.573.593
Recursos a curto prazo		
até 3 meses	-	6.000.000
de 3 meses a 1 ano	9.500.000	18.538.425
Juros a pagar	27.666	35.168
	<u>15.386.918</u>	<u>33.212.355</u>

As taxas de juro médias aplicáveis a estes recursos durante os exercícios de 2017 e 2016 foram respetivamente de 1,09% e 3,41%.

NOTA 32 - RECURSOS DE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Recursos de residentes		
Depósitos à ordem	3.395.375	2.754.389
Depósitos a prazo		
até 3 meses	8.050.200	12.630.300
3 meses a 2 anos	57.703.698	37.463.705
Juros a pagar	159.560	138.386
Cheques e ordens a pagar	176	176
Outros	-	225
	<u>69.309.009</u>	<u>52.987.181</u>
Recursos de não residentes		
Depósitos à ordem	3.711	5.558
Depósitos a prazo		
3 meses a 2 anos	113.238.819	-
Juros a pagar	647.248	-
	<u>113.889.777</u>	<u>5.558</u>
Total Recursos de Clientes	<u>183.198.786</u>	<u>52.992.740</u>

O BPG celebrou em Abril de 2017 um acordo de parceria com a ‘fintech’ alemã Raisin, GMBH e o MHB Bank AG.

A parceria visa a cooperação entre as partes, permitindo a clientes Pessoas Singulares do mercado alemão e austríaco aceder à oferta de Depósitos a Prazo, entre os 6 meses e os 3 anos, até ao limite máximo de 100.000 euros por depositante, na plataforma eletrónica gerida pela Raisin, sendo todo o processo de KYC/AML e CDD servido pelo MHB.

A oferta encontra-se regulada nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 39.º da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, do artigo 13.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 926/2014 da Comissão, de 27 de agosto de 2014 e do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu, de 16 de abril de 2014, tendo sido comunicada às autoridades de supervisão competentes dos Estados-Membro de acolhimento e ao Banco Central Europeu.

Entre Abril e Dezembro, a oferta de Depósitos a Prazo BPG via plataforma ‘WeltSparen’, captou sensivelmente 113 milhões de Euros distribuídos por cerca de 3.175 contas de clientes singulares.

As taxas de juro médias aplicáveis aos recursos captados junto de clientes durante os exercícios de 2017 e 2016 foram, respetivamente, de 1,35 % e 1,72%.

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos, tem por finalidade garantir o reembolso dos depósitos constituídos junto das instituições de crédito que nele participam, na eventualidade de estes se tornarem indisponíveis. Nesse âmbito, o Fundo garante o reembolso do valor global dos saldos em dinheiro de cada depositante, juros incluídos dos depósitos abrangidos pela garantia do Fundo, e contados até à data em que se verificar a indisponibilidade dos depósitos, de acordo com determinadas condições, até ao limite máximo de 100.000 euros por depositante e por instituição.

NOTA 33 - CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Garantias e avales	8.553.538	7.068.296
Ativos dados em garantia		
Penhor de Títulos - "Pool de activos do Sistema Europeu de Bancos Centrais"	35.421.830	23.554.394
ATL 1,125 11/04/21	-	517.185
BATSLN 1 5/2022	1.023.040	-
BRCORO 2 03/23	-	1.531.410
BGB 0.8 06/25	3.105.450	-
BTPS 1,6 06/26	1.969.900	-
BTPS 2.5 12/24	-	1.615.005
BTPS 1.35 04/22	-	1.540.965
BTPS 2 12/01/25	-	1.539.540
C 0 11/19	-	1.509.645
CAR 2.625 11/22	-	1.110.100
ELEPOR 2.625 01/22	-	1.583.700
ENIIM 1.5 02/26	1.540.995	1.534.890
FRTR 2.25 2024	3.407.640	-
IRISH 1 05/26	-	2.046.100
MS 1 12/2022	510.555	-
PGB 2.2 10/22	1.083.870	-
PGB 4.125 2027	4.735.960	-
PGB 4.75 06/19	5.350.800	550.125
PGB 4.45 06/2018	612.570	2.766.244
PGB 4.80 06/2020	10.050.300	1.111.450
RENAUL 0 07/18	-	1.003.610
REN 2.5 02/25	-	2.089.560
RYAID 1.125 23	1.016.410	999.950
SAUK 1.125 3/25	1.014.340	504.915
Fundo de Garantia de Depósitos	81.676	88.318
PGB 4.45 06/2018	81.676	88.318
Sistema de Indemnização aos Investidores	21.677	22.079
PGB 4.45 06/2018	21.677	22.079
	35.525.183	23.664.791
Depósito a Prazo	300.000	50.000
	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Compromissos Perante Terceiros		
Compromissos Irrevogáveis		
Responsabilidades a prazo de contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos	26.775	26.775
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	27.996	27.996
	54.771	54.771
Compromissos Revogáveis		
Linhas de Crédito Revogáveis	628.756	628.756
Compromissos Bancários revogáveis	876.136	807.767
	1.504.892	1.436.523
	1.559.663	1.491.294
Operações cambiais e instrumentos derivados		
Futuros	18.603.254	5.469.839
Opções	-	-
	18.603.254	5.469.839
Responsabilidade por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	125.396.655	173.018.336
Valores administrados pelo BPG:	19.128.659	11.636.109
Activos cedidos em operações de cessão de crédito	5.626.009	5.964.316
Gestão de patrimónios	13.502.650	5.671.794
	144.525.313	184.654.446
Total	200.513.390	215.330.370

Os ativos dados em garantia correspondem (i) ao penhor de títulos, a preços de mercado, elegíveis como garantia, para a “Pool de ativos do Sistema Europeu de Bancos Centrais”, no âmbito da tomada de fundos junto do Banco Central Europeu (BCE), (ii) e para garantia do crédito intra - diário, (iii) aos títulos dados em penhor ao Banco de Portugal, para garantia das responsabilidades para com o Fundo de Garantia de Depósitos e Sistema de Indemnização aos Investidores, (iv) e a um depósito constituído junto de Instituição financeira nacional, como garantia pela representação do Banco na participação da vertente SEPA (*Single Euro Payments Area*), *Credit Transfer Scheme* relativo aos pagamentos transfronteiros em euros.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. O montante da contribuição anual encontra-se em outros resultados de exploração (Nota 10 – Outros resultados de exploração).

O saldo da rubrica de responsabilidades de contribuição para com o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) corresponde ao compromisso irrevogável que o Banco assumiu, por força de lei, de entregar àquele Fundo, caso este o solicite, as parcelas não realizadas de contribuições anuais.

O saldo da rubrica de responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) corresponde à obrigação irrevogável que o Banco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os compromissos assumidos por terceiros têm a seguinte composição:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Garantias Recebidas		
Garantias e avals - residentes	11.489.509	7.700.786
Fianças	2.105.001	2.105.001
Garantias reais		
Títulos	42.558.750	42.646.094
Valores imobiliários	43.167.714	45.670.141
Depósitos	6.153.536	4.120.000
Outras cauções	4	600.004
	<u>105.474.515</u>	<u>102.842.026</u>
Compromissos Assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	11.992.512	12.447.598
Subscrição de títulos	-	-
	<u>11.992.512</u>	<u>12.447.598</u>
Serviços prestados por terceiros		
Guarda de Valores	161.594.412	65.893.525
	<u>161.594.412</u>	<u>65.893.525</u>
Total	<u>277.568.177</u>	<u>181.183.149</u>

O justo valor dos colaterais recebidos em garantia do crédito a clientes é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. No caso dos imóveis recebidos em garantia são feitas avaliações por avaliadores externos.

NOTA 34 - EFETIVO DE TRABALHADORES

O efetivo de trabalhadores remunerados, distribuído por grandes categorias profissionais, ao serviço do Banco em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, era o seguinte:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Conselho de Administração	2	1
Direção	7	9
Enquadramento	11	9
Secretariado	3	3
Específicas/Técnicas	13	11
Outras Funções	1	1
	<u>37</u>	<u>34</u>

NOTA 35 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social do BPG era de € 53 651 913,02 e estava representado por 14.808.120 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

A estrutura acionista do Banco pode ser analisada no quadro que segue:

	<u>Número de ações</u>		<u>%</u>	
	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Fundação Oriente	12.466.408	12.466.408	84,19%	84,19%
STDP - SGPS	791.368	791.368	5,34%	5,34%
Fundação Stanley Ho	263.894	263.894	1,78%	1,78%
Carlos A.P.V. Monjardino	149.414	149.414	1,01%	1,01%
Outros	1.137.036	1.137.036	7,68%	7,68%
Total	<u>14.808.120</u>	<u>14.808.120</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

O Banco foi constituído em 2000 com um capital social de € 18.000.000. No final de 2001 o Banco procedeu a um aumento de capital para € 35.000.000.

Conforme aprovado na Assembleia Geral Anual, de 30 de março de 2011, o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão no valor de € 1.651.915, que se encontrava registado em outras reservas, representativo de um aumento de 330 383 novas ações, cifrando-se nesta data o capital social do Banco em € 36 651 915.

No exercício de 2011 o Banco adquiriu 4 298 ações próprias, resultado de um contrato de dação em pagamento de dívida de terceiros. O valor destas ações encontra-se registado a deduzir ao capital próprio do Banco. Estas ações foram adquiridas ao valor unitário de € 3,50, do que resultou um prémio de emissão pela variação entre o valor nominal e o valor de aquisição no montante de € 6.447, o qual se encontra registado na rubrica de Prémios de emissão.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um aumento de capital por entradas em dinheiro, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, passando nesta data o capital social do Banco para € 41.651.915.

Durante o exercício de 2016 o BPG procedeu a dois aumentos de capital, por entradas em dinheiro, o primeiro em 17 de junho pela emissão de 3.827.751 ações ordinárias escriturais e nominativas, sem valor nominal, para um montante de € 49.651.914,27; e o segundo em 21 de outubro, pela emissão de 1.913.875 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 53.651.913,20 (cinquenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e treze euros e vinte cêntimos). O segundo aumento de capital de 2016 fez parte de uma operação combinada de substituição de capital *Tier 2* (reembolso antecipado de parte das obrigações subordinadas) por capital *Tier 1* (emissão de novas ações).

O Banco dispõe de fundos próprios nos montantes e composições indicados nos quadros constantes em infra, os quais são alocados em diferentes proporções às atividades e diversas áreas de negócio desenvolvidas pela Instituição, assegurando a sua continuidade e crescimento.

Os fundos próprios de base do Banco são constituídos pelo somatório do Capital, Prémios de emissão, Outras Reservas e Resultados Transitados (os resultados do exercício em curso só são considerados quando certificados), deduzidos do somatório dos Ativos Intangíveis e dos Impostos Diferidos Ativos que estejam associados a provisões para riscos gerais de crédito, na medida em que estas provisões sejam elegíveis como elemento positivo dos fundos próprios complementares.

Os fundos próprios complementares correspondem ao excesso entre as provisões constituídas para riscos gerais de crédito e as provisões económicas que para essa mesma carteira foram determinadas.

A CRD IV/CRR, *Capital Requirements Directive IV/Capital Requirements Regulation* (Diretiva 2013/36 EU e o Regulamento EU 575/2013), exige requisitos de Fundos Próprios de Pilar 1, de 4,5%, 6% e 8% para Cet 1, tier1 e fundos próprios totais, respetivamente.

No âmbito do SREP (Supervisory Review and Evaluation Process), o Banco de Portugal notificou o BPG sobre a necessidade do cumprimento, em base individual, de um requisito total de fundos próprios (tscr) de 13,5%, que inclui requisitos mínimos de fundos próprios totais de 8%, a respeitar permanentemente, em conformidade com o

nº 1 do artigo 92º do Regulamento (EU) Nº 575/2013, e um requisito específico de fundos próprios de 5,5%, a respeitar permanentemente, determinado ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c) do nº 1 do artigo 116º e da alínea a) do nº 2, das alíneas a), b), c) e e) do nº 3 e do nº 4 do artigo 116º-C do RGICSF.

A Instituição encontra-se também sujeita ao requisito global de capital (OCR), nos termos em que o mesmo é definido no Capítulo 1.2 do Título 1 das Orientações da EBA/GL/2014/13, que inclui para além do TSCR, o requisito combinado de reservas, conforme definido na alínea g) do nº 2 do artigo 138º do RGICSF.

O requisito combinado de reservas é constituído por:

Reserva de conservação de fundos próprios – que tem por objetivo acomodar perdas subjacentes a um cenário potencialmente adverso, permitindo às instituições manter um fluxo de financiamento estável à economia real. Em 31 de dezembro de 2017, a reserva de conservação dos Fundos Próprios do Banco, calculada numa base de 1,25% do montante total das posições em risco situava-se em 1,415 Milhões de euros.

Reserva contracíclica – baseada na avaliação global de um conjunto de indicadores financeiros e macroeconómicos é aplicada às exposições de crédito ao setor privado não financeiro nacional. Para o quarto trimestre de 2017 o Banco de Portugal determinou a sua manutenção em 0% do montante total das posições em risco.

Reserva sistémica (“reserva de O-SII”) – este requisito pode ser aplicado a todo o setor financeiro ou a partes desse setor. É de aplicação a instituições de crédito e empresas de investimento que tenham sido identificadas como instituições de importância sistémica global (“G-SII”) ou Outras instituições de importância sistémica (“O-SII”), tal como definido nos requisitos da Parte VIII do Regulamento (UE) n.º 575.

Desde março de 2013 os fundos próprios são apurados de acordo com o Regulamento (UE) nº 575/2013, aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, e incluem os fundos próprios de nível 1 (*Tier 1*) e de nível 2 (*Tier 2*).

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a metodologia da CRD IV/CRR são os seguintes:

	<u>31/dez/2017</u>
Common Equity Tier 1 Capital	18.957.148
Ativos ponderados pelo risco	114.986.388
CET1 Capital ratio	16,49%
Rácio Fundos Próprios Totais	16,49%

	<u>31/dez/2016</u>
Common Equity Tier 1 Capital	18.859.439
Ativos ponderados pelo risco	89.056.933
CET1 Capital ratio	21,18%
Rácio Fundos Próprios Totais	21,83%

NOTA 36 – RESERVAS DE REAValiaÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados decompõem-se como segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida (Nota 19)	382.621	(728.111)
Instrumentos de capital (Nota 19)	669.608	145.720
	<u>1.052.228</u>	<u>(582.391)</u>
Reservas por impostos diferidos		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(236.744)	131.037
	<u>(236.744)</u>	<u>131.037</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	296.359	296.359
Outras reservas (i)	1.622.967	1.622.967
Resultados transitados	(32.750.212)	(23.991.250)
	<u>(30.830.887)</u>	<u>(22.071.924)</u>
	<u>(30.015.403)</u>	<u>(22.523.278)</u>

(i) As Outras reservas incluem uma Reserva indisponível, em conformidade com o Código das Sociedades Comerciais.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002 de 26 de setembro, o Banco deverá constituir um fundo de

reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos.

Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

NOTA 37 - TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o montante global dos ativos e passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações verificadas com entidades relacionadas, do universo da Fundação Oriente, e outros acionistas com participação qualificada, apresentam-se como segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Ativo		
Crédito a Clientes		
Mundigere, SGPS	156.964	495.000
Soc. das Termas Monchique II	<u>1.499.999</u>	<u>1.499.999</u>
	<u>1.656.964</u>	<u>1.994.999</u>
Juros a receber		
Mundigere, SGPS	2.581	-
Soc. das Termas Monchique II	<u>1.667</u>	<u>2.633</u>
	<u>4.248</u>	<u>2.633</u>
Comissões a receber		
Fundação Oriente	23.937	2.641
Fundação Stanley Ho	22.243	3.314
Fundação Stanley Ho	<u>17.458</u>	<u>-</u>
	<u>63.638</u>	<u>5.954</u>
Total de ativo	<u>1.724.849</u>	<u>2.003.587</u>

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Passivo		
Recursos de clientes		
Domorient	30.139	32.030
Fundação Oriente	5.066.699	7.381.022
Fundação Stanley Ho	1.579.615	5.059.730
Mundigere, SGPS	33.937	43
Regis Hóteis	5.551	118
Soc. das Termas Monchique II	891	21
STDP, SGPS	10.832.512	6.871.703
	17.549.344	19.344.667
Outros Passivos Subordinados		
Fundação Oriente	1.800.000	1.800.000
STDP, SGPS	600.000	600.000
	2.400.000	2.400.000
Juros a pagar		
De Recursos de clientes		
Fundação Oriente	11.634	2.376
Fundação Stanley Ho	4.458	3.341
STDP, SGPS	19.792	3.004
Domorient	9	37
	47.260	8.759
De Outros passivos subordinados		
Fundação Oriente	35.625	35.625
STDP, SGPS	11.876	11.875
	47.501	47.500
Total passivo	20.044.104	21.800.925
	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Extrapatrimoniais		
Garantias Prestadas		
Soc. das Termas Monchique II	52.501	105.002
	52.501	105.002
Compromissos revogáveis		
Soc. das Termas Monchique II	1	1
	1	1
Valores administrados pela Instituição		
Fundação Oriente	2.780.250	2.432.535
Fundação Stanley Ho	3.786.091	853.371
STDP, SGPS	4.624.698	-
	11.191.039	3.285.906
Total extrapatrimoniais	11.243.541	3.390.909

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Custos		
Juros e custos equiparados		
De Recursos de clientes		
Domorient	83	-
Fundação Oriente	78.051	36.873
Fundação Stanley Ho	40.705	78.137
STDP, SGPS	127.449	169.132
De Outros passivos subordinados		
Fundação Oriente	81.401	188.944
STDP, SGPS	40.701	61.750
Gastos Gerais Administrativos		
Fundação Oriente	250.422	250.422
	<u>618.811</u>	<u>785.258</u>
	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Proveitos		
Juros e proveitos equiparados		
Fundação Stanley Ho	-	497
Mundigere, SGPS	9.716	8.140
Regis Hóteis	-	60
Soc. das Termas Monchique II	76.587	75.688
	<u>86.303</u>	<u>84.384</u>
Outras comissões		
Domorient	140	205
Fundação Oriente	4.497	15.219
Fundação Stanley Ho	10.622	1.841
Regis Hóteis	639	1.065
Soc. das Termas Monchique II	3.418	1.403
STDP, SGPS	9.234	250
	<u>28.550</u>	<u>19.983</u>
Total	<u>114.854</u>	<u>104.367</u>

Resumem-se como segue os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos às transações verificadas com os elementos da Administração e Direção do Banco:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Ativo		
Crédito a Clientes		
Direção	183.253	206.279
	<u>183.253</u>	<u>206.279</u>
Juros a receber		
Direção	22	25
	<u>22</u>	<u>25</u>
Comissões a receber		
Administração	293	272
	<u>293</u>	<u>272</u>
Total de ativo	<u>183.568</u>	<u>206.576</u>
Passivo		
Recursos de clientes		
Administração	201	-
Direção	293	536
	<u>494</u>	<u>536</u>
Proveitos		
Juros e proveitos equiparados		
Direção	1.698	2.164
	<u>1.698</u>	<u>2.164</u>
Outras comissões		
Direção	-	17
	<u>-</u>	<u>17</u>
	<u>-</u>	<u>17</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o montante global dos ativos e passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações verificadas com entidades participadas, nas quais o Banco não exerce quaisquer posições na gestão ou nas tomadas de decisão, resume-se como segue:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Ativo		
Crédito Concedido		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. (a)	4.604.315	4.604.315
J.D.Alvarez, SGPS,SA	220.865	200.484
	<u>4.825.180</u>	<u>4.804.799</u>
Suprimentos		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. (a)	1.258.000	1.258.000
	<u>1.258.000</u>	<u>1.258.000</u>
Juros a receber		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	2.482	2.329
	<u>2.482</u>	<u>2.329</u>
Total de ativo	<u>6.085.662</u>	<u>6.065.128</u>
Passivo		
Recursos de Participadas		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	575	627
	<u>575</u>	<u>627</u>
Total passivo	<u>575</u>	<u>627</u>
Extrapatrimoniais		
Compromissos revogáveis		
J.D.Alvarez, SGPS,SA	69.135	102.950
	<u>69.135</u>	<u>102.950</u>
Total extrapatrimoniais	<u>69.135</u>	<u>102.950</u>

(a) O Banco realizou no segundo semestre de 2011, suprimentos à Aquapura Hotel Villas & Spa Ceará, Ltda, no valor de € 1 258 800. Este valor encontra-se totalmente provisionado.

(b) Em Junho de 2016 o Banco alienou a sua participação de 12,5% no capital da Universo Lusófono – Investimentos Imobiliários.

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Proveitos		
Juros e proveitos equiparados		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda.	-	214
J.D.Alvarez, SGPS,SA	8.060	7.288
	<u>8.060</u>	<u>7.502</u>
Outras comissões		
Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda.	-	114
J.D.Alvarez, SGPS,SA	40	10
	<u>40</u>	<u>124</u>
Total	<u>8.100</u>	<u>7.626</u>

NOTA 38 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui, de acordo com a política definida na Nota 2.15, as seguintes componentes:

	<u>31/dez/2017</u>	<u>31/dez/2016</u>
Caixa	21.748	28.853
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	25.288.039	16.289.928
Disponibilidades sobre instituições de crédito	24.412.681	452.541
	<u>49.722.468</u>	<u>16.771.322</u>

NOTA 39 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pela Fundação Oriente, através do método da equivalência patrimonial.

As contas desta Instituição podem ser obtidas diretamente na sua Sede situada no Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte - 1350-352 Lisboa.

NOTA 40 – CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

1. No âmbito das suas atividades, o Banco tem em curso um processo judicial colocado por um ex-cliente, por factos ocorridos em 2006, e cujo montante máximo reclamado ascende a cerca de € 330 milhares, adicionado dos juros de mora a serem aplicados desde a data de entrada em juízo. Em 29 de setembro de 2016, o Tribunal da Comarca de Lisboa condenou o Banco ao pagamento da quantia de € 294.957,24 e respetivos juros remuneratórios, bem como das custas do processo. Em novembro, o Banco apresentou recurso, pedindo a nulidade da sentença, a revogação da decisão e, consequentemente, a absolvição. É convicção da Administração que os argumentos apresentados no âmbito da defesa deste processo são sólidos para permitirem um desfecho favorável para o Banco.

Em novembro de 2016, o Banco foi notificado de acusação por parte do regulador pela alegada prática de duas infrações relativas à inobservância de regras contabilísticas determinadas pelo regulador e à inobservância de regras relativas aos limites aos grandes riscos. O Banco apresentou defesa escrita no final de dezembro de 2016, na qual, para além de invocar diversos argumentos processuais, contestou as acusações. Atendendo à defesa apresentada, que permite, se feita a prova do que nela é alegado, demonstrar que os factos não foram corretamente enquadrados na acusação ou, pelo menos, que o Banco não atuou dolosamente; às sanções aplicadas em casos semelhantes; à melhoria dos procedimentos adotados no Banco posteriormente aos factos em causa; à dimensão do próprio Banco; e ao respetivo volume de negócios,

considera-se que existe a possibilidade de aplicação de uma coima próxima dos valores mínimos previstos para cada uma das contraordenações, com eventual suspensão, pelo menos de parte da coima. Estando o processo em curso, não existindo qualquer coima aplicada na presente data e havendo o entendimento de que, a ser aplicada uma coima, esta será por um montante próximo dos valores mínimos previstos, o Conselho de Administração decidiu não constituir provisão.

2. Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como objetivo intervir financeiramente em instituições financeiras em dificuldades, aplicando as medidas determinadas pelo Banco de Portugal. Neste contexto, e em conformidade com o definido no RGICSF, as fontes de financiamento do Fundo de Resolução são:

- a. Receitas provenientes da contribuição para o setor bancário;
- b. Contribuições iniciais das instituições participantes;
- c. Contribuições periódicas das instituições participantes;
- d. Importâncias provenientes de empréstimos;
- e. Rendimentos de aplicações de recursos;
- f. Liberalidades; e
- g. Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua atividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos, incluindo os montantes recebidos da instituição de crédito objeto de resolução ou da instituição de transição.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução efetuando contribuições periódicas, que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos passivos.

A instrução do Banco de Portugal nº 21/2016 de 26 de dezembro fixa a taxa base a vigorar em 2017 para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução em 0,029%.

A contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a € 25.012 milhares de euros e a Contribuição para o Setor Bancário cifrou-se em € 111. 945.

3. Medida de Resolução do Banco Espírito Santo, SA.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição,

denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

No âmbito deste processo, o Fundo de Resolução realizou uma entrada de capital no Novo Banco de 4.900 milhões de euros, passando a ser o único acionista. Desse montante, 3.900 milhões resultaram de um empréstimo concedido pelo Estado Português, 700 milhões foram concedidos por um sindicato bancário, tendo a participação de cada instituição de crédito sido ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão e o restante corresponde a recursos financeiros do próprio Fundo de Resolução. Os fundos que venham a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

Recentemente, em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, com valor nominal de aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu ao ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco, do qual se destaca:

- i) a clarificação de que não foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades que fossem contingentes ou desconhecidas na data da aplicação da medida de resolução ao BES;
- ii) a retransmissão para o BES da participação na sociedade *BES Finance*, que é necessária para assegurar o pleno cumprimento e execução da medida de resolução no que respeita à não transferência para o Novo Banco de instrumentos de dívida subordinada emitidos pelo BES; e
- iii) a clarificação de que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.
- iv) Em 20 de fevereiro de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado a *Lone Star* como potencial investidor para a compra do Novo Banco e em 31 de março efetuou um comunicado informando ter selecionado esta empresa para a conclusão do processo de venda do Novo Banco. Nos termos do acordo, a *Lone Star* irá realizar injeções de capital no Novo Banco no montante total de € 1.000 milhões, dos quais € 750 milhões no momento da conclusão da operação e os restantes € 250 milhões no prazo de até 3 anos. Desta forma, a *Lone Star* passará a deter 75 % e o Fundo de Resolução 25 % do capital do Novo Banco.

4. Medida de Resolução do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.

Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público, do qual 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução. No contexto desta

medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

Em 21 de março de 2017, o Fundo de Resolução emitiu um comunicado informando:

(i) Terem sido alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo e ao Banif, que ascendem a € 4.953 milhões concedidos pelo Estado e a € 700 milhões concedidos por um sindicato bancário; (ii) Aqueles empréstimos passam a ter vencimento para dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado; (iii) A revisão das condições do empréstimo visou assegurar a sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Fundo; (iv) permitir que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração do Banco não dispôs de informação que lhe permitisse estimar com razoável fiabilidade se, na sequência da alienação do Novo Banco, do desfecho de ações judiciais em curso e de outras eventuais responsabilidades que possam ainda resultar da medida de resolução aplicada ao Banif, irá resultar uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, nesse caso, a forma como a mesma será financiada.

Nestas circunstâncias, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto destas situações nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que eventuais custos a suportar pelo Banco dependem das condições em que se verificar o desenvolvimento das matérias referidas acima e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

NOTA 41 – EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Não se registaram situações enquadráveis nesta rubrica.

14. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Português de Gestão, SA (“Banco”) relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna. Foi também vigiada a observância da lei e dos estatutos e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo as competências do Conselho Fiscal sido exercidas em conformidade com o estabelecido no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais.

3 Acompanhamos os trabalhos desenvolvidos pela Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. e apreciamos a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos.

4 Suportados nos trabalhos desenvolvidos pelo Auditor Externo e também nas reuniões e análises havidas com a gestão do Banco estamos em condições de afirmar que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

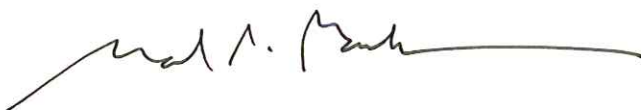
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

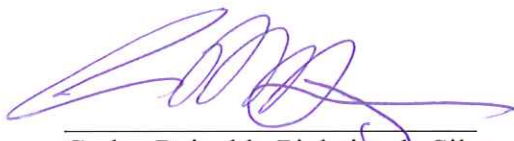
Lisboa, 27 de março de 2018

O Presidente do Conselho Fiscal



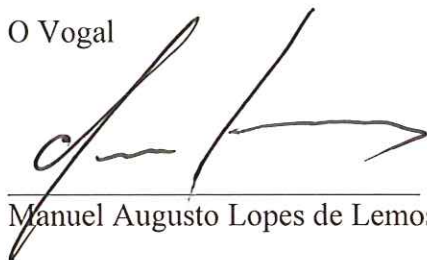
Manuel Pinto Barbosa

O Vogal



Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva

O Vogal



Manuel Augusto Lopes de Lemos

15. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Português de Gestão, S.A. (o Banco), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 252.926.026 euros e um total de capital próprio de 22.800.966 euros, incluindo um resultado líquido de 807.644 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Português de Gestão, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes situações:

- ▶ A certificação legal das contas referente ao exercício de 2016 foi modificada devido à impossibilidade de obter confirmação da validade e existência das garantias bancárias emitidas por uma instituição de crédito em Angola que representavam a possibilidade de recuperação de um crédito no montante de 10.462.913 euros, concedido com o objetivo de desenvolver projetos imobiliários em Angola e para o qual, a 31 de dezembro de 2016 estava registada uma imparidade no montante de 6.698.464 euros. Durante o primeiro semestre de 2017, foi obtida confirmação da existência e validade das respetivas garantias, pelo que o Banco procedeu à reversão de parte da imparidade associada a este crédito, tendo por base uma estimativa temporal de execução e recuperabilidade das garantias;
- ▶ O Ativo do Banco inclui impostos diferidos ativos no montante de 6.288.861 euros, dos quais 4.995.699 euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis, cuja recuperação está dependente do apuramento de lucros tributáveis futuros no período máximo de doze anos (Notas 13 e 27 às Demonstrações Financeiras). Em 2017, foi elaborado um novo plano de negócios a médio prazo que prevê a recuperabilidade dos referidos impostos diferidos ativos assente no pressuposto de sucesso das novas estratégias. Conforme referido no capítulo 8 do relatório de gestão, a Administração espera que em 2018 o Banco prossiga uma tendência de consolidação dos bons resultados obtidos em 2017, de forma a tornar cada vez mais sustentável o seu modelo de negócio e a conseguir elevar os seus fundos próprios.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração do Crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A rubrica de crédito a clientes, tal como descrito nas Notas 20, 21 e 23 às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2017, apresenta um montante de 57.742.797 euros, correspondente a crédito a clientes, líquido de imparidade.</p> <p>Estes ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor das operações e inclui comissões, taxas e outros custos e proveitos associados. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado líquido de imparidade.</p> <p>Considerámos como matéria relevante de auditoria o processo de apuramento das perdas por imparidade, uma vez que é baseado em metodologias internas que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferentes das estimadas.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno implementados no processo de apuramento das perdas por imparidade; ▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pelo Banco na determinação do valor líquido contabilístico do crédito, através de: <ul style="list-style-type: none"> ○ Indagação aos responsáveis pela determinação da imparidade, de forma a compreender a base e os pressupostos utilizados para as exposições mais significativas e obter a documentação de suporte às respetivas decisões; ○ Para os créditos com indícios de imparidade analisados individualmente, foram executados testes de detalhe sobre a documentação que suporta as estimativas e os julgamentos utilizados, como sejam a taxa de desconto, o momento e o valor recuperável da realização dos colaterais. Em particular confirmámos a existência das hipotecas sobre as garantias reais existentes pela análise das certidões de teor da conservatória do registo predial e testámos o valor subjacente ao colateral através da análise dos relatórios de avaliação preparados por especialistas externos contratados pelo Banco; e ▶ Analisámos as divulgações nas Notas às demonstrações financeiras do Banco, aferindo da sua consistência com o conhecimento obtido através dos procedimentos de auditoria realizados e os requisitos das normas internacionais de relato financeiro.

2. Transações com partes relacionadas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme divulgado na Nota 37 às Demonstrações Financeiras, o Banco realizou operações no decurso normal das suas atividades com participadas e outras entidades do Grupo em que se insere.</p> <p>Estas operações referem-se essencialmente a operações de concessão de crédito, receção de depósitos e celebração de contratos de gestão de carteiras de títulos, estando assim</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento do processo definido pela Gestão para identificação e registo dos saldos e transações com partes relacionadas; ▶ Análise, para uma amostra de operações, da respetiva documentação suporte, de forma a compreendermos a

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

a demonstração de resultados influenciada pelos custos e proveitos decorrentes destas transações.

Tendo em consideração que as transações entre partes relacionadas, se não forem realizadas a preços de mercado, podem ter impactos relevantes nos resultados do Banco, considerámos esta matéria como relevante no âmbito da auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

natureza e condições das transações e enquadramento no âmbito da atividade do Banco;

- ▶ Para a mesma amostra, comparámos os preços praticados com os valores de referência do mercado e aferimos o impacto do valor destas transações nas demonstrações financeiras; e
- ▶ Analisámos as divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras do Banco sobre esta matéria aferindo a sua consistência com o conhecimento obtido através dos procedimentos de auditoria realizados.

3. Mensuração de contingências

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Tal como divulgado na Nota 40 às demonstrações financeiras, o Banco apurou a 31 de dezembro de 2017 as seguintes contingências:

- i) Processo judicial colocado por um ex-cliente e cujo montante máximo reclamado ascende a 330 milhares de euros, tendo o Banco sido condenada em primeira instância a pagar a quantia de 294.957,24 euros;
- ii) Processo de contraordenação interposto pelo Banco de Portugal, pela alegada prática de duas infrações relativas à inobservância de regras contabilísticas determinadas pelo regulador e à inobservância de regras relativas aos limites aos grandes riscos.

Tendo por base o acompanhamento legal de que se tem suportado, é convicção da Administração que, no primeiro caso o desfecho será favorável para o Banco e no segundo caso de que, a ser aplicada coima, esta será por um montante próximo dos valores mínimos previstos. Face ao exposto, a Administração decidiu constituir uma provisão de 30% do montante de condenação em primeira instância relativamente ao processo judicial. No que respeita ao processo de contraordenação, não foi constituída qualquer provisão.

Tendo em consideração o impacto que, desfechos diferentes daqueles que estão previstos pela Administração poderão ter nas

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:

- ▶ Entendimento do processo definido pela Gestão para identificação de contingências e registo de provisões para outros riscos e encargos;
- ▶ Reunimos com o departamento jurídico do Banco, de forma a obter um enquadramento dos processos e expectativas sobre o seu desfecho;
- ▶ Identificámos e contactámos os advogados externos responsáveis pelo acompanhamento dos processos, tendo solicitado o entendimento jurídico e potenciais desfechos previstos;
- ▶ Reunimos com a Administração do Banco para solicitar esclarecimentos adicionais às respostas obtidas; e
- ▶ Analisámos as divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras do Banco sobre esta matéria aferindo a sua consistência com o conhecimento obtido através dos procedimentos de auditoria realizados.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
demonstrações financeiras do Banco e a complexidade associada aos trâmites legais e contraordenacionais, consideramos esta matéria como relevante no âmbito da auditoria.	

4. Estimativa de Impostos Diferidos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Tal como detalhado nas Notas 13 e 27 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, incluem impostos diferidos ativos e passivos no montante de 6.288.861 euros e 148.974 euros, respetivamente. Os impostos diferidos ativos são maioritariamente respeitantes a prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 4.995.699 euros, cuja recuperabilidade depende do apuramento de lucros tributáveis em determinados prazos legais (máximo doze anos).</p> <p>Atendendo a que o Banco apresenta historicamente resultados negativos, consideramos que existe um risco de distorção material associado à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, razão pela qual consideramos como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento do processo implementado pela Gestão para apuramento e acompanhamento do apuramento de impostos correntes e diferidos; ▶ Incluímos na nossa equipa de auditoria, especialistas internos nas matérias fiscais, para analisar a estimativa de impostos correntes e diferidos e sua conformidade com a legislação fiscal em vigor; ▶ Testámos e analisámos a plenitude dos montantes registados como impostos correntes e diferidos; ▶ Entendimento das estratégias incorporadas no Plano de negócios e dos pressupostos das projeções económico-financeiras para os próximos anos; e ▶ Analisámos a consistência e plenitude das divulgações relacionadas com os impostos correntes e diferidos e se as mesmas cumpriram com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

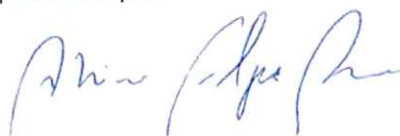
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores do Banco Português de Gestão pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 23 de março de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás (ROC nº 1661)
Registado na CMVM com o nº 20161271